

51°10'

51°00'

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cincinato

TERRITORIALIDADES E MODO DE VIDA DE PESCADORES DO RIO ITUQUARA, BREVES – PA.

Santa Inês

Christian Nunes da Silva

Itamarati

UFPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Belém – Pará – 2006

Flexal

51°10'

51°00'

1°00'

1°10'



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TERRITORIALIDADES E MODO DE VIDA DE
PESCADORES DO RIO ITUQUARA, BREVES – PA.**

Christian Nunes da Silva

BELÉM, PA

2006

Christian Nunes da Silva

**TERRITORIALIDADES E MODO DE VIDA DE
PESCADORES DO RIO ITUQUARA, BREVES – PA.**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre, junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo da Universidade Federal do Pará, sob a orientação do Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

BELÉM, PA

2006

Capa:

Figura da área de Pesquisa no Rio Ituquara: comunidades de Cincinato e Santa Inês

Luis Waldyr Rodrigues Sadeck e Christian Nunes

Catologação da Publicação na Fonte. UFPA – Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas

SILVA, Christian Nunes da. *Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves – PA*. Belém: PP GEO/UFPA, 2006.

Orientador: Gilberto de Miranda Rocha.

Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Modo de vida. 2. Territorialidades. 3. Pesca. 4. Título

CDU – XXXX.XXXX

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
Núcleo de Meio Ambiente – NUMA/UFPA

Orientador

Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva
Dep. Geografia - UFPA

Examinador Interno

Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes
Colegiado de Pedagogia – Campus de Bragança/UFPA.

Examinador Externo

Belém, de de 2006.

*Dedico este trabalho ao meu pai Arentino Viana da Silva
e a minha mãe Maria Souza Nunes.*

AGRADECIMENTOS

À Deus Onipotente, Onisciente e Onipresente e, por isso, o Maior de Todos os Geógrafos.

Ao Prof^o. Dr. Gilberto de Miranda Rocha, pela orientação antes exercida no curso de Graduação em Geografia, durante o período do curso de Especialização em Gestão Ambiental e agora pela orientação nesta dissertação de mestrado que, sem dúvida, tem muitas de suas idéias aqui expostas, que foram adquiridas por mim durante os momentos preciosos de orientação para a elaboração deste trabalho. Obrigado pela compreensão e assistência para a realização deste trabalho e para o meu crescimento intelectual. Que nossas conversas venham a ser muito produtivas durante os anos que virão.

Aos professores e funcionários do Departamento, Colegiado de Geografia e Secretaria do Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFPA, especialmente a secretária do Programa Marlene e aos colegas do curso.

Aos meus irmãos, tios, sobrinhos, amigos (especialmente a Abraão Levi, Cirlan Santos, Waldir Sadeck, Romero Albuquerque Maranhão, Michelle Sena da Silva, Cleves Cavalcante e Marcos Mascarenhas) e a muitos outros que ajudaram no meu desenvolvimento intelectual com suas frutíferas divagações sobre o homem e o meio ambiente.

A Joyce Caetano, por entender as horas que eu não estava ao seu lado, devido estar realizando este trabalho e que me deu o apoio necessário para iniciar e terminar o curso e esta dissertação.

Ao presidente da Colônia de Pescadores Z 62 de Breves, o Sr. Milton Galvão; aos moradores do Rio Itaquara, um agradecimento especial para Alaércio Belo e Nazaré Sampaio que foram meus anfitriões, nos dias de pesquisa de campo que fiquei às margens do rio Itaquara, além dos demais representantes da Colônia de Pescadores e moradores do rio Itaquara, por me acolherem e que foram receptivos e tornaram este trabalho possível, espero, mais do que nunca, que a pesquisa realizada venha a ser um importante documento na comprovação da importância das comunidades do Itaquara para a economia do município de Breves.

Novamente agradeço a minha família pela paciência e o companheirismo de sempre.

A todos vocês que me acompanham, obrigado! Eis o resultado...

LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS E MAPAS

	QUADROS	PÁGINA
Quadro 01	Características principais da territorialização e da desterritorialização	61
Quadro 02	Elementos sociologicamente significativos do pescador artesanal e do pescador industrial.	75
Quadro 03	Síntese da Atuação das Instituições da Pesca no Estado do Pará	84
	TABELAS	
Tabela 01	Caracterização dos Atores Envolvidos na Atividade Pesqueira no Estado do Pará	103
Tabela 02	Espécies de Peixes Capturados pelos Pescadores do Rio Ituquara	132
Tabela 03	Tipo de Embarcações Utilizadas pelos Pescadores da Z 62	150
Tabela 04	Conflitos Existentes no Rio Ituquara	163
	FIGURAS	
Figura 01	Elementos Formadores do Modo de Vida	38
Figura 02	Concepções de Território	59
Figura 03	Paradigmas que formam o Território	59
Figura 04	Concepção Operacional da Atuação das Instituições na Pesca Governamentais e Não Governamentais	83
Figura 05	Sede da Colônia de Pesca Z 07 na Praia de Cumbuco – CE.	91
Figura 06	Embarcação de Pescador da Z 07 da Praia de Caucaia - CE.	91
Figura 07	Palácio da Pesca - Colônia de Pescadores de Fortaleza Z-8.	92
Figura 08	Gênero na Colônia de Pescadores Z 62 – Pescadores e Pescadoras.	96
Figura 09	Associados Ativos e Inadimplentes na Z62	96
Figura 10	Tipos de Peixes Extraídos pelos Pescadores da Z 62 (Ton).	99
Figura 11	Família Típica no rio Ituquara	108
Figura 12	Perfil Sexual dos Entrevistados no Rio Ituquara	109
Figura 13	Faixa Etária dos Moradores Entrevistados no Ituquara	110
Figura 14	Local de Nascimento dos Moradores Entrevistados no Rio Ituquara	110

Figura 15	Moradia de Madeira Típica no rio Ituquara	111
Figura 16	Grau de Escolaridade dos Entrevistados no Rio Ituquara	114
Figura 17	Espécies de Culturas Cultivadas no Rio Ituquara	118
Figura 18	Espécies de Plantas Medicinais Utilizadas no Rio Ituquara	119
Figura 19	Uso dos Recursos Naturais: Óleos, Resinas, Talas e Cipós Utilizados pelos Moradores no Rio Ituquara	121
Figura 20	Diversidade Madeireira nas Margens do Rio Ituquara	122
Figura 21	Moradora do Rio Ituquara com espécies frutíferas comuns na região	123
Figura 22	Tipos de animais capturados no Ituquara	124
Figura 23	Captura de Camarão no rio Ituquara	125
Figura 24	Tipos de Peixes Extraídos por Época do Ano	126
Figura 25	Apetrechos Utilizados Pelos Pescadores da Z 62 no Rio Ituquara	136
Figura 26	Tipos de Espinhel	138
Figura 27	Cacuri no rio Ituquara	139
Figura 28	Tapagem com Parí.	140
Figura 29	Pari no rio Ituquara	141
Figura 30	Tipos de Linha de mão	142
Figura 31	Pescadores Realizando a Pesca de linha de mão no Ituquara.	143
Figura 32	Pesca com Tapagem com Rede de Náilon	144
Figura 33	Tarrafa com Linhote e Chumbada	145
Figura 34	Pesca com Tarrafa no Rio Ituquara	146
Figura 35	Matapi Utilizado para a Captura do Camarão	147
Figura 36	Casco	151
Figura 37	Casco no rio Ituquara	152
Figura 38	Rabeta no rio Ituquara	153
Figura 39	Barco de Médio Porte no Rio Ituquara	154
Figura 40	Barco de Grande Porte no Rio Ituquara	154
Figura 41	Pescadores da Z 62 em Reunião no Rio Ituquara	164

MAPAS

Mapa 01	Localização do Município de Breves – PA.	24
Mapa 02	Área de Estudo no Rio Ituquara	27

Mapa 03	Direção do Fluxo de Pescadores Para o Rio Ituquara –Breves – PA.	102
Mapa 04	Moradias e Infra-estrutura no Rio Ituquara	112
Mapa 05	Tipologia de Instrumentos de Trabalho no Rio Ituquara	134
Mapa 06	Moradias e Instrumentos de Trabalho no Rio Ituquara	135
Mapa 07	Territórios de Pesca no Rio Ituquara	158
Mapa 08	Moradias e Territórios de Pesca no Rio Ituquara	160
Mapa 09	Territórios de Pesca e Apetrechos no Rio Ituquara	161
Mapa 10	Sobreposição de Territórios de Pesca no Rio Ituquara	165

LISTA DE SIGLAS

ADA – Agência para o Desenvolvimento da Amazônia

CEPNOR – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte

CONDEPA – Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará

DIFAP – Diretoria de Fauna e de Recursos Pesqueiros

EMATER/PARÁ – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará –

GPS – Global Position System

GREPE – Grupo Executivo de Pesca

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará

LAIG – Laboratório de Análise da Informação Geográfica

MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores

MOPEPA – Movimento dos Pescadores do Estado do Pará

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi.

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

NUMA – Núcleo de Meio Ambiente

ONG – Organização Não-Governamental.

RESEX – Reserva Extrativista

REVIZEE – Score Norte - Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva

SECTAM – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SINPESCA – Sindicato da Indústria da Pesca dos Estados do Pará e Amapá

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

CAPÍTULO		PÁGINA
	RESUMO	XIV
	ABSTRACT	XV
	LÉ RESUME	XVI
1.	INTRODUÇÃO	17
1.1	JUSTIFICATIVA	19
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	19
1.3	OBJETIVOS	21
1.3.1	Objetivo Geral	21
1.3.2	Objetivos Específicos	21
1.4	HIPÓTESES	22
1.5	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PESQUISADA	23
1.6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
2.	O MODO DE VIDA	32
2.1.	Sobre o Modo de Vida	34
2.2.	A Formação do Modo de Vida do Caboclo Amazônida	39
3.	O TERRITÓRIO	47
3.1.	Território e Territorialidades	50
3.2.	A Percepção Ambiental-Territorial em Zonas de Pesca	62
4.	A PESCA E SUAS INSTITUIÇÕES	71
4.1	Os tipos de Pesca, a Pesca Artesanal e o surgimento das Colônias e Zonas de Pesca	72
4.2	Territorialidades de Zonas de Pesca na Amazônia: A Visão do Poder Público e das Ong's	81
4.2.1	A Atuação das Organizações Governamentais na Pesca no Estado do Pará	85
4.2.2	A Atuação das Organizações Não-Governamentais na Pesca no Estado do Pará	92
5.	O MODO DE VIDA NO ITUQUARA	106
5.1.	Aspectos Sociais do Modo de Vida dos Pescadores da Z62 no Rio Itaquara	108
5.2	O Uso do Território	115

6.	TERRITORIALIDADES DOS PESCADORES DO ITUQUARA	128
6.1	Território, Tecnologias de Pesca e Tipos de Embarcação no Ituquara	131
6.2.	Percepção Territorial em Zonas de Pesca: Conflitos existentes na Z 62	155
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177
9.	ANEXOS	186

RESUMO

A Geografia sempre teve como preocupação estudar a relação entre os grupos sociais e o meio no qual eles interagem entre si para extração dos recursos naturais e para a sua própria sobrevivência. Sendo que esta relação sempre foi permeada por determinações de Poder na organização das formas de apropriação dos recursos, derivando desta forma em territorialidades diversas. Essas territorialidades demonstram a variedade de atores que estão envolvidos num determinado território e que materializam ações distintas para a apropriação do espaço e para a utilização dos recursos naturais. No caso da pesca isso não é diferenciado, ao se verificar a prática pesqueira pode-se presenciar também uma diversidade de atores: pescadores, comunidades pesqueiras, associações de pesca, intermediários do pescado, órgãos de fiscalização, etc; sendo que cada um deles relaciona-se de modo diferente com a obtenção e uso dos recursos naturais, materializando ações específicas para a delimitação do território de atuação, adotando territorialidades diversificadas e muitas vezes conflitantes. Mas então, questiona-se com este trabalho, principalmente, de que forma o modo de vida influencia a territorialidade dos pescadores da Colônia de Pescadores Zona 62 de Breves – a Z 62, e como estes pescadores representam este território? Para que se possa responder este questionamento é necessário ter como objetivo principal a análise de como se dá a questão de territorialidade em uma determinada área de atuação dos pescadores da Z 62, o rio Ituquara. Para se conseguir concretizar esta tarefa foi necessário uma pesquisa bibliográfica das principais obras que tratam sobre o tema, priorizando os autores que trabalham na região amazônica e que muito tem contribuído para o incremento da produção bibliográfica sobre a pesca. A pesquisa de campo também foi essencial para a conclusão deste trabalho, enfatizando os momentos importantes dos relatos dos membros da Z 62 e a observação *in locus* do seu modo de vida.

Palavras-chave: Modo de Vida, Território e Territorialidade, Colônia de Pescadores Z 62 de Breves, Rio Ituquara.

ABSTRACT

The Geography always had as concern to study the relationship among the social groups and the middle in which they interact to each other for extraction of the natural resources and for your own survival. And this relationship was always permeated by determinations of Power in the organization in the ways of appropriation of the resources, flowing this way in several territorialidades. Those territorialidades demonstrate the actors' variety that you/they are involved in a certain territory and that materialize different actions for the appropriation of the space and for the use of the natural resources. In the case of the fishing that is not differentiated, when verifying the fishing practice it can also be witnessed a diversity of actors: fishermen, fishing communities, fishing associations, fishing zones and fiscalization organs; and each one of them links of way different with the obtaining and use of the natural resources, materializing specific actions for the delimitação of the territory of performance, this way, adopting diversified territorialidades and a lot of times conflitantes. But then, is it questioned with this work, mainly, that forms the life way does it influence the territorialidade of the fishermen of the Colony of Fishermen Zone 62 of Breves - Z 62? So that one can answer this questionamento it is necessary to have as main objective the analysis of as he/she feels the territorialidade subject in a certain area of performance of Z 62, the river Ituquara. For her to get to render this task was necessary a bibliographical research of the main works that you/they treat on the theme, prioritizing the authors that work in the amazon area and that a lot has been contributing to the increment of the bibliographical production on the fishing. The field research also went essential for the conclusion of this work, emphasizing the important moments of the reports of the members of Z 62 and the observation in locus in your life way.

Key - Words: Way of Life, Territory and Territorialidade, Colony of Fishermen Z 62 of Breves, Ituquara River.

LE RÉSUMÉ

La Géographie avait toujours comme inquiétude pour étudier le rapport parmi les groupes sociaux et le milieu dans qu'ils réagissent réciproquement à l'un l'autre pour extraction des ressources naturelles et pour votre propre survie. Et ce rapport a toujours été filtré par déterminations de Pouvoir dans l'organisation dans l'appropriation des façons de des ressources, couler cette entrée plusieurs territorialidades. Ces territorialidades démontrent la variété des acteurs que les you/they sont impliqués dans un certain territoire et ce matérialisez des actions différentes pour l'appropriation de l'espace et pour l'usage des ressources naturelles. Dans le cas de la pêche qui n'est pas différenciée, quand vérifier l'entraînement de la pêche il peut aussi être témoigné une diversité d'acteurs: pêcheurs, pêcher des communautés, pêcher des associations, pêcher des zones et des organes du fiscalization,; et chacun d'eux liens de chemin différent avec l'obtenir et usage des ressources naturelles, matérialiser des actions spécifiques pour le delimitação du territoire de performance, ce chemin, qui adopte le territorialidades diversifié et beaucoup de conflictantes des temps. En revanche, est-ce qu'il est questionné avec ce travail, principalement, cela forme le chemin de la vie il influencez le territorialidade des pêcheurs de la Colonie de Pêcheurs Zone 62 de Breves - Z 62? Afin qu'on peut répondre ce questionamento c'est nécessaire d'avoir comme objectif du principal l'analyse de comme he/she sent le territorialidade soumettre dans une certaine région de performance de Z 62, la rivière Ituquara. Pour elle commencer à rendre cette tâche était nécessaire une recherche bibliographique des travaux principaux que les you/they traitent sur le thème, en donnant la priorité les auteurs qui travaillent dans la région de l'amazon et que beaucoup a contribué à l'augmentation de la production bibliographique sur la pêche. La recherche sur les lieux est aussi allée essentiel pour la conclusion de ce travail, en accentuant les moments importants des rapports des membres de Z 62 et l'observation dans lieu géométrique dans votre chemin de la vie.

La clef - Mots: Vie of Life, Territoire et Territorialidade, Colonie de Pêcheurs Z 62 de Breves, Rivière Ituquara.

1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo, na maior parte da relação entre homem e natureza, a segunda é vista somente como fornecedora de matérias-primas para o capital, ou seja, como fonte de recursos para a produção de produtos manufaturados (SHIVA, 2000). Na concepção que perpassa todos os contextos vividos desta relação, a utilização dos recursos naturais é vista como ilimitada, onde a idéia basilar está em tirar vantagem – ou lucro, no uso dos recursos naturais, esta é uma idéia ultrapassada, visto que com o discurso de *Desenvolvimento Sustentável*, a sociedade está mais atenta para a preocupação com a falta de recursos naturais, levando em consideração além do capital financeiro e humano o capital-natural¹, também de extrema importância para o processo produtivo.

Entretanto, sem a devida utilização racional dos recursos naturais, pela maior parte dos empreendedores, que utilizam apenas do uso irracional dos recursos naturais – que pode levar à finitude de ambos, homem e meio, a sociedade se manifestará, de forma organizada em movimentos sociais para minimizar os ditos problemas ambientais, causados pela utilização intensa dos recursos naturais pelo mercado, sem levar em consideração a extinção destes recursos. Prova disso, é a criação de organizações sociais que procuram garantir os direitos das minorias em subsistir em um ambiente cada vez mais depredado por grandes organizações da indústria e do comércio, como por exemplo, os pescadores artesanais representados principalmente pelas Colônias de Pescadores (MORAES, 2002, FURTADO, 1993b; 1994).

A preocupação com a falta do pescado é uma realidade para a sociedade atual. A visibilidade dada aos pescadores artesanais, responsáveis por mais da metade do pescado consumido nas grandes cidade (PARÁ, 2003), é importante, uma vez que se procura criar

¹ O capital-natural é representado pelo conjunto dos recursos biológicos em sua diversidade e visto neste trabalho como a possibilidade de gerar lucros sem desmatar a florestas, ou utilizando-a de forma racional.

políticas públicas eficientes que aumentem e otimizem a produção destes personagens sem gerar risco para os estoques pesqueiros.

Como reflexo desta relativa importância dada aos pescadores artesanais no estado do Pará, multiplicam-se organizações não-governamentais com o objetivo de representação desta classe. No rio Itaquara a principal organização não-governamental, com poder de Sindicato, a atuar naquele espaço é a Colônia de Pescadores e Pescadoras Z – 62, a Z 62 de Breves. Esta organização é de fundamental importância no que tange a busca de melhores condições de vida para seus associados, e também fonte de referência para a execução deste trabalho, visto que se manifestou como intermediária na relação pesquisador e pesquisados. Deste fato, procura-se analisar com este trabalho algumas questões referentes à pesca artesanal no estado do Pará, mais especificamente no rio Itaquara, situado no município de Breves, considerando que nos últimos anos este rio vem tendo uma importância singular para a população daquele município e para a geração de renda para os pescadores que nele atuam.

Dessa forma, o modo de vida do pescador artesanal do rio Itaquara, associado à Z 62, é ponto central para se entender o processo pelo qual passa a atividade pesqueira naquele espaço e de como eles se territorializam e percebem este território, para deste processo adquirir condições para a sua subsistência, sem deixar de levar em consideração a atuação dos Organismos Governamentais fiscalizadores (IBAMA e SECTAM), além das demais instituições que representam a classe de trabalhadores da pesca (MOPEPA e MONAPE)². Assim o modo de vida e a percepção territorial dos pescadores, de como eles interagem com seus territórios de pesca e com os demais recursos naturais, perpassa todo o desenvolvimento deste trabalho.

² Em capítulo oportuno será explicado porquê estas instituições e entidades foram selecionadas para a pesquisa.

1.1 JUSTIFICATIVA

A necessidade deste estudo é para que se possa proporcionar mais informações sobre a importância dos modos de vida dos pescadores artesanais do estuário amazônico e de que forma estes pescadores se territorializam no espaço em que atuam. Além do que, este trabalho vem propor a análise sobre a apropriação dos recursos naturais e de que modo se dá esta apropriação pelos pescadores do rio Itaquara, visto que existe uma territorialidade não reconhecida pelos órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização e controle da extração do pescado no território brasileiro, mas que é percebido e vivido pelos pescadores integrantes de Zonas de Pesca em todo território nacional (MALDONADO, 1993), o que não é diferente com os pescadores do Itaquara.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Conforme afirmado anteriormente, a situação dos pescadores artesanais no estado do Pará se mostra cada vez mais preocupante no momento atual, ainda mais na ocasião em que a pesca industrial – enfatizando aquela realizada de forma ilegal e desorganizada, tem se destacado como o mais forte concorrente de todos os tempos (CASTRO, 2004). Diante deste fato, este trabalho procura fazer uma análise do que ocorreu, e vem ocorrendo, com comunidades com tradição no *manejo positivo*³, ou sustentável, do pescado. Como objeto de pesquisa optou-se pelos pescadores da Colônia de Pescadores e Pescadoras Z 62, no município de Breves – PA, a Z 62 de Breves devido a importância que estes indivíduos representam para o município.

³ O manejo positivo, diferente do dito manejo negativo, é visto segundo a possibilidade de utilizar racionalmente os recursos naturais oferecidos pela natureza, ou seja, utiliza-los de forma a não causar sua extinção, utilizar sustentavelmente.

Os acontecimentos demonstram que os pescadores e pescadoras artesanais – mais especificamente os pescadores e pescadoras da Z 62, terão que se adaptar ao momento moderno, isto é, adaptar seu modo de vida ante os desafios atuais impostos pela sociedade exterior (SORRE, 1984; 2002). Todavia, resistências e limitações foram demonstradas no decorrer do início da pesquisa, isto se torna claro nas entrevistas e até nas pesquisas bibliográficas sobre a pesca artesanal de outras localidades na Amazônia brasileira. Por meio da análise consistente desta realidade há possibilidade de estudos posteriores em que os pescadores(as), além de serem os principais fornecedores de pescado para as grandes metrópoles (SILVA e BEGOSSI, 2004), terão seus modos de vida, bem como os seus ordenamentos territoriais – suas territorialidades, assegurados podendo preservar suas culturas e seus modos de subsistir tradicionais.

Os questionamentos mais importantes que este trabalho procura responder são os seguintes:

- a) Como se compreende os conceitos de modo de vida, de território e percepção territorial-ambiental na ciência geográfica?
- b) Como é compreendida a pesca e quais são as principais Instituições da Pesca no estado do Pará? enfatizando o surgimento das Colônias de Pesca e sua importância para a representação dos pescadores artesanais, tendo como base o que ocorre na Z 62.
- c) De que forma o modo de vida influencia a territorialidade dos pescadores associados na Z 62, moradores do rio Ituquara, no município de Breves?
- d) Qual é a importância do território e como é percebida a territorialidade dos pescadores da Z 62? Como os pescadores artesanais do rio Ituquara representam cartograficamente seus territórios de pesca? Sendo que é preciso levar em consideração os conflitos e impasses na organização territorial e social dos pescadores estudados

A partir destas questões norteadoras, pretende-se seguir os objetivos abaixo.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar, segundo a visão dos pescadores artesanais da Z 62, utilizando como instrumento para isso o referencial teórico e as categorias de modo de vida de La Blache (1954) e de território de Haesbaert (2002; 2004), como se dá o modo de vida e a territorialização no rio Ituquara – Breves – PA, principal rio onde se realiza a pesca artesanal na região. Ao mesmo tempo, pretende-se analisar a percepção territorial dos pescadores participantes da Colônia de Pescadores Z 62 e o papel dos organismos responsáveis pela fiscalização e monitoramento da extração dos recursos aquáticos no espaço estudado.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos aos quais este trabalho propôs seguir são:

- Analisar os principais tipos de pesca e Instituições de Pesca atuantes no estado do Pará, dando ênfase para o papel da Colônia de Pescadores Z 62;
- Analisar o modo de vida e as territorialidades dos pescadores artesanais, moradores das margens do rio Ituquara, atuantes na Colônia de Pescadores Z 62 de Breves;
- Analisar qual é a forma de territorialidade existente, tanto em nível formal, quanto em nível informal, no rio Ituquara;
- Realizar mapeamento preliminar dos territórios pesqueiros no rio Ituquara, levando em consideração a percepção territorial dos integrantes das colônias que atuam na área pesquisada

1.4. HIPÓTESES

A gestão de políticas públicas e o uso dos recursos naturais implica identificar estes recursos, seu potencial e diversidade, bem como considerar a racionalidade do processo de apropriação que estes recursos estão submetidos, suas condições de acesso e controle por parte da sociedade. A hipótese básica deste trabalho é a de que o modo de vida dos pescadores artesanais da colônia de pesca da Zona 62 de Breves possui uma territorialidade definida por eles e reconhecida pelos demais pescadores de outras Zonas de Pesca próximas. Portanto, por mais que não sejam reconhecidas oficialmente as territorialidades dos pescadores artesanais, estudos de campo preliminares apontam a sua existência de fato que reflete no nome ZONAS DE PESCA existentes em todo o território paraense (SILVA, 2004; MCGRATH, 1993, FURTADO, 1993a) e em outros estados do país, como por exemplo no Rio de Janeiro, Ceará e no Amapá (DIEGUES, 2002; CASTRO, 2004; BEGOSSI, 2004, CARDOSO, 1996; 2001a; 2001b; 2005). Este fato faz com que seja possível cartografar a área levando em consideração os padrões propostos pelos pescadores e a percepção territorial destes indivíduos.

Um estudo preliminar de campo demonstrou que é evidente que as Zonas de Pesca no estado do Pará não estão ordenadas de forma adequada, pois só levam em consideração os recursos naturais – o pescado, não que não seja fator, pois sem o recurso não existiria o extrativismo. Entretanto, leva-se em consideração apenas os recursos e deixa-se de considerar os fatores sociais que fazem parte da formação de territorialidades (HAESBAERT, 2004). Fato este notado pela falta de uma fiscalização dos órgãos competentes em mapear esta situação. Nota-se a falta de um estudo mais apurado sobre a temática, em como se deve zonestar/territorializar racionalmente estas zonas para melhor ordenar territorialmente as áreas de influência das colônias de pescadores no estado do

Pará. Sendo que a cartografia sobre o assunto é deficiente ou inexistente. Neste trabalho foi realizada a cartografia da área pesquisada, levando em consideração a percepção dos pescadores, de modo que ficará disposta para a utilização dos pescadores da Z 62 em um momento posterior.

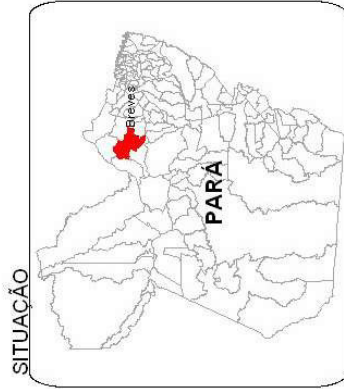
1.5. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PESQUISADA

A sede da Colônia de pescadores da Z 62 localiza-se no município de Breves, estado do Pará. Este município distancia-se da capital Belém a aproximadamente 13 horas em viagem de barco, sendo a distância do rio Itaquara para a cidade de Belém de 24 horas. É uma associação com curto período existência – fundada em 23 de abril de 2000, porém diversos acontecimentos ocorreram durante este tempo, onde a atuação da entidade vem demonstrando-se de fundamental importância quando se trata de defender os interesses dos pescadores associados.

Breves é um município que teve, durante muito tempo, sua economia voltada para a exploração da madeira e de outros recursos naturais, como o açaí e o palmito. Contudo nos últimos anos estas atividades vem sofrendo um declínio, seja pela escassez da madeira sobreexplorada na região, seja pela atuação dos órgãos de fiscalização na proibição da extração irregular de espécies nativas. Novas atividades produtivas vêm se destacando no município de Breves que, além do comércio, vem dando mais visibilidade para a atividade pesqueira, durante muito tempo deixada de lado pelas políticas públicas municipais.

Como se pode verificar no mapa 01, Breves é um município que tem seu território recortado por diversos corpos d'água, fato comum na região amazônica e que complexifica ainda mais a questão de se trabalhar com a territorialidade dos pescadores nos rios da região.

Mapa 02: Localização do Município de Breves - PA

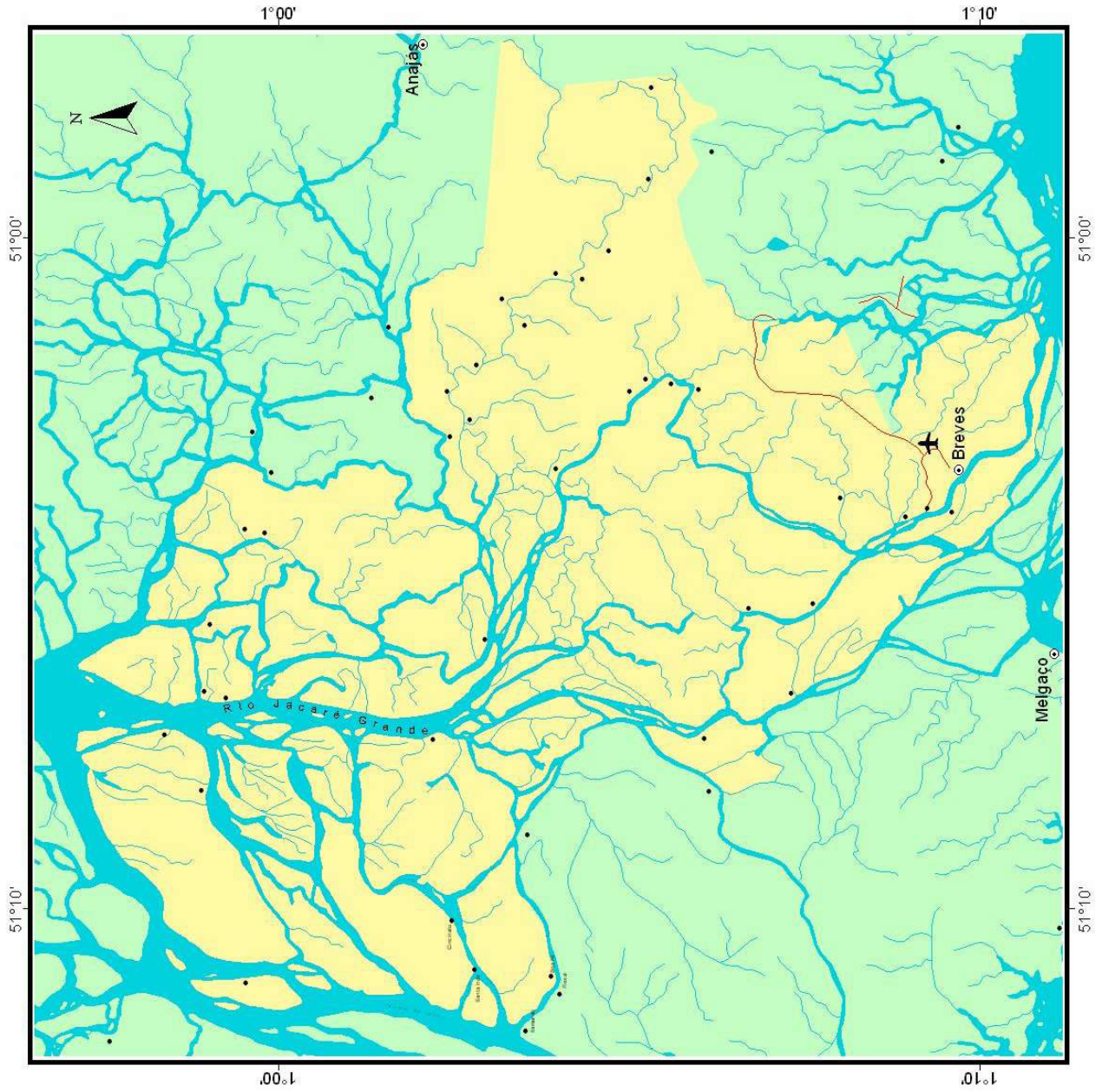


CONVENÇÕES

- Sede
- Localidades
- ✈ Campo de Pouso
- ~ Drenagem
- ~ Estradas



Fonte: Base Digital do IBGE 2001
 Dados de Campo, Silva (2006)
 Execução: Christian Nunes e
 Luis Sadeck



Não obstante, torna-se mais difícil ao se analisar uma área que compreende um ambiente de rio, tão grande quanto a do Rio Ituquara, no município de Breves onde atua a Z 62, pois além de os limites serem impostos naturalmente, são também impostos politicamente, isto é, os limites municipais e naturais do rio. Os “limites políticos” dos pescadores – suas territorialidades, existem com a concordância de “partes iguais”, no caso da utilização do rio por diversos pescadores – locais e “de fora”, que estipulam fronteiras imaginárias ou naturais de ação. Desse modo, como se precaver de “invasões” de pescadores que se acham no direito de utilizar um bem comunal da população?

Sem dúvida um rio como o rio Ituquara não pode ser de domínio privado, pois, além da legislação não permitir, existem em seu curso afluentes e diversos modos de vida e diferentes atividades – muitas vezes superpondo-se e transformando-se em multiterritorialidades, que procuram em suas águas formas de subsistir, sejam elas consideradas ultrapassadas ou adaptadas aos dias atuais.

A área de pesquisa foi escolhida por ser o principal ponto de pesca do rio Ituquara e compreende uma área nas proximidades das comunidades de Cincinato e Santa Inês. Também são as comunidades que mais têm moradores no resto rio.

Para melhor organização interna e externa os moradores do rio Ituquara se auto-reconhecem como *comunidades*, nota-se, porém, que este conceito baseou-se em preceitos católicos, ao serem denominadas primeiramente de *Comunidades Eclesiais de Base* (BETTO, 1981). Entretanto, este fato não impede que os moradores evangélicos das margens do rio Ituquara participem das ações dos moradores católicos e se auto-denominem como integrantes das comunidades, enquanto organização, enfatizando que não são católicos, mas estão aglomerados por questão de auxílio mútuo entre os moradores (SILVA, 2003).

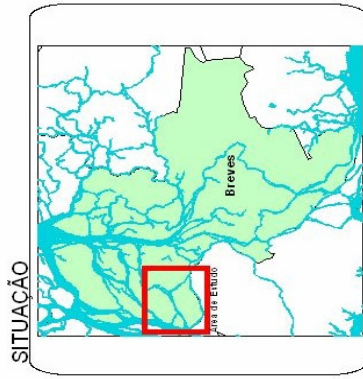
O paraense Raimundo Morais (2000) por volta de meados da década de 20 do século passado descreveu a paisagem pelos rios afluentes do estreito de Breves. Entre os rios em que o autor viajou, passou pelo Ituquara e fez uma breve descrição sobre o rio:

(...) o Ituquara, antigamente franco e navegável, começou a suspender o leito. Os fartos bigodes dos paquetes de calado, mal a tocavam, desapareciam do talhamar, sintoma seguro de pouco fundo. Sondaram. Aqui 24 pés, ali 22, acolá 23. era quase a barragem (sic). (MORAES, 2000, p. 35).

Contudo, durante a pesquisa de campo o rio Ituquara mostrou-se de largura média (aproximadamente 300 metros) para os padrões dos rios amazônicos – que podem chegar até larguras de 600 metros (ABREU, 1992 [1895]). O Ituquara possui uma profundidade elevada, por mais que não foi possível de determinar este fato no período da pesquisa de campo por falta de aparelhos adequados. Todavia, segundo relatos dos moradores locais que trabalham naquele ambiente, por aquele rio passam navios de grande porte e ele é bastante profundo.

No mapa 02, verifica-se a localização da área pesquisada, sendo o rio Ituquara um rio onde é notada uma grande movimentação de embarcações, pois nele trafegam barcos e navios de diversas cidades amazônicas, como por exemplo: Santana e Macapá no Amapá, Afuá, Anajá e Gurupá, no Pará, entre outras. Desse fato, observa-se a importância deste rio para a locomoção da região amazônica, tornando-se também, um dos problemas que mais afligem os moradores das margens do rio Ituquara: a intensa circulação de embarcações no rio, que, segundo relato dos próprios moradores, interfere em suas atividades, principalmente na pesca.

**Mapa 03: Área de Estudo
no Rio Ituquara**

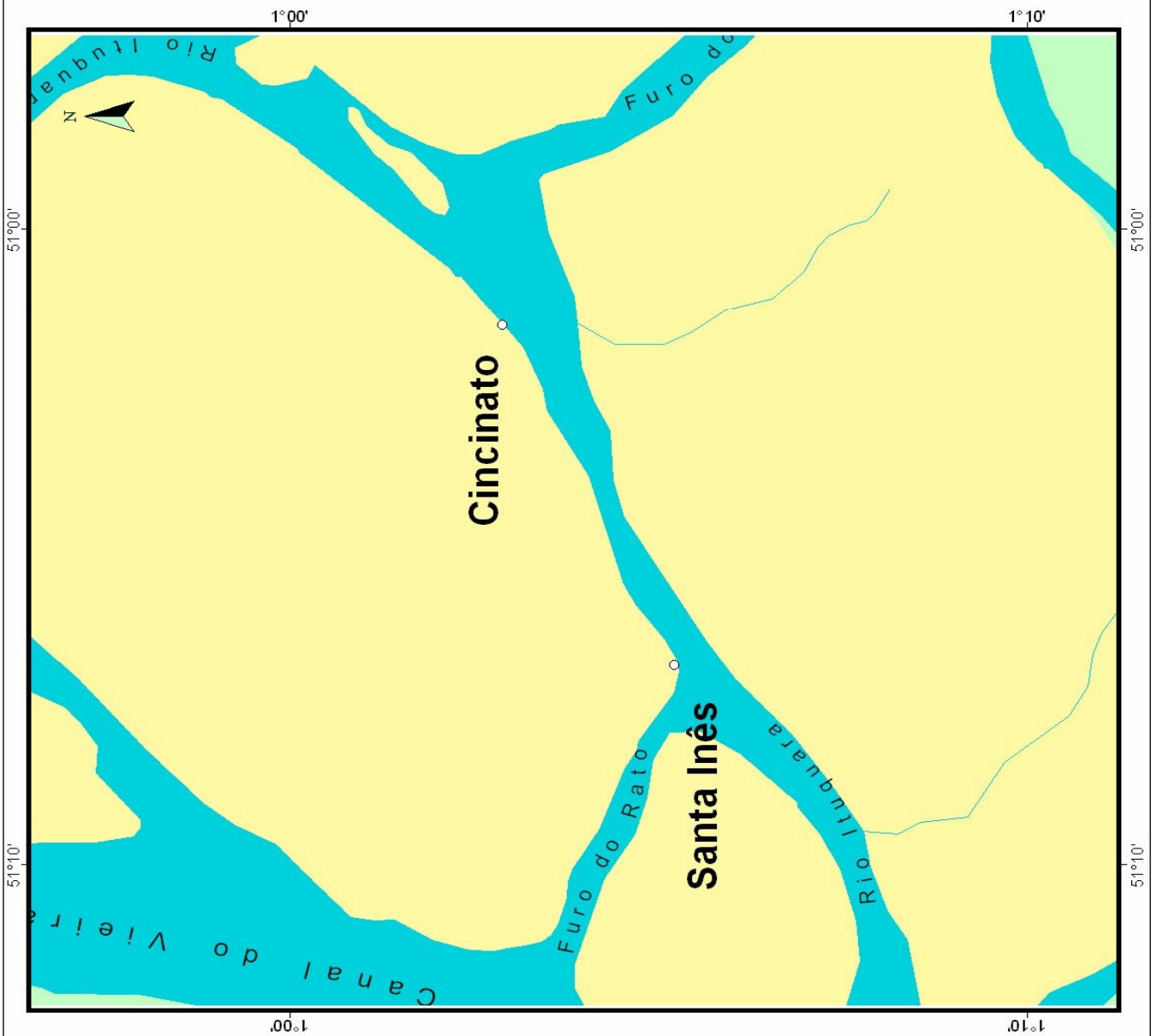


CONVENÇÕES

- Localidades
- ~ Rios



Fonte: Base Digital do IBGE 2001
Dados de Campo, Silva (2006)
Execução: Christian Nunes e
Luis Sadeck



1.6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a fundamentação teórica - de modo de vida e de território, a metodologia a ser desenvolvida foi realizada por meio de pesquisas junto às comunidades integrantes da Z 62, as comunidades de Cincinato e de Santa Inês, nas quais procurou-se resgatar a memória local para verificar como é percebido o território dos pescadores. Para que esta fase se comprovasse foi necessário o trabalho empírico em campo, por meio da observação, conforme Oliveira (1998) evidencia, a aplicação de questionários, verificando qual a sua configuração atual e perspectivas futuras. Na busca do trabalho a pesquisa desenvolveu, também, os seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento bibliográfico e pesquisa da documentação em órgãos públicos, com objetivo de coletar informações relativas à pesquisa proposta, como o MPEG, IBAMA, IBGE, além de informações sobre as ONGs envolvidas, como o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE e o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará - MOPEPA;
- Elaboração dos questionários, reconhecimento e pesquisa de campo;
- Elaboração de tabelas e outros dados estatísticos, com objetivo destes serem apresentados em eventos locais, nacionais e internacionais, além da divulgação dos dados para as comunidades estudadas;
- Levantamento fotográfico com a conseqüente análise das fotos para, que por meio da visualização, possa ser verificado como a dinâmica territorial está representada nas Zonas de pesca;
- Elaboração de mapas temáticos (elaborados no LAIG/UFGA) com utilização de GPS (Global Position System), modelo Garmin 48, com a finalidade de facilitar a visualização dos pontos não bem definidos, como: comunidades, moradias, etc. Com

a utilização deste aparelho foi possível aplicar o técnica de pesquisa trabalhado por Begossi (2001; 2004; 2006), denominado de *marcação de pesqueiros*, que consiste na indicação, realizada por um pescador experiente, dos principais territórios de pesca localizados ao longo do curso do rio, resultados desta técnica são os mapas de pesqueiros e sobreposição dos pesqueiros, no capítulo 6.

O período de pesquisa de campo ocorreu no mês de janeiro de 2006, no qual foram aplicados questionários para aproximadamente 60% dos pescadores artesanais que habitam as margens do rio Ituquara, em anexo demonstra-se os questionários que foram utilizados na pesquisa de campo para as entrevistas com os pescadores e para com o presidente da Colônia de Pescadores, o Sr. Milton Galvão.

Esta dissertação de mestrado é composta de cinco capítulos básicos para que seja discutido o tema proposto, a relação entre a uso dos recursos naturais pela sociedade, no caso específico, o uso dos recursos naturais pelos pescadores da Z 62 do município de Breves, e de como estes pescadores artesanais se territorializam no espaço em que executam suas atividades: Os capítulos estão assim dispostos:

O primeiro capítulo faz uma análise do conceito de modo de vida e a importância deste conceito para a região estudada (amazônica), analisando no final como ocorre o modo de vida dos moradores da região. Este capítulo procura fazer uma relação direta do conceito de modo de vida e sua aplicação na região amazônica, uma vez que o conceito de modo de vida tem grande importância para a identidade, no caso aqui analisado, dos pescadores com o local em que atuam seus territórios de pesca.

Entretanto, o conceito de modo de vida deve ser aqui entendido segundo a íntima relação existente entre e os recursos naturais e o modo de produção – as técnicas de produzir e reproduzir o espaço (HAESBAERT, 2004); os aspectos culturais que as sociedades realizam, pois estes desenvolvem e singularizam estas sociedades. Dessa forma,

o modo de vida define como a população se territorializa em um determinado espaço, isto é, de que modo a população se apropria dos recursos existentes no espaço em que atua.

O segundo capítulo é apresentado como uma análise do conceito de território e uma breve explanação sobre algumas de suas vertentes, incluindo a questão de Zona. A noção de territorialidade é percebida enquanto espaço de atuação definido pelos pescadores, mas não reconhecido pelos órgãos governamentais responsáveis pela pesca no contexto Estadual e Federal – a SECTAM e o IBAMA. Este capítulo é essencial para se entender O conceito de território e de como ocorre a territorialização dos pescadores artesanais, visto como eles podem cartografar e representar graficamente o espaço de vivência e seus territórios de pesca. Ainda no segundo capítulo apresenta-se a noção de *percepção ambiental-territorial*, no caso aqui discutida como subsídio para se analisar a percepção dos pescadores da Z 62. Esta noção procura entender como os pescadores representam cartograficamente os territórios que ocupam. Sendo que, a percepção territorial parte do pressuposto da existência de uma identidade individual que se reflete coletivamente na estrutura mental e cognitiva dos pescadores, conforme é trabalhada no último capítulo

O terceiro capítulo procura fazer uma reflexão sobre a atividade pesqueira e de como esta é entendida por alguns autores que trabalham com esta temática. Neste capítulo procura-se demonstrar como está sendo entendida a atividade pesqueira por estes autores e, no momento atual, pela sociedade. O terceiro capítulo faz ainda uma contextualização histórica de como foram criadas as primeiras Colônias de Pescadores no Brasil e de como esta colônias atuam, tendo como exemplo principal a Colônia de Pescadores Z 62. A atuação das principais instituições governamentais em nível Federal e Estadual, bem como a atuação das organizações não-governamentais que representam os pescadores artesanais no contexto Nacional e Estadual também é discutida neste capítulo, que tenta demonstrar a importância das mesmas.

Nos dois últimos capítulos, o quarto e quinto capítulos, são discutidos na prática como se dá o modo de vida e a territorialização dos pescadores do rio Ituquara. Visto que se teve como subsídios teóricos os capítulos primeiro e segundo, estes capítulos vêm a ser a aplicação dos dois conceitos para se analisar a realidade dos pescadores do rio Ituquara. Nestes capítulos procura-se utilizar as concepções teóricas do estudo com a realidade do objeto de pesquisa, analisando os modos de vida, as territorialidades e como os pescadores artesanais do rio Ituquara percebem e representam graficamente suas territorialidades no espaço em que habitam e trabalham.

O MODO DE VIDA

Este capítulo pretende analisar o conceito de modo de vida baseando-se principalmente nas concepções de La Blache (1954) e Sorre (2002), verificando-se como este conceito pode ser utilizado para se analisar o modo de vida do habitante amazônico, mais especificamente, o modo de vida do pescador artesanal do rio Itaquara. Dessa forma, deve-se levar em consideração que este indivíduo é reflexo de uma miscigenação biológica ocorrida entre diversas outras etnias e culturas diferentes, sejam elas européias, africanas ou indígenas conforme verificou Wagley (1988) em meados do século XX com seus estudos na região amazônica. O caboclo possui seu modo de vida peculiar, que alia a forma de subsistir no ambiente tropical com o conhecimento cultural, adquirido durante séculos de convivência “estável” com a natureza.

As publicações existentes sobre o tema demonstram que além dos “tipos formadores” do modo de vida caboclo amazônida, a região amazônica presenciou, ainda, a entrada de uma grande quantidade de imigrantes de diversas regiões do país, mais fortemente oriunda da região nordeste do Brasil em meados do século XX (OLIVEIRA FILHO, 1979), que participaram na formação atual de novos costumes para a região, sendo assim, introduzindo novos modos de vida, novos hábitos, o que só veio a enriquecer a cultura das populações. Assim, além da concepção de miscigenação verificada por Wagley (1988) observa-se que o caboclo é fruto, também, de um processo político-social pelo qual passou a região amazônica e o país nos últimos anos: a tentativa de integração da região ao restante do Brasil, cujos reflexos são expostos na implantação de grandes projetos na região (BECKER, 2004). Então, é de extrema importância discutir o *modus vivendi* deste indivíduo para que se possa entender de que forma se deu e dá seu modo de vida, considerado, no passado, relativamente sustentável⁴.

⁴ A noção de estabilidade é colocada de forma relativa, pois se aplica ante aos impactos menores causados pelos habitantes amazônicos de outrora em relação aos impactos atuais que ocorrem com a implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos na região.

2.1. Sobre o Modo de Vida

A relação homem-natureza sempre se deu de forma muito complexa. Desde os tempos pré-históricos da sociedade humana, onde verifica-se ter existido uma suposta sujeição do homem ao meio-ambiente, encontrando-se indícios que levaram alguns teóricos a afirmar um suposto *Determinismo Geográfico*, exercido pela natureza sobre o homem e sua cultura. Estudos deste tipo foram atribuídos ao alemão Friedrich Ratzel (MORAES, 1990; CORRÊA, 1987), que ao formular suas teorias sobre o meio ambiente e o homem, afirmou ser o homem um ente relativamente determinado por condições climáticas, ou outros fatores naturais. Ratzel, no afã de justificar a ideologia alemã da época, criou o conceito de *espaço vital*, no qual afirma ter, determinada sociedade, a necessidade de expandir seus territórios, e seus modos de vida, para que possa sobreviver e assim conquistar novos territórios.

Nesta perspectiva, e confrontando o pensamento ratzeliano, o francês Paul Vidal de La Blache (MORAIS, 1996) formula sua teoria. La Blache defende a teoria do *Possibilismo Geográfico* (LA BLACHE, 1954; MOREIRA, 1994), afirmando que na realidade o homem encontraria na natureza uma *fornecedora de possibilidades* e não a agente determinante sobre ele e seu modo de vida. Contudo, analisando os modos de vida, La Blache também estava tentando justificar o poderio francês e com isso inibir as teorias dos pensadores alemães, sendo que ambos foram influenciados pelas obras de Charles Darwin, no qual a evolução humana estaria intimamente ligada a noção de território e ao uso dos recursos naturais (DARWIN, 2005).

Na concepção de La Blache o homem responderia às possibilidades oferecidas pela natureza reagindo e adaptando-se ativamente a essas condições, determinando-se por uma ou várias das possibilidades que o meio oferece, sendo que, segundo o autor, o homem

primitivo sofria muito mais as influencias do meio do que o homem moderno, pois a técnica a desenvolver-se, liberta-lo-ia pouco a pouco. Dessa forma, seguindo os preceitos de La Blache Carl, Sauer (1995) afirmou que:

um modo de vida refere-se sempre a uma colectividade. Podemos defini-lo como o conjunto de hábitos pelos quais o grupo que os pratica assegura sua existência: a pesca, a caça, a colheita de frutos, a agricultura sedentária e a vida pastoril são tipos de modos de vida que se integram em esquemas de vida mais complexos (sic). (SAUER, 1995, p. 169).

Já para Maximiliem Sorre (1984), ao analisar o conceito de modo de vida, verifica que este conceito é similar ao conceito de *gênero de vida* do indivíduo⁵. Para Sorre (2002), pode-se dizer que a expressão *gênero de vida* – ou modo de vida, designa o conjunto mais ou menos coordenado das atividades espirituais e materiais consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua permanência em determinado meio – que se torna, conseqüentemente, seu território. Sendo que, uma vez que determinado grupo humano é impellido para fora do seu território, pela necessidade ou pela força, leva consigo o seu modo de vida.

Então, o estudo dos gêneros de vida e/ou modos de vida, baseiam-se em atividades básicas de sociedades tradicionais, como a pesca, na criação nômade, na agricultura ou em características urbanas de sociedades mais complexas que possuem uma acentuada dependência de suas técnicas. Assim sendo, Sorre (1984) verifica que o gênero de vida, assim como o modo de vida, é um conjunto de técnicas, ou segundo as palavras do autor (...) *não é abuso considerar, ao menos inicialmente, um gênero de vida como uma combinação de técnicas (p. 17). (...) conjunto de técnicas, os gêneros de vida são formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico (p. 22)*. Entretanto, levando-se

⁵ O conceito de modo de vida é trabalhado por La Blache como *genres de vie*, todavia, na tradução da obra de La Blache Emmanuel De Martonne se refere a este conceito como modo de vida por ser mais condizente com a tradução para a língua portuguesa (LA BLECHE, 1954, p. 34). Dessa maneira, modo de vida e gênero de vida podem ser entendidos como o mesmo conceito, conforme utiliza Sorre (2002).

em consideração esta afirmação, é necessário reconhecer que o modo de vida surge como uma combinação de técnicas para a melhor utilização dos recursos naturais.

Por sua vez, na concepção de Marx e Engels (1984), o modo de vida deve ser entendido segundo a íntima relação existente entre o modo de produção e os aspectos culturais que envolvem as sociedades. Portanto, o modo de vida não pode ser entendido sem o modo de produção – as técnicas de produzir e reproduzir o espaço, e muito menos sem analisar os aspectos culturais, pois estes desenvolvem e singularizam as sociedades. Esses modos organizacionais passam por processos de transformação no decorrer do desenvolvimento demográfico da sociedade, que definirá como as técnicas deverão progredir ou retroagir, conforme a necessidade de obtenção de produtos que definirão a reprodução social.

Para Marx e Engels o conceito de modo de vida, quando aplicaram na obra *Ideologia Alemã* (1984), diz respeito a como os homens produzem os seus meios de vida e para isso constróem uma série de costumes que serão necessários para a sua reprodução, ou seja:

O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado **modo de vida**⁶ dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são, coincide, portanto, com sua produção, com **o que** produzem e também com o **como** produzem. Aquilo que os indivíduos são, depende, portanto, das condições materiais da sua produção. E esta produção só surge com o **aumento da população** (MARX; ENGELS, 1984, p. 15).

Na análise acima, observa-se que o aumento do modo de produção está intimamente ligado ao aumento da população. Assim sendo, para que haja um aumento

⁶ Grifo nosso.

significativo no modo de produção, o aumento populacional será um dos principais impulsionadores no desenvolvimento dessas técnicas. Na análise de Malthus (1983), também verifica-se que o aumento da produção está intimamente relacionado ao aumento populacional. Esse aumento determinará o desenvolvimento dos modos de vida para qualquer civilização, em como as atividades agrícolas, industriais ou extrativistas deverão sofrer um incremento devido o aumento populacional, ou caso não acompanhem o crescimento, tendem ao desaparecimento. Sauer (1995) faz uma afirmação similar a esta quando verifica que

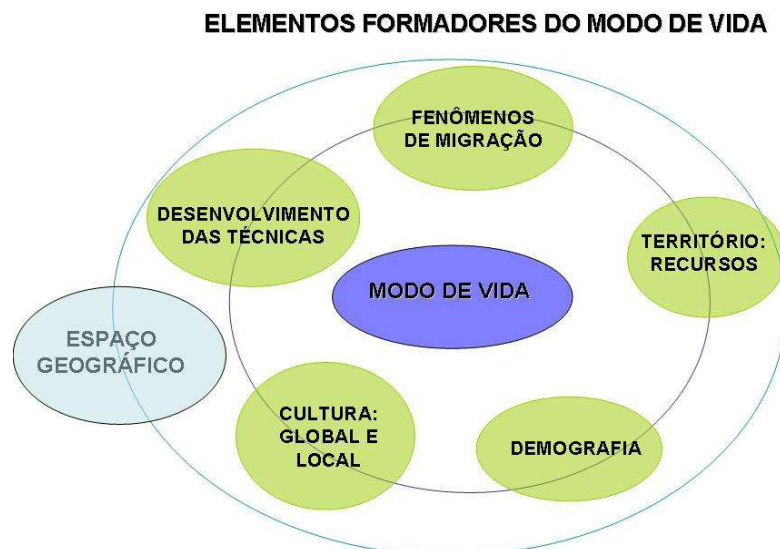
Não há modos de vida perenes. Mesmo quando não recebe influências externas, um dado modo de vida modifica-se mais rapidamente ou mais lentamente pela invenção de técnicas novas ou por modificações demográficas (um aumento populacional leva a esforços no sentido de um aumento dos meios de subsistência (SAUER, 1995, p. 173)

Similar a esta afirmação, Sorre (2002) também reconhece no crescimento demográfico acelerado uma ameaça constante no desequilíbrio entre as necessidades de subsistência das sociedades e a capacidade de carga – ou de suporte⁷, dos recursos naturais oferecidos pelo território.

Dessa maneira, o modo de vida se territorializa quando o indivíduo se identifica com um determinado espaço, ocorrendo diversas territorialidades, em atividades humanas, como a pesca, ocorrem atividades diversificadas em um mesmo território, é o que alguns autores chamam de multiterritorialidades (HAESBAERT, 2002; 2004). Dessa maneira a figura 01 a seguir representa uma síntese do que se pode entender como um processo em que o modo de vida é influenciado, ora pelo próprio homem, ora pelos recursos naturais e demais fenômenos exógenos.

⁷ Capacidade de carga ou de suporte é a capacidade que tem os recursos naturais em se regenerar para atender as necessidades de subsistência de um dado grupo humano.

Figura 01: Elementos Formadores do Modo de Vida



Fonte:

Elaborado e organizado por Christian Nunes da Silva (2006)

Dessa maneira, verifica-se que a questão dos modos de vida de uma dada sociedade sofrem diversas outras influências internas e externas, que fazem com que os modos de vida da população mudem, ou se adaptem, dependendo da necessidade da sociedade. Assim, questões como o intenso processo de globalização cultural vivido no momento atual são de grande relevância, a ponto de alguns autores acreditarem em um tipo de *padrogeineização dos modos de vida* na sociedade atual, isto é, devido a evolução dos meios de comunicação e transporte, observa-se que modos de vida dominantes tentam se impor a modos de vida menos abrangentes e mais tradicionais. Esse fato pode ser observado em populações rurais e tradicionais que sofreram uma espécie de *desterritorialização*⁸ em decorrência do avanço das técnicas de produção mais avançadas tecnologicamente. Entretanto, modos de vida tradicionais ainda podem ser notados, como, por exemplo, pode-se citar o modo de vida do habitante amazônico (SHIVA, 2000).

⁸ Segundo Haesbaert (2004, p. 315), existem no momento atual verdadeiros *aglomerados de exclusão* que seriam indivíduos *desterritorializados*, ou seja, vivendo em um tipo de exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação”, (material e simbólica) indispensável à participação efetiva como membros de uma sociedade.

2.2. A Formação do Modo de Vida do Caboclo Amazônida

Partindo do que foi dito anteriormente, o conceito de *modo de vida* é incorporado à análise de dados levantados em estudos antropogeográficos realizados na Amazônia. Dentre os autores que se debruçaram em estudar esse conceito, têm-se Charles Wagley (1988). A relevância das considerações realizadas sobre a importância da cultura cabocla para região amazônica são inquestionáveis. O *modo de vida tropical* analisado por Wagley (1988), demonstra uma série de características que singularizam este indivíduo, com suas técnicas e padrões culturais semelhantes em grande parte da Amazônia brasileira, pois o ambiente, aparentemente homogêneo, necessita de aparelhos e equipamentos que se adaptam ao meio, isto é, técnicas condizentes com o ambiente e necessárias à incorporação dos recursos naturais existentes na região pelas populações locais. Para que ocorra essa adaptação, culturas e técnicas diferentes vão formar o tipo cultural *caboclo*, ou seja, por meio de uma miscigenação⁹ e hibridação cultural e biológica (OLIVEIRA FILHO, 1979; LIMA, 2000), esse personagem regional ganha identidade e reconhecimento pelo ambiente exógeno da região amazônica

Ao se pensar na região Amazônia deve-se considerar os *modos de vida* da civilização local e anterior ao dito “descobrimento”, ou seja, dos índios, que foram incorporando novas culturas e assim criando uma padronização, no que diz respeito às características próprias das populações existentes na região amazônica. Porém, com aspectos similares a outros grupos em outras regiões do país. Há ainda de considerar-se a influência que os grupos indígenas receberam dos nordestinos e de migrantes de outras regiões brasileiras, que se estabeleceram na Amazônia com o *boom* da borracha, ocorrido

⁹ ¹ A miscigenação ocorreu com os contatos que os índios tiveram com os europeus, negros e, posteriormente, os “tipos brasileiros”, característicos de determinada região, enfatizando sempre o papel do nordestino que se embrenhou na Amazônia nos períodos de *boom* da borracha, no início do séc. XX (TOCANTINS, 1993; LIMA, 1999).

no final do séc. XIX e início do séc. XX (TOCANTINS, 1993; WEINSTEIN, 1993). Para Oliveira Filho (1979), a utilização da mão-de-obra indígena foi incrementada significativamente com a mão-de-obra nordestina, sendo utilizada largamente na extração da borracha na Amazônia, onde:

Esse tipo de unidade produtiva vigora não apenas com a mão-de-obra indígena, mas também com os primeiros grupos de nordestinos que fugindo das secas são conduzidos aos núcleos agrícolas da Amazônia e daí rumam, levando sua própria família, para os seringais em exploração (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 125).

Assim sendo, aliado à necessidade de sustentar a família, o migrante nordestino percebia na extração da borracha uma forma de subsistência. Contudo, ao adentrar no seringal era obrigado a trabalhar em um sistema de semi-escravidão, no qual Weinstein (1993) analisa como sendo o sistema de “*aviamento*”.

A visão do europeu em seus primeiros contatos com as populações autóctones da Amazônia foi a de considerar o índio não como uma pessoa, mas como um animal desprovido de raciocínio. Alguns autores e viajantes divulgaram diversas características negativas atribuídas ao índio brasileiro, como La Condamine (2000) e Spix e Martius (1981). Para La Condamine (2000, p. 84), (...) *todos, ou quase todos os índios da América meridional são mentirosos, crédulos, enquisquetados com o maravilhoso (...)*. Essa concepção perpassou pela maioria dos viajantes que atravessaram a Amazônia.

A idéia de que o índio não era um ser como o europeu, só foi rompida com a administração de Marquês de Pombal (SOUZA, 1993), quando ele definiu direitos aos índios brasileiros. O Marquês de Pombal tinha como principal objetivo a colonização das terras brasileiras que estavam, como a Amazônia, sendo invadidas por estrangeiros (ingleses, franceses e holandeses), principalmente através das Guianas. Porém, a coroa portuguesa não contava com um contingente populacional português que pudesse ser

deslocado para as regiões que necessitavam ser ocupadas. Neste caso Souza (1993, p. 87) afirma que:

Após o Tratado de Madri com a Espanha, em 1750, que incorporou cerca de 3000 Km² de território ao Brasil (...) efetivar a ocupação do território, principalmente no norte, onde a presença de colonos portugueses era pouco significativa. Foi nesse contexto que a idéia de transformar o índio em colono, há muito perseguida pelos sucessivos governos metropolitanos, ganhou intensidade, pois mostrava-se como única alternativa viável (...) Transformar o índio em colono implicava reconhecer-lhe a condição de pessoa, logo, vê-lo como portador de direitos naturais, situação esta incompatível com a condição de escravo.

É neste contexto de desconfiança dos europeus com os índios da região amazônica que começou a se formar o “tipo cultural” do caboclo, conforme verifica Wagley (1988) ao analisar uma comunidade amazônica e o homem dos trópicos. Charles Wagley verificou que a “base” para a formação deste tipo cultural e seu modo de vida foi, sem dúvida, o índio amazônico.

Assim sendo, o meio em que o homem vive e as formas que ele produz e reproduz sua subsistência determinam seu modo de vida. É nesta perspectiva que Wagley (1988) afirma existir um modo de vida distintamente tropical, com características próprias, tanto no sistema produtivo agropecuário, como no meio de transporte utilizado na Amazônia. Para Tocantins (1993), os amazônidas agregam ao seu cotidiano o rio, como sendo sua rua, seu local de comercialização e por onde a vida cabocla se passa.

A partir da assimilação do conhecimento dos índios nativos que ocupavam o ambiente de várzea do amazonas e padrões impostos pelo sistema colonial, o *caboclo* desenvolveu um sistema adaptativo próprio de aproveitamento de recursos possibilitando-lhe o desenvolvimento e a combinação de várias atividades de subsistência (MURRIETA *et al*, *apud* LIMA, 1998). Nesse sentido, tem-se a caça, a pesca, o cultivo da mandioca¹⁰ e a extração de alguns recursos da floresta de várzea e de terra-firme, que permitiram a tais

¹⁰ ¹ Em anexo os nomes científicos das espécies citadas no trabalho.

caboclos viabilizar sua auto-suficiência e relativa independência de mercados externos, como ocorreu no apogeu e declínio da borracha no início do séc. XX.

Desta maneira, as populações tradicionais amazônidas desenvolveram uma série de práticas comuns à região. Estas práticas fazem parte de um conjunto de “estratégias de sobrevivência” que são

(...) arranjos, truques adaptativos que se realizam no agregado familiar, nos grupos ou comunidades, visando maximizar a renda e consumo, assegurando dessa forma a manutenção da família. Para estas populações a sobrevivência não pode ser assegurada individualmente, mas principalmente, através de um sistema de ajuda recíproca (HAGUETTE apud OLIVEIRA e RIBEIRO NETO, 1989).

Assim, a utilização dos recursos naturais pelo caboclo amazônida demonstra a combinação de diversos costumes dos grupos étnicos, dos quais este habitante sofreu influência no passado. A maneira de como o caboclo pesca ou prepara sua comida, tem tanto a característica do índio como do europeu e do nordestino brasileiro. Esse amálgama cultural vem constantemente sofrendo influência das novas tecnologias exteriores ao meio rural amazônida, fazendo com que o caboclo absorva novos paradigmas culturais, que influenciam em seus padrões comportamentais como, por exemplo, a utilização de novos materiais na pesca artesanal, como as grandes redes de fio de náilon, o barco motorizado ou a aquisição da televisão e outros eletrodomésticos, os quais vão alterar o ritmo e a velocidade da produção realizada pelas populações caboclas. Essa relação com o meio exterior à realidade amazônica, não pode ser intermediada por nenhum outro agente, pois a influência do meio externo sobre o caboclo é inevitável no momento hodierno, não só para o caboclo, mas para qualquer outra civilização, ou região que deseja se manter intacta as culturas do mundo¹¹.

¹¹ ⁷ Nesses aspectos, Santos (1999) afirma que: Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isso é, individualização e regionalização. (...) caminhamos ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o universo para uma

Destarte, a intensificação da implantação de novos projetos, exógenos à realidade da região amazônica, causa um constante êxodo das populações residentes na região, as quais buscam novas terras ou migram para as cidades, juntando-se ao exército marginalizado de mão-de-obra ociosa, o que tende a aumentar os problemas nas cidades, como a violência e o desemprego.

As atividades realizadas pelos caboclos e caboclas amazônicos determinam o direcionamento da produção e, conseqüentemente, da subsistência familiar e da inserção no mercado das comunidades tradicionais da região. Em linhas gerais, existem similaridades quanto aos problemas existentes na (re)organização dos espaços na Amazônia, pois no que diz respeito às populações tradicionais, como ribeirinhos ou colonos, uma gama de problemas se manifesta constantemente, seja relacionado às questões decorrentes das disputas fundiárias ou mesmo do processo de afastamento das sociedades locais dos recursos naturais. Tais elementos irão gerar reações sociais na forma de ações conjuntas e deliberadas, que se expressam no espaço como embates dos tempos (o tradicional e o moderno; o racional e as contra-racionalidades), trazendo uma complexidade espacial comum à região.

Os caboclos mais afastados das cidades aparentam ter um modo de produção direcionado à subsistência, contradizendo o conceito de acumulação crescente de capital característico do capitalismo. Pode-se considerar a relação entre o caboclo e o mercado, como uma relação não totalmente capitalista, mas pré-capitalista que está adquirindo uma identidade própria, ou está tornando-se parte do capitalismo por completo. Esta afirmação decorre do fato de que ao se analisar, algumas populações tradicionais, freqüentemente observa-se a ocorrência da prática de exportação de produtos artesanais para o mercado

comunhão hoje global uma interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território”. (SANTOS, 1999, p. 16).

internacional, como no caso das populações tradicionais analisadas por Lima (2000), na Reserva Extrativista de Cajari, no estado do Amapá.

As populações caboclas amazônidas, ribeirinhas aos rios ou não, são consideradas como populações tradicionais. Entende-se por populações tradicionais àquelas com reconhecimento do direito de precedência territorial, para camadas da população que não necessariamente se enquadram nas regulações dirigidas às comunidade indígenas e de remanescentes de quilombos de ex-escravos (LIMA, 2000). Considera-se também àqueles assentamentos previstos nas políticas de colonização com tradição no extrativismo auto-sustentável, então, neste conceito podemos visualizar o caboclo amazônida¹².

Desta forma, avaliar como estes indivíduos subsistem, produzem, comercializam sua produção faz-se necessário, levando-se em consideração a pouca literatura para a área pesquisada. Estudos similares, em outras regiões da Amazônia demonstram que comunidades compostas por populações com tradição no uso de recursos naturais, aqui visualiza-se o caboclo, subsistem por meio de uma série de adaptações, sejam na agricultura familiar, pesca artesanal ou na comercialização de artesanato (LIMA, 2000; SIMONIAN, 2001), considerando estas formas de subsistência realizadas por estas populações como sendo sustentáveis tanto para as sociedades locais, como para o meio ambiente.

Dessa maneira, o modo de vida caboclo se mostra como um tipo de subsistência de “economia informal”, considerada *irracional* pelo capital, pois vai de encontro aos desígnios de produção em grande escala e para um grande mercado consumidor, que procura substituí-la por uma *sociedade racional* ao capitalismo. O caboclo ribeirinho

¹² Conforme afirmado anteriormente, a relação entre o modo de vida está intimamente ligada ao modo de produção e a cultura das sociedades. Assim sendo, é importante mencionar o grau de organização dos grupos sociais, quando se fala em ocupação e aproveitamento dos recursos naturais, a demanda do consumo assim como a redução da disponibilidade desses elementos podem acarretar ameaças ao meio ambiente e à reprodução dos próprios grupos humanos. Uma prática econômica onde se conservam atividades tradicionais de apropriação dos recursos naturais é atributo destas populações tidas como tradicionais.

configura-se, na atualidade, em um grupo denominado “povos da floresta”, onde pode-se visualizar também as tribos indígenas, sendo que ambos os grupos demonstram que seus modos de vida podem caracterizar o que Haesbaert (2002) afirma ser uma “alternativa” ao modo de vida imposto pelo modo de vida dominante, dito globalizado. Para o caboclo, suas necessidades são mais do que satisfeitas pela exuberância de sua floresta tropical e sua pobreza só surge com a destruição da floresta. Shiva (2003, p. 313), analisando essa realidade afirma que “(...) os que foram marginalizados pelo desenvolvimento são forçados a buscar seu sustento em uma natureza cada vez mais desgastada”.

Dentre os discursos que envolvem desenvolvimento e meio ambiente surge a possibilidade de utilização mais racional dos recursos naturais por estas comunidades consideradas como alternativas, onde existe o capital, porém ele não é predominante. Sendo que, entre essas comunidades pode-se perceber o modo de vida caboclo da Amazônia como uma opção para uma relação sustentável com o meio. Contudo, desde que essas comunidades não se atrelem totalmente ao capital, mas que busquem, conscientemente, viver seu *modus vivendi* peculiar que, no final de contas, não passa de ser o que o discurso de desenvolvimento sustentável vem pregando.

Assim, e conforme afirmado anteriormente, o modo de vida do caboclo amazônico está intimamente ligado com o uso que este personagem tem dos rios que acompanham sua vida. Deste modo, o rio assegura a este indivíduo a possibilidade de obtenção de recursos naturais para o provimento da subsistência familiar, mais precisamente do pescador artesanal, pois é observado na região amazônica que o ribeirinho habitante das margens dos rios e lagos, conseqüentemente, torna-se um pescador artesanal, ante o potencial ictiológico existente nos rios da bacia amazônica. Sendo que esse potencial é atrelado ao modo de vida do caboclo – do pescador amazônico. Diante do exposto neste primeiro capítulo, resta reconhecer que o modo de vida do caboclo amazônico possui grande

relevância, economicamente e culturalmente, não somente para o provimento das populações da região, mas também para o reconhecimento deste personagem tão importante no contexto nacional e regional.

O TERRITÓRIO

Pode-se considerar o território como um espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, com um uso ou múltiplos usos que implica em uma manifestação de Poder, podendo gerar ou não conflitos entre os personagens que vivem ou que se apropriam subjetivamente deste espaço. Desse modo, verifica-se que a problemática que envolve a apropriação do espaço por diversos personagens deve causar preocupação e interesse na maioria dos estudiosos que se atém a estudar o espaço humanizado, apropriado pelo homem, não apenas o geógrafo, mas também o sociólogo, o antropólogo, etc, pois destes profissionais faz parte a tarefa de pesquisar o espaço e a ação do homem sobre ele. Haja vista que, no momento em que as territorialidades conflitantes emergem entre os personagens que compõem o espaço, a partir dessas apropriações, apresentam-se indícios de que as formas de gestão territoriais – ordenamentos territoriais, devem levar em consideração a diversidade de atores e de interesses, para que se possa entender as diversas territorialidades existentes no espaço apropriado.

Pensar em território como categoria de análise para se estudar a estruturação do espaço apropriado, remete à idéia de que a projeção das ações que determinados atores empregam no espaço é derivação da forma como esse grupos buscam a produção espacial. Sendo que esta produção se dá a partir da apropriação e utilização dos recursos naturais para a supressão de necessidades humanas básicas de sobrevivência – alimentação, vestuário, moradia, etc, além da ampliação de possibilidades na inserção sócio-espacial no projeto capitalista de vida.

No caso da pesca artesanal essa problemática é corrente, no momento em que o território de pesca de uma comunidade¹³ deve ser relacionado com os preceitos espaciais que permeiam a porção apropriada por diversos atores – os pescadores, Desta forma,

¹³ A noção de comunidade será utilizada aqui, muitas vezes, como se referindo à questão das comunidades participantes de colônias de pesca, pois as colônias estão organizadas em comunidades de populações tradicionais que dependem da atuação desta organização para subsistir.

insere-se neste contexto os territórios de pesca, comumente chamados de *Pesqueiros*, onde os indivíduos integrantes das colônias de pesca se utilizam de um determinado espaço para a retirada dos recursos. Assim, a colônia de pesca apresenta-se como a organização social que determina a normatização dessa extração, conseqüentemente, desse território, em prol de promover um uso racional dos recursos, partindo do preceito de sustentabilidade¹⁴ que permeia atualmente a discussão ambiental.

Não se pode, porém, desconsiderar que as diferentes escalas de atuação sócio-espacial estão inter-relacionadas com a forma de apropriação do espaço e do uso racionalizado dos recursos naturais, de forma que haja uma superposição de escalas no que diz respeito a normatização do uso dos recursos naturais. Neste contexto Becker (1988, p. 102), afirma que:

As sociedades territorialmente localizadas perdem autonomia em face dos atores da escala mundial que agem segundo uma lógica global em grande parte por eles ignorada e não controlada, em unidades que por seu tamanho e sua transnacionalidade permanecem acima das pressões sociais e controles políticos, e cujas comunicações e decisões recebidas segundo a posição de cada local na rede de trocas e não segundo valores sociais e culturais.

Essa é uma preocupação permanente que direciona as ações das comunidades locais de forma que ocorra um movimento de resistência por parte destas comunidades, o que se materializa espacialmente com um aparato territorialmente interdependente no que diz respeito às formas de sistematização das relações de poder entre as escalas de organização sócio-espacial.

Um exemplo disso diz respeito a normatização de atividades localizadas que utilizam ações específicas para determinar sua área de vivência e sobrevivência na busca cotidiana por recursos. Dessa forma, procurando realizar uma reestruturação do espaço que

¹⁴ O conceito de sustentabilidade é aqui compreendido segundo Alegretti (1994, p. 18), onde a sustentabilidade *seria o nível de utilização de recursos que permita a manutenção de atividades indefinidamente, sem degradar o estoque de capital, incluindo o estoque de capital natural.*

se baseia na delimitação de seus territórios o que muitas vezes não coincide com a delimitação de outros grupos e até mesmo das instituições públicas. Isso é o que Becker (1988, p. 102), demonstra quando explicita que

A questão territorial abre a perspectiva da multidimensionalidade do poder referente à prática espacial estratégica de todos os níveis, escapando da concepção totalitária de um poder unidimensional seja de um Estado, do capital ou máquina de guerra; abre espaço para imprevisibilidade derivada de particularidades do corpo social que correspondem a processos em curso em todas as escalas, inclusive local e regional, por vezes contraditórias com os processos dominantes na escala nacional e mundial, mas que neles atuam.

Desse modo, verifica-se a existência do pressuposto de que as práticas espaciais revelam a potencialidade de diferentes atores e configuram os contextos sociais e conflitos localizados como poderes locais específicos (BECKER, 1988). Daí derivam a formação de vários territórios. No bojo da prática pesqueira, este é um fato comum, sendo que esses territórios de pesca – os pesqueiros, estão intrinsecamente relacionados com a variedade de atores e modos de vida dos indivíduos que têm na pesca sua principal atividade, sejam eles pescadores artesanais, pescadores industriais, pescadores esportivos, intermediários, etc.

3.1. Território e Territorialidades

Para se estruturar um questionamento relativo às questões de território e territorialidades que emergem nas discussões geográficas, não se pode excluir das considerações as acepções teóricas que estão presentes na obra de Ratzel (apud MORAES, 1990) que discute sobre a relação entre os homens e entre estes com o meio no qual se inserem para obter os recursos necessários a sua sobrevivência.

No pensamento ratzeliano, presente em sua obra *Antropogeografia* caberia à Geografia, como preocupação central, buscar o entendimento de como os povos se

disporiam pela superfície terrestre, levando em consideração a apropriação dos recursos naturais necessários à sobrevivência da humanidade e o condicionamento que os fatores naturais exerceriam sobre a ação humana nesta apropriação. Ou seja, restaria tematizar as relações que impulsionaram ou frearam este movimento, as trocas que se estabeleceram entre os homens e os meios naturais de suas redes originárias e dos espaços pelos quais trafegavam (RATZEL apud MORAES, 1990).

Como norteadores deste pensamento pode-se destacar três princípios que direcionavam o olhar geográfico sobre o fenômeno do progresso social, o qual assentava-se na relação de intimidade existente entre os povos e o meio nos quais se inserem, pautando-se na conscientização social de utilização da natureza. Esses princípios seriam “a ação dos elementos naturais sobre a evolução da sociedade; a distribuição das sociedades sobre a superfície terrestre e a formação dos territórios” (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 12), e a junção desses elementos definiria a configuração territorial posta para cada sociedade em determinado período histórico.

Concernente a isto chega-se à conclusão de que o território seria uma determinada porção terrestre apropriada por um grupo humano, sendo que o princípio norteador seria sempre a relação de propriedade de um grupo ou mais sobre um espaço delimitado, o que pressupõe o território como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade (RATZEL apud MORAES, 1990).

Outro conceito que deve ser levado em consideração a partir da relação homem-meio é o de *espaço vital* como manifestação da necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis, o que de acordo com as considerações ratzelianas seria a porção do planeta necessária pra a reprodução de uma dada comunidade.

Partindo do pressuposto de que as relações entre sociedade e território continuam sendo sempre determinadas pelas suas necessidades de habitação e de alimentação pode-se aferir que quanto mais sólido se torna o vínculo por meio do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade no solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território. Desta forma, há a derivação de uma delimitação que deve ser levada em consideração quando se pensa na materialização das práticas sociais e sua especificação a partir de um zoneamento que surge das ações coletivas de uma determinada comunidade local e que de certa forma é respeitada pelos outros grupos.

Um outro importante teórico da Geografia Política, Claude Raffestin (1993), insere na questão referente a produção do espaço e a apropriação do território a discussão sobre Poder, entendendo-o como parte intrínseca de toda e qualquer relação, ao configurar-se como o alicerce móvel das relações de forças que estão em consonância para a configuração sócio-territorial posta em determinado tempo e espaço, os quais são organizados pela combinação de energia e informação.

Na formulação de Raffestin (1993), a Geografia Política enfatizaria primordialmente três elementos: a população, de onde emana todo o poder e a capacidade de proceder ação para a transformação; o território, entendido como a cena do poder e o lugar de todas as relações; e os recursos, que determinam e direcionam o alcance da ação. Estes seriam os trunfos do Poder com possibilidades de formarem redes relacionais, sendo que o Poder instituído ao Estado visaria a dominação sobre os homens e as coisas.

Para Raffestin o território seria o espaço onde é projetado o trabalho humano, seja em forma de energia e/ou informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. Ou seja, a construção territorial se conforma na configuração de tessituras, nós e redes constituintes do sistema territorial, enquanto delimitação dos campos operatórios determinados por uma prática espacial.

Não é à toa que Raffestin (1993) preconiza que o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações. Contudo, sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Haja visto que a materialização das ações de apropriação é que vai determinar a importância e as características que um determinado território vai adquirir para um dado grupo. Isso transforma o território num trunfo particular enquanto espaço político, o campo de ação de diversas territorialidades, a ação da população e apropriação dos recursos por essa população.

Dessa forma, considera-se que território se forma a partir do espaço, enquanto resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (RAFFESTIN, 1993), pois é só a partir da apropriação de um espaço concreta ou abstratamente que há a territorialização do espaço, e assim a instituição do território. Isto revela que o território é o espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder. Sendo assim,

O espaço preexiste a qualquer ação; é dado como se fosse uma matéria prima; 'local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 44).

Nas questões referentes a territorialização das atividades humanas, como por exemplo a atividade pesqueira, isso se torna materializado quando se percebe a delimitação específica que se materializa como uma malha política que não emerge do poder estatal e sim da força política localizada nos grupos sociais – no caso das Colônias de Pesca, que efetivamente utilizam os espaços para dele extrair os insumos necessários para a sua sobrevivência, conforme será verificado em um capítulo posterior.

Entretanto, para que ocorra a sistematização da apropriação do território faz-se necessário a instituição de um sistema de símbolos que possam ser identificados pelos

vários grupos que interagem num determinado território, para que este seja efetivado e marcado por toda uma infra-estrutura, pela força de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelo modo de produção. E assim, preconiza-se a transformação do espaço que se tornou o território de um ator, desde que tornado relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993).

Desta forma, pode-se afirmar que a delimitação dos territórios nada mais é do que a materialização das relações de poder que estão ocorrendo em um determinado espaço e que irão sintetizar a partir dos limites espaciais, a construção de malhas político-sociais na superfície do sistema territorial para identificar a base de ação dos campos de poder em consonância num determinado território.

Ou seja,

A partir de uma representação, os atores vão proceder a repartição das superfícies, à implantação de nós, a construção de redes. É o que se poderia chamar de ‘essencial visível’ das práticas espaciais, ainda que malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões (RAFFESTIN, 1993, p. 33)

Essa afirmativa é a materialização da idéia de que toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir na criação de tessituras, nós e redes, (RAFFESTIN, 1993). E são esses os pressupostos de que o território só pode ser materializado a partir da sistematização de ações, as quais derivam da formação real do projeto político de um grupo, ou seja, a partir da base territorial de ação dos grupos predeterminados para a realização de suas atividades. Badie (1995), faz referência a esta questão quando observa que:

O território já não é constitutivo de uma comunidade política, mas está colocado numa relação inversa; submetido às lógicas microssociais definidas a priori, ele torna-se instrumento de

separação e de distinção em vez de se impor como princípio de continuidade e de gestão política. (BADIE, 1995, p. 21).

Com isto torna-se evidente que falar em território é fazer uma referência implícita à noção de limite que – de espaço político, que mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço (RAFFESTIN, 1993). Com isso, a certeza de que

Delimitar é pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda manifestar um poder numa área precisa. O desenvolvimento de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção do território (RAFFESTIN, 1993, p. 67)

A afirmação se torna a evidência de que mesmo sem a interferência do poder estatizado é prática corrente os atores sociais agirem de forma a materializar seus anseios e suas preocupações com respeito ao território e a apropriação dos recursos naturais o que reveste como primordial que haja a identificação de seus territórios. Da mesma forma em que não se deve pensar que a delimitação de um território ocorre aleatoriamente, é sempre produto do desejo e da necessidade de sobrevivência e que a mesma acaba por ser a cristalização de todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais (RAFFESTIN, 1993).

Um dos aspectos que é também significativa nas discussões acerca das acepções teóricas sobre o território diz respeito à projeção sobre um espaço determinado de estruturas específicas de um grupo humano, que inclui a maneira de repartição e a gestão do ordenamento desse espaço (RAFFESTIN, 1993). E, que é também, o princípio de se entender a territorialização do espaço que impõe o intuito de gerir não só a apropriação do território, mas também determinar as ações sociais que surgiram por conta da apropriação dos recursos existentes no território. Ainda relacionado a questão de delimitação territorial Raffestin (1993) enfatiza que,

A grande diferença entre malha política e malha econômica esta no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato; as tessituras políticas não se desfazem, não se apagam tão facilmente como as tessituras econômicas [...] A tessitura política se transmite e se herda com mais facilidade que a tessitura econômica, pois é a expressão de um estado de direito, de soberanias, mais que de ações contínuas, como no domínio econômico (RAFFESTIN, 1993, p. 44 - 45).

Insere-se nesta construção o conceito de identidade, no qual se enfatiza a dimensão simbólica de pertencer a um determinado espaço a partir da materialização da existência humana. Desta forma, a geografia estaria intimamente relacionada com o enraizamento humano cristalizado pelas representações coletivas que se encerram a partir dos territórios, pois:

Falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídas pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivo (CLAVAL, 1999, p. 47).

A reafirmação da identidade cultural de um grupo a partir da exacerbação de formas simbólicas que os coletivizam e individualizam, concomitantemente, é que dão forma para a ação humana. Para o território essas derivações irão concorrer para a sua configuração espacial e para a forma específica que o grupo utilizará para materializar o uso e a apropriação do espaço, e assim dispor de um controle territorial que o diferencia dos demais. O conflito que comumente ocorre é que num determinado território é possível a materialização de diversas territorialidades produto de identidades diferenciadas, as quais são justapostas e conflituosas.

Relacionar a questão territorial com a construção de identidades territoriais, revela que o território aparece, deste ponto de vista, como essência, oferecendo àqueles que o habitam, condições favoráveis de intercomunicação e fortes referências simbólicas. Ele

constitui uma categoria fundamental de toda a estrutura espacial vivida: a classe espacial (CLAVAL, 1999). E que acaba por ser a gênese do que fundamenta a função social do território e que se revela como produto das ações sociais que se estruturam como estratégias latentes de afirmação de suas identidades.

A grande questão que permeia as discussões acerca da relação do território com a questão da identidade pressupõe que a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios torne-se inseparável da construção da identidade (CLAVAL, 1999). Desse modo, a identidade materializa-se a partir da conjugação de concepções diferenciadas de cada grupo social referentes as discussões territoriais e da afirmação da identidade territorial de cada um desses grupos no espaço e que os colocam em pontos diferenciados de atuação no território.

E isso condiz com o pensamento de que

A territorialidade se exprime mais em termos de polaridade que de extensão. Nada se opõe, neste caso, a que os grupos de identidades diferentes se justaponham ou se imbriquem: sua co-habitação não provoca problemas de natureza política e religiosa na medida em que cada um dispõe de pontos de referência que o vincula a uma porção do espaço (CLAVAL, 1999, p. 62).

No cerne das discussões que se preocupam a analisar a questão territorial é também muito relevante o processo que se apresenta quando se pensa em apropriação dos recursos e a gestão do espaço, cuja materialização não ocorre sem que este espaço esteja deliberadamente relacionado com a efetivação material do poder, concorrendo para a real aplicação das perspectivas de um grupo em busca de legitimação e hegemonia sobre outro, o que leva a entender que as práticas espaciais é que revelam a potencialidade de diferentes atores e configuram os contextos sociais e conflitos localizados como poderes locais específicos (BECKER, 1988).

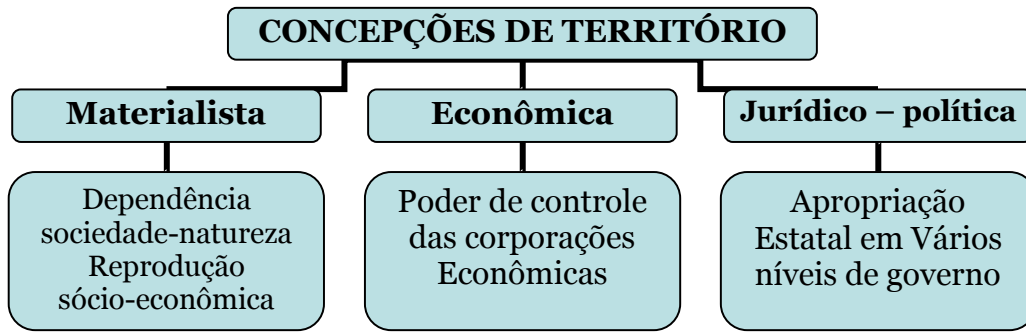
Uma outra contribuição teórica que enriquece as discussões territoriais é efetivada por Haesbaert (2004) quando ele enfatiza a polissemia que cerca a concepção de território, que ocorre a partir das várias formas de se perceber a relação dos grupos e das apropriações do território. Haesbaert (2004) verifica que uma coisa é comum em quase todas as concepções, é que a relação território – territorialidade sempre vai estar relacionada com a aplicação de materialidades sociais em suas múltiplas dimensões, que sempre vão estar relacionadas com a interação sociedade e natureza. E isso é o princípio que importa às discussões que interessam a ciência geográfica.

Assim sendo, é imprescindível que a questão que envolve o território esteja sempre fundamentado no princípio de que as relações de dependência direta entre sociedades e suas bases materiais estejam relacionadas às necessidades de reprodução econômica e social. Justamente pela necessidade de vivência e sobrevivência dos grupos sociais.

Dessa maneira, o território passa a ser concebido como base para a ocorrência de meios materiais para a existência sócio-espacial. Essa concepção pressupõe entender que o território de forma *relacional* que se caracteriza como fonte de recursos para a reprodução das sociedades humanas e como base de materialização dos anseios sociais, que principiam na busca por satisfação de suas necessidades básicas.

No pensamento de Haesbaert (2004) são determinadas três vertentes básicas para se entender a noção de território: 1º partindo de uma noção jurídico-política do território chega-se ao entendimento de que o mesmo está sempre relacionado à constituição de poderes legais, o Poder político do Estado; 2º a noção cultural ou simbólica se demonstra a partir da apropriação e valorização simbólica de um grupo acerca de seu espaço vivido, na construção de identidades e; 3º a noção econômica de território que enfatiza a questão da apropriação territorial como uma fonte de recursos. Abaixo, a figura 02 a seguir sintetiza o pensamento de Haesbaert em um organograma resumido:

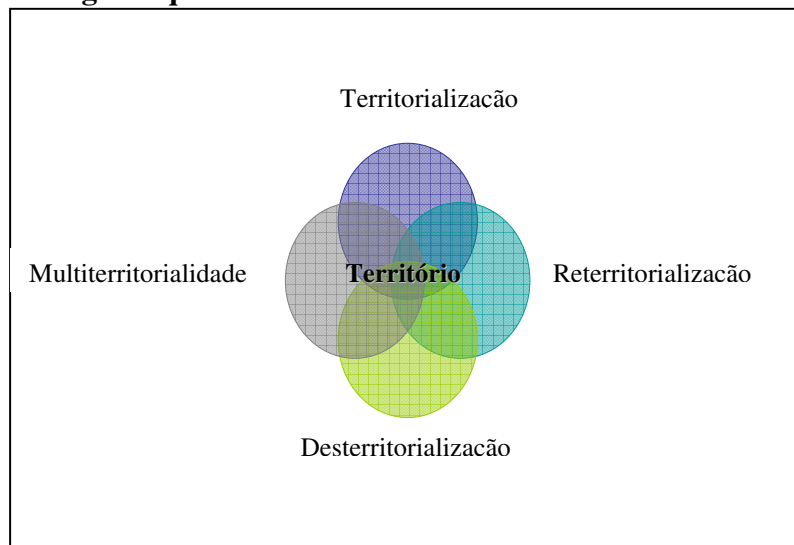
Figura 02: Concepções de Território



Fonte: Haesbaert (2004)

Analisando os diversos usos do espaço Haesbaert (2004), verifica as múltiplas concepções de territorialização realizadas por indivíduos ou grupos de indivíduos. A figura 03 a seguir demonstra que diversos tipos organizadores do espaço participam da conformação dos territórios, isto é, o território pode ser composto, ao mesmo tempo, por aspectos territorializadores, desterritorializadores, reterritorializadores em muitos casos, multiterritorializadores. Todos estes tipos, ou modelos de se territorializar no espaço podem co-existir simultaneamente, porém, conforme afirmado anteriormente, a noção de poder e a geração de conflitos que acompanham o conceito de território também co-existem simultaneamente.

Figura 02: Paradigmas que formam o Território



Fonte: Haesbaert (2004), elaborado/organizado por Christian Nunes da Silva (2005)

Deste modo, a *territorialização* ocorre quando determinado indivíduo – ou grupo de indivíduos, tomam para si uma dada parcela do espaço, imprimindo poder ou a noção de posse daquele espaço delimitado abstratamente (delimitações mentais), ou concretamente (delimitações concretas, exemplo: muros, cercas, etc). Sendo que, quando ocorre uma espécie de exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação”, (material e simbólica) indispensável à participação efetiva de membros de uma sociedade, então acontece a *desterritorialização* do indivíduo de seu território. Sendo que, a desterritorialização está vinculada a uma noção de território ao mesmo tempo como dominação político-econômica (sentido funcional) e apropriação ou identificação cultural (sentido simbólico).

Segundo Haesbaert (2004), desterritorialização, ao contrário de “exclusão social”, não tem uma valoração exclusivamente negativa, por seu potencial transformador, criador; desterritorializar é ao mesmo tempo territorializador e *reterritorializador* de outros indivíduos, isto é, construir e/ou controlar fluxos/redes é criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento.

Assim, reterritorializar-se implicaria em um *retorno* ao território, não somente um retorno ao território concreto em si (com seus limites e fronteiras, os territórios-zona), mas também um retorno no sentido simbólico, uma vez que os agentes que foram desterritorializados reformulam ou fortalecem seu vínculo identitário com o espaço.

Neste aspecto, todo processo de desterritorialização está associado a um processo de reterritorialização, porém apesar de territorializado no sentido funcional, o indivíduo, pode estar desterritorializado no sentido simbólico-cultural e vice-versa. Assim, a desterritorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial entre grupos socialmente excluídos e/ou segregados, impossibilitados de

construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido político-econômico, seja no sentido simbólico-cultural.

Ainda segundo expõe Haesbaert (2004), o processo de *multiterritorialidade* se daria quando, em determinado contexto histórico – espacial, ocorre, em um mesmo espaço, múltiplas territorialidades, que podem ser conflitantes ou não entre si. Haja vista, que a multiterritorialidade pode pressupor uma justaposição de territorialidades que ocorrem em um dado período particular de tempo. Assim, diversos atores podem se territorializar, sem que, para isso, necessitem conviver com outros agentes territorializadores daquele mesmo território. O território, assim, não é apenas uma amontoado de “coisas”, conjunto de objetos, mas, sobretudo, ação, ritmo, movimento que se repete. Desse modo, Haesbaert (2004), define a territorialização e a desterritorialização segundo o quadro 01 a seguir:

Quadro 01: Características principais da territorialização e da desterritorialização

TERRITORIALIZAÇÃO		DESTERRITORIALIZAÇÃO
Territórios-zona	Territórios-rede	Aglomerados de exclusão
Zonas subordinado	Redes subordinado	“Fora de controle”
Redes	zonas	-
Territorialismo		exclusão socioespacial

Fonte: Haesbaert (2004).

Sendo que, a relação de território-zona, território-rede e aglomerados de exclusão com os processos de desterritorialização e territorialização é ambivalente, e pode-se mesmo passar de um extremo a outro, pois os níveis mais fortes de desterritorialização, em meios a processos de violenta insegurança e exclusão social, podem dar origem a territorialismos diversos (HAESBAERT, 2004). Têm-se, então, duas formas de

territorialização: 1º a lógica zonal: controle de área, limites e fronteiras e; 2º a lógica reticular: controle de fluxos e pólos de conexão de rede.

Haesbaert (2004), afirma que estas duas lógicas têm origem em duas concepções e práticas distintas do espaço. A primeira que privilegia a homogeneidade e a exclusividade – a zona; a outra que evidencia a heterogeneidade e a multiplicidade – a rede, inclusive no sentido de admitir as sobreposições espaço-temporais.

Os territórios-zona, seriam mais tradicionais, forjados no domínio da lógica zonal, com áreas e limites (fronteiras) relativamente bem demarcados e com grupos mais “enraizados”, onde a organização em rede adquire um papel secundário; os territórios-rede, são configurados, sobretudo, na topologia ou lógica das redes, ou seja, são espacialmente descontínuos, dinâmicos (com diversidade de mobilidade), e mais suscetíveis a sobreposições.

3.2. A Percepção Ambiental-Territorial em Zonas de Pesca

A percepção ambiental dos pescadores da área estudada neste trabalho age intimamente ligada ao território que eles habitam e trabalham, ocasionando uma identidade com este espaço, sendo que a primeira apreensão que se tem do lugar de morada e trabalho é a paisagem, pois conforme Santos (1996, p. 61) afirma que *a paisagem é tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Sendo que, a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção* (SANTOS, 1996, p. 61). Então, a percepção ambiental e geográfica que se tem do espaço vivido é ponto fundamental para se entender a realidade estudada.

Dessa forma, o meio ambiente é ponto de referência para estudos que fazem relação direta entre a sociedade e o uso dos recursos naturais, pois a relação estabelecida entre os dois elementos mostra como a sociedade percebe e atua, modificando o território de

influência, por meio de seus costumes e técnicas, ou seja, por meio de um modo de vida *cimentado* (LA BLACHE, 1954). Perceber como a sociedade interfere no meio ambiente é verificar como este ambiente está sendo trabalhado. Assim, o saber local – a cognição do espaço local, torna-se mais um ponto de apoio para se entender a realidade, pois em geografia importa tanto a percepção como a cognição (OLIVEIRA, 2004), pois a primeira é imediata (mediante os órgãos sensoriais), contatos diretos e imediatos com os objetos e seus movimentos, dentro do campo sensorial (OLIVEIRA & MACHADO, 2004, p. 191), enquanto que a segunda pode ser considerada como um conjunto de diversos tipos de percepções, mapeamentos, avaliações, condutas e ações que se articulam, se interagem e são apreendidos pelo indivíduo formando o que entende-se por conhecimento.

Segundo Bourdieu (2001), a sociedade se identifica com a região e com o território em que habita e trabalha por meio de características próprias do território, sejam elas naturais ou humanizadas. Assim sendo, identificando-se com o território a sociedade adquire e reconhece esse espaço como parte de sua própria identidade, como elemento integrante de seu modo de vida, podendo requerê-la como uma nação, ou no caso específico desse trabalho, enquanto área de influência para as atividades pesqueiras, onde ocorre cotidianamente as atividades laborais tradicionais de um grupo de indivíduos, daí se denominar para essas populações como “população tradicionais”, pois têm tradições no uso para com os recursos naturais e estão intimamente ligadas ao lugar de onde são nativas por meio de um conjunto de símbolos reconhecidos pela coletividade. Nas comunidades do estuário amazônico onde a atividade pesqueira artesanal se dá de forma mais regular não poderia ser diferente, pois reconhecem os seus territórios de pesca, de uso comum à uma determinada parcela da população, no caso aqui estudado, territórios da Z 62.

A percepção ambiental e a conseqüente simbologia dada ao território altera-se de acordo com aspectos econômicos e sociais, modificando a cultura coletiva. Assim, a

identificação e o auto-conhecimento do indivíduo com o território em que trabalha e vive, é ponto marcante para o reconhecimento de uma coletividade-segregativa, a partir do momento que separa e ao mesmo tempo une uma população ou comunidade com características próprias, ordenando dessa forma, o território em que vive. A esse respeito, Bourdieu verifica que:

(...) mas, mais profundamente, a procura dos critérios objetivos de identidade regional ou étnica não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objecto de representações mentais, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU, 2001, p. 112).

Assim sendo, percepção do território pode ser definida geograficamente, como o espaço concreto em si, com seus atributos naturais e socialmente construídos – e reconhecidos, que são apropriados e ocupados por um grupo social, uma comunidade ou uma população tradicional organizada. Dessa forma, Bourdieu (2001) demonstra que é de fundamental importância a identidade do indivíduo para com o território, pois dessa maneira estes indivíduos podem representar seus territórios por meio de símbolos.

Todavia, quando ocorre a segregação das populações tradicionais dos espaços dos quais são nativas há uma série de embates pela sua posse. A percepção do território de morada e de trabalho passa a ser ameaçada, ante a perspectiva de perda. Gonçalves (2001), observa em sua obra que essas populações não podem sair desses espaços e serem desconsideradas, pois sobrevivem nesses espaços por séculos em relativa “harmonia” com a natureza. Assim, da expulsão de populações tradicionais ocorrem os conflitos observados atualmente entre índios e garimpeiros (BRAZILIENSE, 2004), ou de ribeirinhos e madeireiros (O LIBERAL, 2002). Todos esses fatos são reflexos da desconsideração com

os habitantes locais, o que deveria ser diferente, pois a necessidade de permanecer (e sobreviver) no local pertence à essa camada da população, que faz do solo, da floresta ou dos territórios de pesca e seus recursos sua fonte de subsistência.

A pesca industrial desordenada – imposta pelo capital, pelo mercado consumidor, é um dos fatores que compete para a expulsão de populações tradicionais pesqueiras de seus locais de origem. Porém, o uso racional e sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais, aliado ao conhecimento dos cientistas e demais estudiosos do assunto, demonstra o que Leff (2001), afirma ser uma *complexificação e hibridização* do conhecimento, ou seja, o uso sustentável que congrega aos conhecimentos científicos e o senso comum dessas populações tradicionais. É relevante notar-se então, o conhecimento acadêmico aliado à percepção territorial e dos recursos naturais pelos pescadores artesanais.

Sendo que a percepção dos pescadores artesanais e demais habitantes tradicionais não é somente um conhecimento imediato, pois, conforme o Sociólogo Sérgio Moraes (2005, Comunicação Pessoal) afirma que o conhecimento dos pescadores “é um conhecimento adquirido e lapidado pela relação com o meio ambiente e herdado de gerações anteriores, transformado, condensado com outros tipos de conhecimento que permitem a estas populações uma ampla compreensão do meio em que vivem”, para ser aliado, posteriormente, aos conhecimentos científicos.

Para que ocorra esse fato Perrot (1994), faz uma afirmação similar ao dizer que esta tomada de consciência enriquece e complexifica a busca de uma compreensão mútua entre os membros de sociedades de culturas e de classes sociais diferentes. Essa perspectiva também reforça a necessidade de valorização da cultura do outro, um efeito bumerangue (PERROT, 1994), ou seja, sair de uma posição etnocêntrica, justamente para perceber

como se constitui sua própria cultura, relativizá-la com as demais e nessa relação conflitante ou amigável, possibilitar a construção do novo.

Dessa maneira, a maioria dos trabalhos que analisam os danos causados pela pesca industrial sobre as populações tradicionais levam em consideração pontos como: a descaracterização ou perda de tradições e costumes das comunidades tradicionais; a dificuldade de permanência desta em seu território de moradia e de trabalho, frente à supervalorização de imóveis rurais e aumento a demanda pelos recursos naturais existentes no território. Ou seja, todos assuntos pertinentes que analisam os ganhos econômicos de alguns poucos empresários em detrimento dos prejuízos da grande maioria dos habitantes locais/nativos e do meio ambiente atingido.

Leff (2001) verifica que é importante realizar uma “introjeção da outridade, da alteridade, da diferença, da diversidade na hibridização da natureza e da cultura, por meio de um diálogo de saberes”, que por sua vez, “é pré-requisito da interdisciplinaridade” (LEONARDI, 1999). Mostra-se importante fazer a tarefa de aprender a conhecer o outro. Desse modo, a união do saber local às práticas acadêmicas e científicas é significativa tanto para os moradores locais, quanto para o engrandecimento intelectual do próprio cientista, pois esse fato demonstra uma troca de experiências do mundo exógeno e do local visitado, sendo que este último deve manter sua cultura, por mais difícil que seja.

Nestes aspectos a percepção territorial dos pescadores artesanais da Z 62 é de fundamental importância para o entendimento da criação e do fortalecimento de suas territorialidades. Como os pescadores artesanais se localizam, mapeiam seu território de atuação deve ser considerado. Contudo, como os pescadores artesanais cartografam seu território de atuação deve ser mostrado pelos próprios pescadores artesanais, desse fato surgirá, conseqüentemente, um novo modelo de ordenamento pesqueiro que além de levar em consideração a localização dos recursos naturais, leva em consideração também, a

culturas e o território estipulado pelas diversas colônias de pescadores existentes na região amazônica.

Com o reconhecimento desta cartografia, que leva em consideração a percepção territorial dos pescadores, é possível que se minimizem os conflitos entre as colônias; que os organismos públicos também reconheçam este mapeamento e que sejam criadas políticas públicas que beneficiem diretamente as Colônias de Pesca e seus pescadores associados. Deste modo, conforme será trabalhado mais adiante, a noção de percepção territorial e ambiental procura reconhecer a cartografia do território do pescador artesanal, como, porventura, os territórios se justapõem e se sobrepõem, para que sejam localizados os pontos de conflito entre estes, ou seja, aqueles territórios que são reconhecidos como de posse de mais de um pescador ou de uma comunidade de pescadores.

Dessa maneira, pode-se perceber, antecipadamente, algumas peculiaridades que caracterizam os recursos pesqueiros e que os diferenciam dos recursos terrestres:

- são móveis, pois os animais e vegetais “transitam”, ou movem-se de acordo com a dinâmica das marés, isto é, das cheias e dos períodos de seca dos corpos d’água;
- não são limitados por fronteiras concretas, mas sim por limites imaginários, abstratos, reconhecidos pelos pescadores. Assim, o território de trabalho onde a atividade pesqueira se desenvolve não é limitado fisicamente, como na agricultura, pois se trata de um recurso móvel – o peixe, porém que se encontra em maior quantidade em determinados territórios – os pesqueiros. O território é demarcado abstratamente – a percepção territorial está relacionada à esfera cognitiva do pescador.
- são fluxos, pois estes recursos encontram-se concentrados em locais estratégicos que os pescadores artesanais denominam de pesqueiros, sendo que estes pesqueiros possuem uma fluidez de volume que se caracteriza conforme a quantidade de

pescado é extraída, quanto maior a extração, menor será a oferta destes recursos pelo meio ambiente. Sendo que o processo inverso pode ser observado quando o pescador passa por um período de “descanso”, ou uma forma de “pousio” caracterizado pelo período da piracema;

- são instáveis, devido a sua disponibilidade, pois podem acabar se a extração ultrapassar a capacidade de suporte e os recursos não forem repostos com a obediência ao período da piracema;
- são recursos públicos, pois segundo o Decreto Lei 221/67 todo o meio aquático e os organismos que nele habitam são de domínio público e, portanto, de livre acesso para sua exploração por todas as pessoas devidamente autorizadas (SANTOS, 1997; ISSAC e BARTHEM, 1995);
- são recursos imprevisíveis para a atividade pesqueira, pois sua disponibilidade é dada pelas imposições dos fatores naturais à atividade pesqueira, como por exemplo o clima e a geomorfologia dos cursos d'água.

Desse modo, os pescadores não têm tempo de trabalho certo, como acontece com trabalhadores que realizam suas atividades nos ambientes terrestres. Ainda referindo-se a questão do tempo Maneschy (1993, p. 86) verifica que

(...) o tempo dos pescadores é totalmente diferente do tempo que regula as atividades terrestres. Ele não se exprime em jornadas regulares, alternadas com períodos de descanso também fixos. Ao contrário, ele é ditado pelas marés, sendo também influenciado pelas variações climáticas.

Estas peculiaridades fazem com que os pescadores tenham a obrigação – devido disto necessitarem para subsistir, de se tornarem conhecedores do ambiente aquático do qual extraem seu sustento (MALDONADO, 1993), conhecimento este que devem ser protegidos pelos pescadores para evitar que seus pesqueiros, isto é, seus territórios de pesca, sejam invadidos por outros pescadores. Moraes (2002) enfoca que são processos

cognitivos que são repassados hereditariamente para as gerações futuras do pescador, onde a técnica define a territorialidade do pescador, porém não define a territorialidade do pesqueiro, por exemplo, o tamanho da rede de pesca.

A PESCA E SUAS INSTITUIÇÕES

Para que se possa analisar a territorialidade dos Pescadores da Z 62, no rio Itaquara, Breves – PA, deve-se identificar a influência do Governo e de outras entidades sobre as mesmas através do estabelecimento de políticas públicas para a pesca em geral. Desse modo, torna-se de extrema relevância verificar quais as instituições mais importantes na elaboração e execução da política pesqueira na esfera Federal, Estadual e Municipal – Local.¹⁵

Da preocupação com a gestão do meio ambiente diversos discursos surgem para tentar reverter o uso indiscriminado e predatório dos recursos naturais diversos. Deste fato observa-se o engajamento de órgãos de fiscalização, controle e monitoramento, como por exemplo, o IBAMA, a quem compete a fiscalização e a gerência de recursos naturais no território brasileiro, como o pescado. Quando ocorre a falta de uma política pública eficiente, elaborada pelo Estado, as organizações sociais não-governamentais tentam a se formar para tentar ocupar o lugar que deveria ser ocupado pelo Estado.

No caso da pesca no rio Itaquara, algumas destas entidades têm atuação direta, ou influenciam de alguma forma na dinâmica da atividade pesqueira e na vida das populações de pescadores artesanais, as organizações mais representativas para os pescadores da Z 62 serão trabalhadas neste capítulo, onde se poderá fazer uma leitura sobre sua importância para a atividade da pesca artesanal, bem como de sua ordenação no território do município de Breves. Antes, porém deve-se caracterizar como se entende a atividade pesqueira no momento atual e quais os principais tipos de pesca realizadas no território brasileiro, enfocando principalmente os tipos de pesca realizados no estado do Pará.

¹⁵ Antes de tudo, deve-se considerar que a pesca artesanal é mais verificada nos países em desenvolvimento, ou conforme Begossi (2006), verifica que “(...) most small-scale fisheries are located in developing countries, and data on fish landings and fishing spots used are often unavailable. There are, of course, exceptions (BEGOSSI, 2006, p. 02)”.

4.1. Os tipos de Pesca, a Pesca Artesanal e o surgimento das Colônias e Zonas de Pesca

A atividade pesqueira é conhecida desde os tempos mais remotos da humanidade, quando o Homem procurava adaptar-se ao ambiente exterior com o objetivo de satisfazer uma de suas necessidades básicas mais fundamentais: a alimentação. Na região amazônica a pesca sempre constituiu uma importante fonte de alimentação para as populações residentes, sendo executada desde os primeiros habitantes da região (MEGAM, 2005). Com o passar dos anos novas tecnologias vão incrementando as possibilidades de atuação do pescador, com o direcionamento do aumento da produção, não somente para a satisfação de suas necessidades básicas, mas também de suas necessidades materiais. Desse modo, diversos autores se atêm a pesquisar sobre as atividades do Homem e seu modo de vida, tendo como principal espaço de pesquisa o meio de trabalho que a pesca engloba, seja ela artesanal, industrial ou de outro tipo. No Brasil diversos tipos de pesca são realizadas, as mais comuns serão exemplificadas a seguir, porém no ambiente em que esse trabalho procurou se desenvolver a pesca artesanal é a mais representativa.

A atividade pesqueira é entendida neste trabalho conforme o Decreto-Lei nº 221/67 define:

Art. 1º Para os efeitos deste Decreto-Lei define-se por pesca todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal e mais freqüente meio de vida (SANTOS, 1997, p. 09)

Atualmente esta é a conceituação mais aceita para conceituar a atividade de pesca. Pode-se conceituar a atividade de pesca artesanal de diversas formas, como aquela descrita pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, através da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, que considera pescadores artesanais como aqueles que:

Executam tarefas próprias de captura artesanal do pescado, em áreas marítimas, fluviais e lacustres, suas funções consistem em: preparar

armadilhas de pesca e os apetrechos de captura; espalhar nas águas, redes armadas com bóias, anzóis e apetrechos similares; localizar as concentrações de moluscos, remover a areia do solo pantanoso, para retirar os moluscos ali existentes; retirar o pescado das águas, forçar a saída de crustáceos das grotas rochosas, para capturá-los, colocar os mariscos coletados em depósitos adequados, conservar os apetrechos usados na captura do pescado. (BRASIL, 1994, p. 329).

Esta denominação não é a única, porém é a mais aceita pelos órgãos oficiais que trabalham com o “manejo” ou organização desta atividade. Contudo, de acordo com Isaac e Barthem (1995, p. 302), a pesca na Amazônia pode ser caracterizada de acordo com suas características sócio-econômicas em três modalidades, que são:

Pesca de subsistência: atividade tradicional, permanente, que complementaria à outras atividades econômicas do pequeno produtor, cuja produção dedica-se quase exclusivamente ao consumo próprio ou de parentes e amigos, executada com uma canoa e aparelhos de pesca simples, conforme poderá ser verificado em um momento posterior, em um sub-capítulo sobre os apetrechos de pesca;

Pesca comercial de caráter comercial: de características sazonais, esta pesca é praticada por pescadores de dedicação quase totalmente exclusiva e cuja produção destina-se, em grande parte, à comercialização nos mercados regionais. Tanto na Amazônia Central como no estuário é comum haver uma embarcação principal, conhecida como “geleira”, que recebe a produção dos pescadores embarcados em pequenas canoas. As geleiras possuem urnas com gelo para a conservação do pescado. Os encarregados destas embarcações podem comprar o pescado dos pescadores locais ou mesmo conduzir pescadores de outras regiões, que seriam contratados e suas canoas rebocadas para as áreas de pesca. Esta teria como finalidade garantir uma alta produção para compensar o transporte do pescado para os centros urbanos de melhor comercialização.

Pesca industrial: Segundo Isaac e Barthem (1995) na região amazônica este tipo de pesca está relacionada exclusivamente com a captura da piramutaba e de camarões. Esta

pesca emprega barcos de grande potência, com casco de ferro e redes de arrasto, que possuem em seu interior câmaras de conservação do pescado, o que garante um maior tempo da embarcação nos locais de pesca.

Todavia, em seu trabalho Isaac e Barthein (1995) verificam a proibição da atuação da pesca industrial na baía do Marajó. Fato que Silva (2004) não comprovou em sua pesquisa:

A frota industrial é proibida de pescar na baía do Marajó, segundo a Portaria 009/83 que delimita a atuação dessa frota ao norte do paralelo 00°05' N e a leste do meridiano 48°00' W. Entretanto, inúmeras denúncias de pescadores locais indicam que embarcações dessa frota penetram nessa área no início do verão, para pescarem cardumes de piramutaba que se afastam das áreas mais abertas e salgadas do estuário e buscam águas mais doces no interior da baía (ISAAC e BARTHEM, 1995, p. 309).

Assim, verifica-se que por vários anos a pesca no estuário amazônico ficou proibida para a pesca industrial, possibilitando a autores como Isaac e Barthem (1993, p. 311) afirmarem que na região dos furos da ilha do Marajó¹⁶:

Não há nenhuma frota pesqueira propriamente dita atuando nesta região e sim uma infinidade de pequenas canoas movidas a remos, pertencentes aos moradores dos furos e ilhas. A pesca é a única atividade dos moradores dessa região, servindo apenas como complementar a dieta e a economia familiar.

Esta realidade se alterou nos últimos anos, haja visto a diminuição do pescado em outras áreas do estado e a concorrência dos pescadores artesanais e industriais pelos melhores pesqueiros na região, isto é, pelos melhores territórios de incidência de pescado, o que determinou uma busca por novos locais de pesca, no caso aqui estudado houve nos últimos dez anos um aumento no número de “pescadores de fora” que buscam anualmente os recursos pesqueiros do rio Itaquara.

¹⁶ Na década de sessenta do século XX era de responsabilidade da SUDEPE a fiscalização e controle dos aparelhos e implementos de toda natureza suscetíveis de serem empregados na pesca, podendo proibir ou interditar o uso de qualquer apetrecho em irregular e/ou ilegal. Atualmente esta responsabilidade compete ao IBAMA, este fato será discutido mais adiante.

Desse modo, a pesca industrial atua em diversos ambientes do estado do Pará, conforme pode-se verificar na obra de Mello (1985), que verifica que existem dois tipos de pescadores que podem ser apontados como responsáveis pelo “manejo” do pescado no estado do Pará: o pescador artesanal e o pescador industrial; ambos com dinâmicas próprias de atuação sobre o espaço e com representação, na maioria das vezes, diferentes também. Em sua obra Mello (1985) sintetiza em um quadro as principais características destes dois personagens:

Quadro 02: Elementos sociologicamente significativos do pescador artesanal e do pescador industrial.

PESCADOR ARTESANAL	PESCADOR INDUSTRIAL
Proprietário dos meios de produção e/ou “parceiro” na composição da estrutura produtiva;	A força de trabalho é destituída de meios próprios de sustento;
Trabalhador autônomo, sem vínculo empregatício;	Trabalhador assalariado;
Vínculos de parentesco e/ou amizade com as tripulações;	Ausência de relação social prévia com os membros das tripulações;
Padrão simples de tecnologia;	Tecnologia de produção altamente sofisticada (alienada de seu conhecimento teórico e prático);
Participação ativa em todos os momentos do processo de trabalho (domínio total sobre o mesmo);	Trabalhador parcial, reduzido a manipulador de tarefa específica (sem domínio sobre o processo de trabalho global);
Trabalhador polivalente, detentor de conhecimentos múltiplos sobre o processo de trabalho;	Trabalhador monovalente, destituído praticamente de conhecimento especializados, desnecessários a sua função;
Consumo doméstico e comercialização do pescado produzido, de forma direta e pessoal;	Alheamento total sobre a destinação do produto;
Estilo de vida rural;	Estilo de vida urbano.

Fonte: Mello (1993, p. 95)

Conforme visto no quadro 02, tanto o pescador artesanal quanto o pescador industrial possuem características que os distinguem. No rio Itaquara não foi observado o tipo de pesca industrial como descrito por Mello (1985), porém as características para o pescador artesanal se aplicam neste ambiente de pesquisa. Desse modo, a categoria de pescador artesanal será mais enfatizada daqui em diante, pois os pescadores do rio Itaquara consideram pesca artesanal, como aquele tipo de pesca em que embarcação possui casco de madeira com capacidade de carga de até 10 ton., trabalhasse com rede de espera e a pesca industrial como aquela que utiliza embarcação com casco de ferro, utilizasse rede de arrasto e a capacidade de carga é acima de 10 toneladas.

Elaborando uma tipologia da produção pesqueira no litoral do Paraná, Andriguetto Filho (1999) estabeleceu uma tipologia em que a pesca artesanal subdivide-se em duas outras categorias: a Pesca Rudimentar, que inclui as zonas com baixa densidade tecnológica e baixa produção, seria um tipo de pesca realizada apenas para suprir o pequeno pescador artesanal e sua família; e a Pesca Artesanal Diversificada de média tecnologia, que abrange zonas de mais alta diversificação de práticas pesqueiras, mas de média densidade tecnológica e baixa ou média produção.

Estas tipologias podem ser utilizadas para o rio Itaquara, haja visto que existem pescadores neste rio que só possuem linha de mão e matapi¹⁷, tecnologias rudimentares exercitadas durante décadas pelos pescadores artesanais da região, porém com grande significancia, cuja produção destinada para a subsistência familiar, complementando outra atividade, como a agricultura, ou a aposentadoria e existem pescadores que utilizam em sua atividade equipamentos mais sofisticados que os primeiros, como a tarrafa e a malhadeira¹⁸.

¹⁷ Os tipos de apetrechos serão explicados posteriormente.

¹⁸ Idem.

No caso do estado do Pará, a importância da pesca no estuário já era conhecida desde o início do século XIX, quando as águas do estuário eram denominados de “pesqueiros reais” e tinha sua produção de pescado destinada para o sustento dos militares, religiosos e funcionários da Fazenda Real (CAMPOS, 1993; ABREU, 1992).

O Estado português interveio na atividade pesqueira no Marajó estabelecendo este espaço como “Pesqueiro Real”, nos quais era proibida a pescaria por particulares e o destino da produção era determinado segundo o interesse do Governo Português. (...) eram reconhecidas e proclamadas de utilidade pública as praias piscosas do levante marajoara O pesqueiro real do Marajó continuou existindo até pelo menos a terceira década do século XIX, Sendo que em 1775, a pesca na área ficou livre para qualquer pescador (HURLEY apud MANESCHY, 1993, p. 32).

Nos últimos anos a pesca industrial e artesanal vêm sendo realizada com frequência neste espaço. Segundo entrevistas realizadas em 2001 com os pescadores da Colônia de Pescadores Z 13 de Barcarena, a escassez do pescado já é uma realidade, sendo que a cada ano a quantidade de peixe capturado é maior (SILVA, 2004). Fato que pode ser mitigado frente a atuação das organizações governamentais e não-governamentais que atuam na atividade pesqueira.

Para a representatividade destes indivíduos os movimentos sociais são de fundamental importância, com o objetivo de alcançar melhoria na qualidade de vida para os associados, buscando a satisfação de necessidades de habitação, saúde, vestuário, emprego, alimentação, etc. Isto é, necessidades básicas que compõem o que se conhece como direitos inerentes da *cidadania*, no caso dos pescadores artesanais o movimento social que os caracteriza são as Colônias de Pescadores, que atuam como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e têm o mesmo poder de representatividade que este último.

As Colônias de Pescadores surgem de uma necessidade de se proteger o território nacional de invasões estrangeiras na segunda metade do século XIX, sendo que a fundação das primeiras colônias de pesca se dá a partir de 1919 quando foram criadas pelo

Comandante da Marinha de Guerra e Comandante do Cruzador “José Bonifácio” Frederico Villar (CAMPOS, 1993), com o objetivo de que os pescadores que se encontravam espalhados pelo litoral e interior do país fossem chamados a contribuir com a fiscalização da costa brasileira realizada pela Marinha do Brasil, sendo reunidos em agremiações, as quais denominou-se de Colônias (MORAES, 2002). Campos afirma:

Criadas pela Marinha, eram consideradas órgão de colaboração dessa instituição militar e seus associados qualificados de “reservas avançadas da Marinha”. (...) Do ponto de Vista político-organizativo é importante ressaltar que a categoria dos pescadores é “sui generis”, ou seja, é talvez a única categoria de trabalhadores que não está organizada em sindicato, mas em colônias (CAMPOS, 1993, p. 236).

Contudo, o reconhecimento da atuação do cruzador “José Bonifácio”, em reunir os pescadores artesanais da costa brasileira, só se deu com a criação da Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral Brasileiro, entre 1919 e 1923. Segundo Moraes (1996), o Comandante Frederico Villar tinha como um de seus objetivos a nacionalização da pesca no Brasil, pois como o país possuía, e ainda possui, um imenso litoral, e a Marinha na época não contava com pessoal suficiente para a sua proteção, os pescadores, conhecedores exímios e moradores do litoral, eram as pessoas mais indicadas para auxiliar nesse trabalho, pois do seu cotidiano faz parte a mobilização pelo litoral e por locais de difícil acesso ou fora da rota das navegações comerciais nacionais.

Desse modo, além do grande litoral brasileiro a Marinha não possuía o número suficiente de naus e nem de marinheiros para a fiscalização deste território, o que dificultava a fiscalização do litoral brasileiro e de suas águas continentais, sendo necessário para isso recrutar indivíduos que pudessem fazer o papel de fiscalizadores “colaboradores”, sem contudo, gerar ônus para os cofres públicos.

Como os pescadores trabalham no ambiente aquático pretendido que houvesse a fiscalização necessária, e como estes indivíduos têm o conhecimento empírico acerca da

navegação e convivem cotidianamente com seu território de trabalho, a Marinha percebeu que eram ideais para a defesa do território brasileiro, haja visto que estariam defendendo também, seu ambiente de trabalho, e ficariam, em caso de guerra, imediatamente convocados a colaborar com a Marinha.

(...) a colônia não tinha caráter organizativo, sendo considerada como um departamento da Marinha e não como um agrupamento de pescadores. A primeira colônia de pescadores foi fundada no Estado de Santa Catarina, por cerca de cem pescadores que tinham vindo de Portugal. (...) Na verdade, as colônias de pescadores passaram a ser implantadas a partir do fim dos anos 20 por iniciativa do Governo, sob moldes assistencialistas e paternalistas que ainda se mantêm (TORRES; SILVA e YUMACHI, 1996, p. 335-336).

Moraes (2002), partindo da análise sobre a organização dos pescadores artesanais, coloca dois fatores que foram importantes para a formação de colônias de pesca. O primeiro, seria de ordem econômica, pois no final do Século XIX e início do século XX o Brasil precisava importar peixes para suprir suas necessidades internas, apesar de possuir um grande litoral e uma vasta quantidade de águas interiores. O segundo fator seria de ordem política, pois o mundo estaria presenciando naquele momento o início da Primeira Grande Guerra Mundial, desse modo, o Estado brasileiro passou a intensificar suas políticas voltadas a defesa do território, temendo possíveis invasões, conforme afirmado anteriormente, levando em consideração o fator econômico Moraes (1996) verifica que:

Nas primeiras décadas do século 20, a situação da pesca no Brasil não contribuía para o desenvolvimento do país, que era caracterizado como um país exportador de recursos pesqueiros. Embora contanto com um litoral imenso, o Brasil importava peixes de outros países, enquanto que as exportações diminuía até chegar a zero em 1906, o que fez o Governo brasileiro procurar investir na extração dos recursos pesqueiros de seu litoral (MORAES et al, 1996).

Maneschy (1993), verifica que o primeiro regulamento das Colônias de Pescadores do Brasil, datado de 1923, tinha como objetivos a união dos pescadores, promoção de escolas de pesca e combate à pesca predatória. Este documento definia as colônias como

“(...) agrupamentos que congregavam pelo menos 40 brasileiros natos ou naturalizados, matriculados como pescadores nas Capitânicas dos Portos e dependências de seu foro” (FURTADO, apud MANESCHY, 1993, p. 5). Dessa forma, faziam parte das colônias apenas brasileiros natos ou naturalizados por se tratar de uma associação estratégica para o território brasileiro uma questão de segurança nacional.

Com a criação das Colônias de pescadores houve uma legalização da atividade pesqueira, pelo reconhecimento da Colônia de Pesca enquanto categoria de representatividade dos pescadores, e um reconhecimento da sociedade e do Estado da importância atividade pesqueira para o provimento do mercado consumidor interno.

Dessa maneira, as instituições que representam os pescadores possuem grande importância social e política na atividade pesqueira, pois atuam diretamente com o Poder Público e/ou influenciam na obtenção de recursos voltados para o financiamento em infraestrutura e em programas de beneficiamento aos pescadores, artesanais e industriais, dentre as instituições que possuem maior representatividade no estado do Pará pode-se apontar o Sindicato da Indústria da Pesca dos Estados do Pará e Amapá – SINPESCA¹⁹, o Movimento dos Pescadores Artesanais no Estado do Pará – MOPEPA, e as Colônias de Pescadores, atuando nos municípios onde estão sediadas, todas com sua abrangência de atuação definida porém não limitada, pois o MOPEPA e a SINPESCA também atuam em questões pontuais em determinadas cidades e ocasiões conforme os anseios de seus associados.

¹⁹ Esta entidade não será enfocada neste trabalho por representar os pescadores industriais, o que não é objeto desta pesquisa.

4.2. Territorialidades de Zonas de Pesca na Amazônia: A Visão do Poder Público e das Ong's

Como foi afirmado anteriormente, atualmente, a atenção da sociedade civil se encontra centrada na problemática do meio ambiente, porém, a reflexão se dá mais veementemente sobre o aspecto florestal, o desmatamento e suas conseqüências. Fatos muito importantes, sem dúvida, entretanto, impossibilitam a visão do todo ante a problemática da extração do pescado dos rios amazônicos, abrangendo mais especificamente neste trabalho o rio Itaquara, no município de Breves, na ilha do Marajó, área de atuação da Colônia Z 62. O caso agora seria não analisar o manejo predatório do extrativismo florestal, mas sim o manejo negativo da pesca, ou seja, o manejo feito de maneira que não possibilite a substituição em tempo hábil do pescado extraído, não possibilitando o tempo de recuperação necessário para o próximo período de pesca.

Desta forma, o manejo negativo do pescado viria a impossibilitar, futuramente, a satisfação das populações descendentes dos pescadores para o próprio sustento. Todavia, medidas têm sido buscadas para o melhor trato no manejo do pescado, como por exemplo, a proposta de Macgrath (1993; 1995) ao analisar o manejo de pescado em lagos como uma possibilidade de produção sustentável do pescado. Contudo, Gonçalves (2001), defende outros métodos que podem ser utilizados na preservação da natureza, como o *salário defeso*, isto é, uma forma de recompensa para os pescadores que não pescam no período da desova dos peixes.

O termo *salário defeso* é garantido por Lei Federal (BRASIL, 2005) para pescadores cujo local onde pescam sofre um período em que a pesca é proibida, devido a reprodução das espécies de peixe, ou conforme é conhecido a piracema. A Lei 7679/88 proíbe a pesca durante o período de piracema e estabelece também a competência do Poder executivo para fixar os períodos e as espécies que deverão ser proibidas de acordo com as

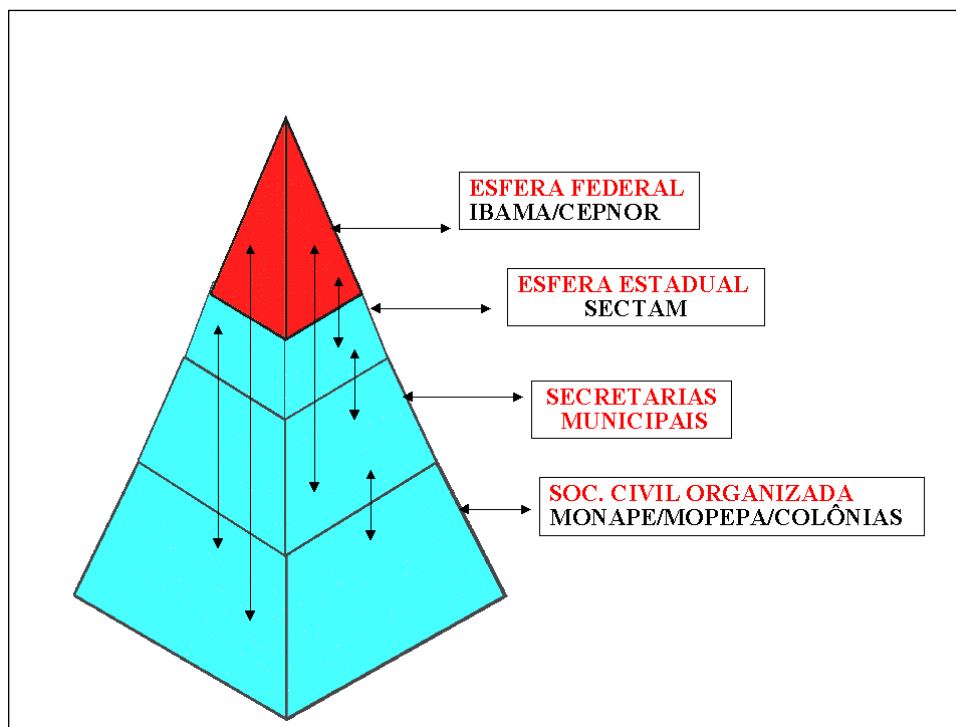
peculiaridades regionais (ISAAC, ROCHA e MOTA, 1993). Para os pescadores que pescam nos rios da Ilha do Marajó esse período corresponde aos meses de janeiro a abril, sendo que no ano de 2006 este benefício foi por mais dois meses devido a fatores climáticos²⁰. As referências a este tipo de pecúlio pelas autoridades competentes refere-se ao salário desemprego, que viria a ser a mesma coisa, conforme analisa em sua obra Gonçalves (2001).

As instituições governamentais e não-governamentais têm grande importância social no que diz respeito à atividade pesqueira, pois são responsáveis pela fiscalização e monitoramento racional dos recursos pesqueiros, influenciando no processo produtivo e assegurando ao mercado consumidor que o produto final seja legal e de boa qualidade. Dentre as organizações governamentais que atuam no setor pesqueiro no estado do Pará pode-se verificar a atuação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, representando a esfera Federal e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, atuando na esfera estadual, além das Secretarias Municipais que atuam na esfera municipal.

Dentre as Organizações não Governamentais mais representativas dos pescadores artesanais encontra-se o MOPEPA atuando no estado do Pará e o MONAPE, atuando em todas as esferas de poder do território nacional, porém, que têm maior representatividade no contexto local, onde os movimentos sociais se organizam para defender seus associados. A seguir verifica-se a concepção operacional da atuação das principais instituições ligadas à atividade pesqueira no estado do Pará, demonstrando como estas instituições estão interligadas.

²⁰ Devido a chamada “seca na Amazônia”, ocorrida no ano de 2005.

Figura 04: Concepção Operacional da Atuação das Instituições na Pesca Governamentais e Não Governamentais



Fonte: Organizado/elaborado por Christian Nunes da Silva (2006).

A figura 04 acima, demonstra uma cadeia hierárquica das instituições que atuam na atividade pesqueira, desde a esfera Federal até à esfera Municipal e Local. Sendo que a base de toda a concepção operacional é a sociedade civil organizada, pois as demais atuam segundo a conveniência da sociedade para a qual representam. Percebe-se que todas as instituições estão interligadas, independentemente da esfera de atuação, pois elas podem, se não ocorrerem processos burocráticos pelo caminho do tramite, agir interinstitucionalmente, isto é, em cooperação em prol de um bem maior, o uso racional dos recursos pesqueiros.

Como instituições de relevante atuação ante os pescadores deve-se considerar as de abrangência nacional e local, desta forma, procurou-se fazer neste trabalho um breve levantamento da atuação de duas entidades governamentais e três não-governamentais, a saber as governamentais: o IBAMA, a SECTAM; e as não-governamentais: o MONAPE, o

MOPEPA e a Colônia de Pescadores Zona 62 de Breves – a Z 62, as quais serão expostas a seguir. Abaixo observa-se um quadro que sintetiza a atuação das instituições ligadas à pesca no Brasil e mais especificamente no estado do Pará:

Quadro 03: Síntese da Atuação das Instituições da Pesca no Estado do Pará

ESFERA DE ATUAÇÃO	ÓRGÃOS	COMPETÊNCIA / PRINCIPAIS AÇÕES	OBSTÁCULOS
ESFERA FEDERAL	CEPNOR / IBAMA	Entidade autárquica, de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, é a encarregada da execução da Política Nacional do Meio Ambiente e sua fiscalização. Atua em nível nacional, nos conflitos entre estados e na fiscalização ambiental.	Os organismos federais de fiscalização dos recursos naturais no Brasil não possuem pessoal qualificado suficiente e nem infra –estrutura capaz de fiscalizar e monitorar toda a região amazônica de modo eficaz, respeitando a legislação federal em vigor.
ESFERA ESTADUAL	SECTAM	Entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos de controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e atividades relacionadas a atividade pesqueira. No caso do estado do Pará, o órgão responsável é a SECTAM – Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará.	Idem órgãos Federais.
ESFERA MUNICIPAL	SECRETARIAS MUNICIPAIS	Responsáveis por avaliar e estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção do meio ambiente, produção agrícola e pesqueira, complementando a ação do Estado e da União. No caso dos municípios, os órgãos responsáveis são as Secretarias Municipais	As secretarias não possuem infra-estrutura adequada, sendo que a maioria dos municípios ainda não têm uma secretaria específica para fiscalizar e monitorar corretamente os recursos pesqueiros extraídos
ATUAÇÃO GLOBAL	SOC. CIVIL ORGANIZADA	Organizações responsáveis por representar os trabalhadores da Pesca, tanto artesanal Quanto industrial, atuam em nível Federal, Estadual e Municipal, em prol de benefícios para os pescadores. As entidades mais representativas no Estado do Pará são o MONAPE, o MOPEPA e as Colônias de Pescadores	A falta de articulação das organizações não governamentais é um obstáculo que inviabiliza a atuação destas organizações, o que reflete na falta de obtenção de benefícios para os trabalhadores da pesca.

Fonte: Organizado/elaborado por Christian Nunes da Silva (2006).

Percebe-se que é imprescindível a participação da sociedade civil organizada na elaboração de políticas públicas em favor da atividade pesqueira. Nos últimos anos pode-se verificar a maior atuação de associações de pescadores, sindicatos e/ou colônias de pesca. Sendo que para este trabalho procurou-se enfatizar a experiência das Colônias de Pescadores, pois conforme verificado anteriormente, estas são as instituições mais antigas que representam os pescadores artesanais no Brasil.

4.2.1. A Atuação das Organizações Governamentais na Pesca no Estado do Pará

Na Geografia clássica o Estado configura-se como o ator principal na estruturação territorial, no entanto no percurso histórico da ciência geográfica são identificados outros atores na efetivação de territorialidades para a interpretação do poder inerente as relações Homem-Meio, com isso as organizações e as instituições passam a definir os usos múltiplos do território como forma de materializar seus preceitos específicos de interação. Isto implica no entendimento de que a configuração territorial pressupõe a materialização, a concretização no plano real.

Durante a década de 30, com a constituição do Estado Novo, na chamada Era Vargas, as colônias de Pescadores passaram por diversas mudanças tanto em sua constituição, como no órgão governamental responsável pela sua fiscalização e monitoramento. Em 1933 por meio do Decreto nº 23/134/33 foi criada a Divisão de Caça e Pesca, cujo o objetivo principal seria o de gerenciar as atividades pesqueiras no Brasil. Segundo Moraes (2002), nesse período os pescadores deixaram de estar subordinados ao Ministério da Marinha e passaram para a responsabilidade do Ministério da Agricultura, este ultimo elaborou o primeiro Código de Pesca, subordinando os pescadores à Divisão de Caça e Pesca.

Em outubro de 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.890/42, a subordinação dos pescadores foi transferida novamente do Ministério da Agricultura para o Ministério da Marinha, o que demonstrava o “valor estratégico” dos pescadores, sendo que seus conhecimentos sobre o território litorâneo ficaram à serviço do Estado, em uma época em que estava sendo deflagrada a Segunda Guerra Mundial (MORAES, 2002).

O Estado interveio, por meio da formulação de programas de crédito e assistência aos pescadores artesanais, a partir da década de 60, que vinham responder aos interesses do capital industrial e financeiro, à medida que visavam ampliar a adoção de insumos industriais na produção pesqueira (MANESCHY, 1993, p. 43). Segundo Moraes (2002) novas mudanças voltaram ocorrer na organização dos pescadores a partir da década de 60, pois em 1962 foi criada a Lei delegada nº 10, que acabava com a Divisão de Caça e Pesca e criava a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, como tentativa de institucionalizar o setor pesqueiro como uma entidade autônoma da área de agricultura e abastecimento, com suas próprias linhas políticas e definidas para estabelecer as bases da consolidação da então incipiente indústria pesqueira, “(...) buscava-se então a implementação de um verdadeiro complexo industrial pesqueiro em áreas propícias do território brasileiro (MELLO apud TORRES; SILVA e YUMACHI, 1996, p. 338).

Moraes (2002) afirma que a SUDEPE tinha como finalidade a promoção, desenvolvimento e a fiscalização da pesca no Brasil. Em seu trabalho Moraes (2002, p. 49), demonstra as principais atribuições da extinta SUDEPE, que eram:

- I – elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP) e promover a sua execução;
- II – prestar assistência técnica e financeira aos empreendimento de pesca;
- III – realizar estudos, em caráter permanente, que visem à atualização das leis aplicáveis à pesca ou aos recursos pesqueiros, propondo as providências convenientes;
- IV – aplicar, no que couber, o Código de Pesca e a legislação das atividades ligadas à pesca ou aos recursos pesqueiros;

- V – pronunciar-se sobre os pedidos de financiamentos destinados à pesca, formulados a entidades oficiais de crédito;
- VI – coordenar programas de assistência técnica nacional ou estrangeira;
- VII – assistir aos pescadores na solução de seus problemas econômicos-sociais.

Contudo, a atuação da SUDEPE se deu durante o regime militar, que limitou sua atuação e que refletiu na organização dos movimentos dos pescadores em todo o Brasil, onde as colônias ficaram, naquela época, subordinadas aos interesses do Estado, não podendo se manifestar contra este, sendo, conforme outros movimentos sociais duramente reprimidos por atos contra o regime.

Em 1989, mediante a Lei nº 7.735/89 a SUDEPE foi extinta e foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, uma entidade autárquica de regime especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e, naquela época, vinculada ao Ministério do Interior, com a finalidade de coordenar, planejar e fazer executar a política nacional de meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização e controle dos recursos naturais renováveis, tendo entre estes os recursos pesqueiros (TORRES; SILVA e YUMACHI, 1996, p. 339). Atualmente o IBAMA está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e o seu órgão responsável pela fiscalização e monitoramento da atividade pesqueira na região norte é o CEPNOR.

O Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte - CEPNOR, foi criado em 22 de dezembro de 1993. Este órgão está inserido na Coordenação Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros, vinculada à Diretoria de Fauna e de Recursos Pesqueiros – DIFAP, do IBAMA. O CEPNOR tem como objetivo principal executar pesquisas regionais nas áreas marinhas, estuarinas e de água doce, este órgão vem integrar as ações e programas políticos-institucionais de gestão integrada da pesquisa em recursos

naturais renováveis aquáticos, cabendo-lhe ainda, executar programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial da região (BRASIL, 2006).

Atualmente o CEPNOR se dedica ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas nas áreas de Bioecologia Aquática, Aquicultura, Tecnologia Ambiental, Economia Pesqueira e, principalmente, Tecnologia de Pesca e do Pescado. Nos últimos anos coordenou o Projeto REVIZEE – Score Norte (Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva), nas áreas de Prospecção Pesqueira e Dinâmica de Populações.

Todavia, apesar de ter sido criado para a fiscalização e o monitoramento da pesca na região Norte o CEPNOR, como a maioria das instituições Federais, possui pouco pessoal capacitado para atuar em uma região tão grande como a Amazônia. Este fato limita seu poder de atuação no território deixando a desejar no que tange ao ordenamento pesqueiro e ao apoio técnico aos pequenos pescadores artesanais. Por este fato, o CEPNOR realiza convênios com diversas outras instituições para otimizar sua atuação no território, como por exemplo, convênios com os movimentos sociais e as instituições de pesquisa e extensão estaduais.

No que concerne ao ordenamento pesqueiro no estado do Pará, a atividade da pesca era competência do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará – IDESP, onde “(...) o governo Estadual do Pará, com o propósito de atender aos assuntos pesqueiros e traçar a política estadual de desenvolvimento do setor emitiu o Decreto nº 4.721 de 5 de abril de 1965, mediante o qual criou o Grupo Executivo de Pesca – GREPE” (TORRES; SILVA e YUMACHI, 1996, p. 338). Tal entidade organicamente estava subordinada ao Setor de Estudos e Projetos do então Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará – CONDEPA, que logo se denominou IDESP.

No dia 28 de abril de 1999, por meio da LEI Nº 6.211 o então governador do Estado do Pará, o Sr. Almir Gabriel extinguiu o IDESP e transferiu para a Secretaria Executiva de

Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, as atividades do Zoneamento Econômico-Ecológico, os projetos e pesquisa na área de recursos naturais e o gerenciamento costeiro (PARÁ, 1999).

A SECTAM foi criada através da lei estadual nº 5.457, de 11 de maio de 1988. Passou a funcionar efetivamente no ano de 1991. Pode-se verificar que entre os múltiplos objetivos dessa Secretaria Estadual, destacam-se, na área de recursos naturais, os seguintes pontos (PARÁ, 2006):

- 1 – Formular, coordenar e executar a política estadual do meio ambiente, bem como as atividades necessárias ao controle da poluição, proteção aos recursos ambientais e desenvolvimento da educação ambiental;
- 2 – Estabelecer normas e padrões ambientais destinados ao controle das atividades poluidoras ou de degradação ambiental;
- 3 – Exercer o poder de polícia ambiental, através do licenciamento e controle das atividades real ou potencialmente poluidoras e da aplicação de penalidades por infração à legislação ambiental.

No momento atual a incumbência de tratar sobre os assuntos relativos à pesca no estado do Pará podem ser pesquisados na Divisão de Fauna e Flora – DIFAU, setor responsável pelos assuntos referentes à Flora e a Fauna no estado do Pará.

Contudo, dentre as instituições governamentais estudadas, a SECTAM é a instituição que têm menos têm atuado na fiscalização e monitoramento do pescado no estado do Pará, pois não foi observado no momento da pesquisa a atuação direta desta entidade nos assuntos relacionados ao ordenamento pesqueiro estadual, assim como não foram verificadas ações específicas de monitoramento e fiscalização na área de pesquisa estudada, haja visto que a SECTAM está sediada no município de Belém e não possui

outras sedes nas cidades do interior do estado do Pará, muito menos setores ligados à questão dos recursos pesqueiros.

Segundo entrevistas realizadas em 2005-2006 com funcionários do IBAMA e da SECTAM, assim como do presidente da Colônia de Pesca Z 62, a denominação de Zona de Pescadores (o Z que acompanha o nome das Colônias de Pescadores) não tem relação nenhuma com a questão de território, isto é, a denominação ZONA é utilizada de forma aleatória sem, contudo, estar relacionada com a questão conceitual de *zona*, enquanto limite territorial onde se atribui uma relação de poder, como foi trabalhado em capítulo anterior. Moraes (2002), verifica que “(...) ao serem fundadas, as colônias recebiam uma identificação composta pela letra “Z”, que tem por significado *zona de pesca*, acrescido de um número, referente a ordem cronológica de fundação. Ainda hoje, elas são assim identificadas” (MORAES, 2002, p. 41).

Desse modo, o entendimento de zona para a atividade pesqueira é referente a uma denominação para diferenciar politicamente as Colônias de Pescadores, segundo seus municípios de origem, pois segundo o Decreto Lei 221/67 “todo o meio aquático e os organismos que nele habitam são de domínio público e, portanto, de livre acesso para sua exploração por todas as pessoas devidamente autorizadas” (SANTOS, 1997; ISSAC e BARTHEM, 1995).

Dessa forma, contradizendo o que pensam os pescadores artesanais, que definem os territórios pesqueiros como de propriedade individual ou coletiva da colônia, não é proibido adentrar no espaço de atuação outras colônias de pesca no território brasileiro desde que regularizado como pescador pelo IBAMA.

Nas figuras 05, 06 e 07 a seguir, verifica-se esta definição não somente no estuário amazônico, mas em outros estados, como por exemplo, as fotografias demonstram a atuação de Colônias de Pescadores em diferentes locais do estado do Ceará.

Figura 05: Sede da Colônia de Pesca Z 07 na Praia de Cumbuco – CE.



Foto: Silva, 2005.

Figura 06: Embarcação de Pescador da Z 07 da Praia de Caucaia - CE.



Foto: Mascarenhas, 2005.

Figura 07: Palácio da Pesca - Colônia de Pescadores de Fortaleza Z-8.



Foto: Mascarenhas, 2005.

Todavia, embora os órgãos governamentais competentes e a Legislação brasileira não reconheçam a existência de territorialidades entre os pescadores associados nas diversas Colônias de Pescadores, estes indivíduos têm no seu cotidiano conflitos constantes pela utilização dos territórios de pesca, os chamados “pesqueiros”, que são os locais onde determinado pescador pesca cotidianamente e que dá a este espaço uma noção de identidade e de posse, este fato será melhor observado em um próximo capítulo.

4.2.2. A Atuação das Organizações Não-Governamentais na Pesca no Estado do Pará²¹

O entendimento da territorialidade preconiza a flexibilidade da representação que impera na relação homem – meio na busca de recursos naturais. Isto significa que

²¹ Durante a realização desta pesquisa não se encontrou nenhum representante do MONAPE e do MOPEPA, os dados aqui divulgados devem-se à pesquisa bibliográfica sobre a atuação destes órgãos.

atualmente, outras fontes de poder estão na construção da materialidade no espaço e desta forma, o poder territorial emerge de outras fontes, qual sejam as organizações, as instituições não governamentais, grupos sociais que definem sua atuação no espaço e determinam a apropriação do mesmo e dos recursos.

Desse modo, é importante mencionar o grau de organização dos grupos sociais, quando se fala no aproveitamento dos recursos naturais, a demanda do consumo assim como a redução da disponibilidade desses elementos, que podem acarretar ameaças ao meio ambiente e à reprodução dos próprios grupos humanos. O encaminhamento de um propósito social comum, voltado a melhoria de vida de uma população, é o princípio basilar de um movimento social. Nesse sentido pode se citar a ação dos sindicatos, da colônia de pescadores, de cooperativas, etc.

O desenvolvimento desses processos de organização social, podem revelar as formas pelas quais os atores sociais desenvolvem meios de lidar ou reagir aos problemas diversos que permeiam um local. Uma associação, quando estruturada mediante uma meta concêntrica, poderá colher bons resultados, pois uma ação conjunta permitirá a comunidade sair do anonimato e ter maior expressão social, política e econômica (SILVA e ALBUQUERQUE, 2002).

No caso da atividade pesqueira, sem dúvida, o movimento de maior relevância para os movimentos sociais ligados à atividade pesqueira é o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE, que visa que visa garantir os direitos adquiridos em lei, bem como lutar pelos direitos de todo homem e de toda mulher, pescador e pescadora (CAMPOS, 1993). O MONAPE foi criado em abril de 1988, surgiu como reação aos dados oficiais que davam a pesca artesanal como atividade em decadência. Graças a esse movimento, hoje se sabe que existem mais de 1,5 milhão de pescadores artesanais produzindo 70% do consumo interno de peixes (SITE, 2006). O MONAPE é aliado da

conservação ao combater o desperdício representado pela pesca industrial e predatória, celebrar acordos de pesca sobre os limites máximos de exploração das espécies e denunciar danos ao meio ambiente aquático. Atualmente o movimento também luta pela criação de reservas extrativistas marinhas e fluviais, as chamadas RESEX (SITE, 2006. p. 02).

Dessa maneira, além de garantir a representatividade para os pescadores o MONAPE se preocupa com o uso sustentável dos recursos, para que a falta do pescado não seja um reflexo futuro para os pescadores. Diegues e Silva (2006), fazem esta afirmação em seu trabalho:

(...) One of the main concerns of MONAPE is the conservation of marine and fluvial habitats as a basic condition for sustainable artisanal fishing. In two of its national meetings -Juazeiro, Bahia in August 1990 and Olinda, Pernambuco in October 1991 - the defence of the environment in benefit of local populations was one of the main points of the agenda. In those meetings, representatives of MONAPE were concerned not only about overfishing in the sea, rivers, lakes and dams, but also about the gradual and constant destruction of the natural habitats used by artisanal fishermen, such as mangroves, lakes, estuaries, reel etc. (DIEGUES e SILVA, 2006, p. 28)

Segundo Potiguar Júnior (2002) o objetivo principal do MONAPE é à busca da credibilidade dos pescadores, procurando avançar nas conquistas das estruturas oficiais de suas representações, fortalecendo-as e assegurando a autonomia política e econômica por melhores condições de vida e trabalho. O autor afirma que

(...) estratégias para atingir tais objetivos estão na realização de seminários e encontros para pescadores, crianças e jovens, incentivando a participação de lideranças locais no processo de capacitação; produção de boletins cartilhas informando sobre a importância dos pescadores; sindicalização da mulher; a necessidade de associação na colônia para futuras aposentadorias e informações gerais sobre sua relação sustentável com o meio-ambiente (...) (POTIGUAR JÚNIOR, 2002, p. 01).

O representante do MONAPE no estado do Pará é o MOPEPA – Movimento dos Pescadores no estado do Pará. É um movimento associativo que vem sendo amadurecido

desde 1988, quando ocorreram as primeiras reuniões para a sua criação, até se constituir de fato em uma força organizativa em 1990 (CAMPOS, 1993). Moraes (1996), verifica a importância do MOPEPA como movimento social, representante dos pescadores no estado do Pará que

O Movimento de Pescadores do Pará – MOPEPA foi criado no ano de 1989. O objetivo do MOPEPA, articular as Colônias de pescadores no sentido de fortalecer esta categoria para buscar melhores condições de vida e trabalho, e sua atuação está diretamente na busca de benefícios para a categoria, seja social, política, etc (...) (MORAES, 1996, p. 491)

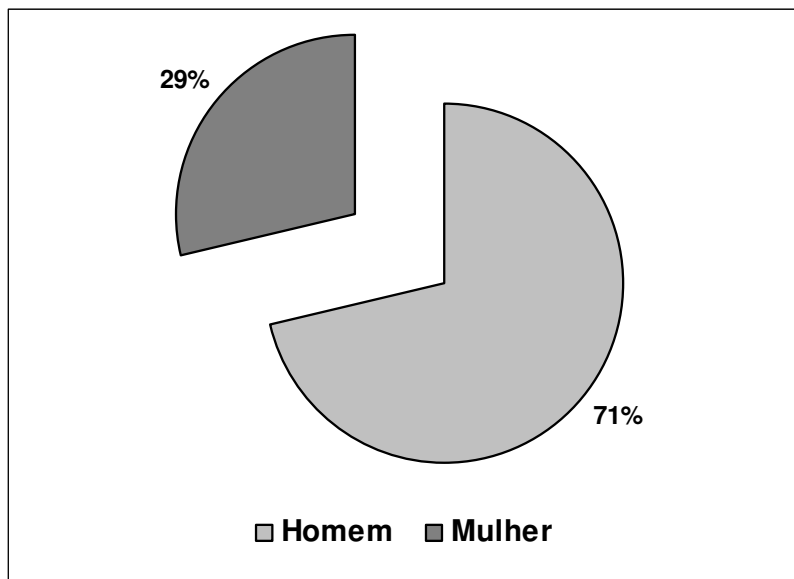
O MOPEPA atua em programas de capacitação de pescadores; assessoria administrativa, no que se refere as administrações das Colônias e iniciativas que privilegiem a participação dos associados, no que se refere à condições de trabalho (MORAES, 1996).

Conforme verificado anteriormente, uma das associações de maior representatividade no contexto local são as Colônias de Pescadores. A Colônia de Pescadores Z 62 é o movimento que representa os pescadores do rio Itaquara, rio estudado neste trabalho.

É importante ressaltar que a atuação social organizada da Colônia de Pescadores Z62 é recente, fundada em 23 de abril de 2000. Ela atua na Zona de pesca n.º 62, oficialmente, possui como sócios no atual contexto 564 pescadores e pescadoras (figura 08), dos quais apenas 30% são efetivos e estão em dias, conforme verifica-se na figura 09, com a mensalidade, que custa R\$ 5,00 (cinco reais)²².

²² Todos os dados coletados sobre a Colônia de Pesca Z 62 são de 2005-2006, durante o período de realização da pesquisa.

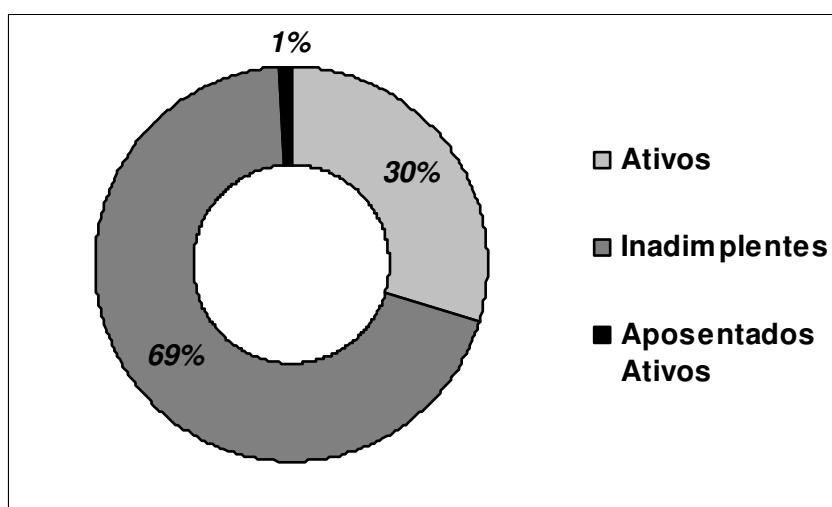
Figura 08: Gênero na Colônia de Pescadores Z 62 – Pescadores e Pescadoras.



Fonte: Colônia de Pescadores Z 62 (2005-2006).

O surgimento das Colônia de Pescadores Zona número 62 – a Z 62, deu-se pela necessidade de representação dos pescadores locais frente ao poder público e aos pescadores “de fora” que reivindicavam o direito de pescar em um território que, aparentemente, ninguém exercia poder, isto é, nenhuma pessoa reivindicava aquele espaço como propriedade pessoal ou coletiva.

Figura 09: Associados Ativos e Inadimplentes na Z62



Fonte: Colônia de Pescadores Z 62 (2005-2006).

O rio Ituquara começou a ser explorado com mais frequência pela pesca artesanal em 1998, pelos “pescadores de fora”, isto é, pescadores de outros municípios e de outras colônias de pesca. Em 2000 com a fundação da colônia Z 62 e a especialização dos pescadores locais iniciou-se a pesca realizada pelos pescadores locais que deixaram atividades como a madeireira e começaram a direcionar sua atividade para a atividade pesqueira.

O Sr. Milton Galvão, presidente da Z 62, observa que o que ocasionou o início da pesca artesanal no rio Ituquara pelos pescadores locais foi, além da criação da colônia Z 62, a decadência de outras atividades econômicas no município de Breves – por exemplo, a atividade madeireira; e também o conhecimento da atividade pesqueira pelos pescadores locais, que aprenderam o ofício da pesca artesanal com os pescadores de Abaeté. Segundo relatos, desde 2003 os “pescadores de fora” não trazem mão-de-obra de fora (pescadores embarcados como tripulantes nas embarcações para a pesca no rio Ituquara), somente para o conserto de redes, para a pesca no período de safra contratam os pescadores locais da Z 62.

Em 2001 o pessoal de Abaeté e Soure acusavam os pescadores de Breves de não saber pescar (Milton Galvão, Comunicação Pessoal, 2006).

Verificou-se durante a pesquisa de campo conflitos quanto à ação do IBAMA, que não tem agido no sentido de coibir o problema da pesca com malha fina na área da Z 62. Entre outras carências referentes à pesca nos rios do município de Breves, segundo o Sr. Milton Galvão está a falta de investimentos públicos e a falta de maior atenção às dificuldades pelas quais passam as comunidades locais. A Colônia procura assegurar garantias aos pescadores, pretende-se conseguir para o ano de 2006 trinta e seis (36) projetos financiados pelo Banco do Brasil, em um valor unitário de 1.000,00 R\$, destinados para trinta e seis (36) pescadores artesanais. Além do que, a colônia de

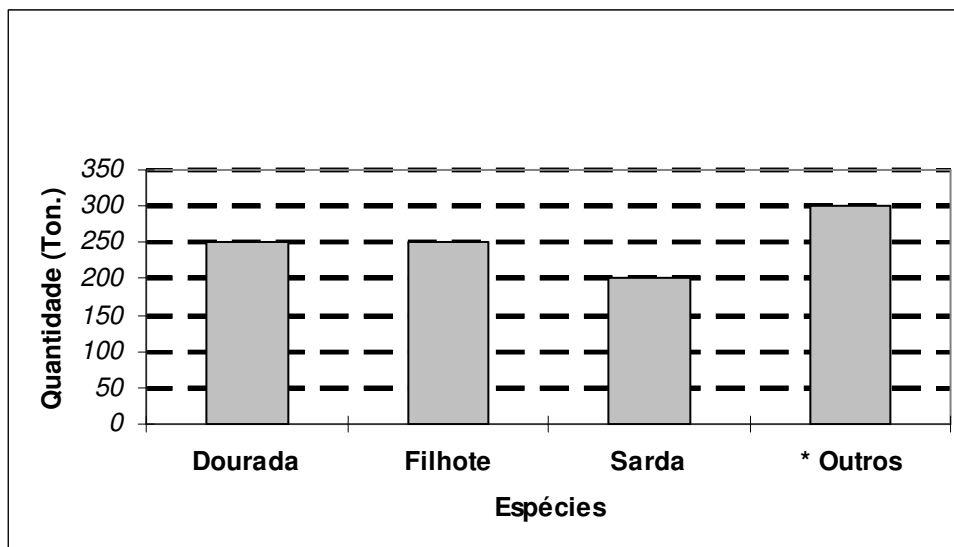
pescadores Z 62 conseguiu no ano de 2005 dois *kits* pesca, compostos cada um por uma barraca, uma balança e um refrigerador, sendo que poderão ser mobilizados para onde o mercado consumidor se mostrar mais promissor, neste caso, na sede do município de Breves, principal mercado consumidor do pescado).

As comunidades que participam da Z 62 têm base econômica principal assentada na pesca de algumas espécies de peixes ou na coleta do camarão regional²³. O amparo conseguido para a categoria dos pescadores através dessa associação, representa uma conquista árdua e contínua, sendo que a capacidade de união desses indivíduos mostra-se como a solução para alcançar conquistas e respeito social, pois mesmo com o papel importante que os pescadores artesanais desempenham na economia do município de Breves, ainda não tiveram o reconhecimento merecido.

Como objetivos ou propostas, ainda distantes, encontra-se a melhoria da estrutura física da colônia dos pescadores, como aquisição de equipamentos para o armazenamento do peixe, uma fábrica de gelo, de modo que a produção pesqueira fosse negociada na cidade de Breves. E assim, reduzindo-se as perdas por parte da categoria local, que ao vender o pescado ao atravessador acaba acumulando progressivos prejuízos com relação à comercialização do produto. Como ações concretas da colônia no campo das conquistas, estão os convênios com órgãos responsáveis pelo apoio técnico aos pescadores, entidades governamentais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER/PARÁ, e entidades não-governamentais como o Movimento de Pescadores do Pará - MOPEPA, por onde se busca apoio na escala estadual para se conseguir projetos junto a organismos de financiamento. Abaixo as espécies de peixes mais extraídas no período de safra dos rios da região da Ilha do Marajó pelos pescadores da Z 62:

²³ O camarão regional ou camarão canela (*Macrobrachium amazonicum*), segundo Valenti (1985) é totalmente adaptado à região amazônica.

Figura 10: Tipos de Peixes Extraídos pelos Pescadores da Z 62 (Ton).



* Outros: Aracu, Pacu, Sardinha, Piranha, Tamoatá, Pirapitinga, Jejú, Pescada, Traira.

Fonte: Colônia de Pescadores Z 62 (2005-2006).

A figura 10 acima, demonstra as espécies de peixes mais extraídas pelos pescadores da Z 62 nos rios da Ilha do Marajó no período da safra, sendo que a maior parte deste pescado é capturado nos rios Itaquara e Aranaí, ambos no município de Breves. Segundo dados obtidos com a colônia de pescadores são retiradas dos rios pelos pescadores da Z 62 cerca de 1.000 toneladas de peixe por ano e 150 toneladas de camarão anualmente, a maior parte destes recursos extraídos são destinados para a comercialização em Breves e Belém.

Para vender a produção de pescado em Belém os pescadores enfrentam grandes dificuldades além do transporte, como por exemplo, a negociação com o atravessador. A comercialização do pescado, antes de chegar ao consumidor final, é intermediada e sofre vários incrementos no que diz respeito aos valores agregados, primeiro pelo pescador que agrega os meios de produção e sua força de trabalho ao pescado, sendo repassado ao intermediário, “atravessador” ou “marreteiro”, que junta ao pescado um valor que será repassado para o feirante e este, repassará ao consumidor final o valor tabelado pelo mercado, sendo este ultimo muito superior ao valor primário considerado pelo pescador.

Por isto, os pescadores reclamam da falta de incentivos dos órgãos do governo como o IBAMA e da SECTAM ou da própria prefeitura de Breves.

Contudo, tem que se salientar que muito dessa realidade insustentável no espaço de atuação das Colônias de Pescadores, em dado contexto, virá a se agravar mediante a somatória dos problemas citados acima e àqueles advindos do acréscimo da atividade pesqueira na Z-62, além da falta de estrutura técnica necessária para a preservação do pescado já extraído. Bem como chama a atenção Isaac e Santarém (1997), ao afirmar que “o problema começa com a preservação do pescado abordo das embarcações pesqueiras durante as operações de pesca” (ISAAC e SANTARÉM, 1997, p. 69). Tais problemas foram mencionados por moradores, que além de pescar, usam o rio para o transporte.

A pesca em pequena escala, para subsistência, é realizada no ano todo nos afluentes dos rios, mais comumente durante o verão, nos meses de chuva na região amazônica. A pesca em escala maior, durante a safra nos rios da ilha do Marajó, são pescados em maior quantidade no período de safra (corresponde aos maio a outubro) fora do período de defeso (de novembro a abril).

Deve-se salientar que muito dessa realidade no espaço de atuação da Colônia de Pescadores Z 62, em dado contexto, poderá vir a se agravar mediante a somatória dos problemas citados acima e àqueles advindos do acréscimo da atividade pesqueira na Z 62, além da falta de estrutura técnica necessária para a preservação do pescado já extraído. Bem como chama a atenção Isac e Santarém (1997), ao afirmar que “o problema começa com a preservação do pescado abordo das embarcações pesqueiras durante as operações de pesca” (ISSAC e SANTARÉM, 1997, p. 69). Tais problemas foram mencionados por pescadores, que além de pescar, usam o rio para o transporte.

Tdoavia, para minimizar um possível impacto na decadência da produção pesqueira os pescadores artesanais do rio Itaquara vêm tentando, por meio do associativismo, se

adaptar frente a tantas adversidades, realizando outras atividades não relacionadas à pesca, mais sim à extração, agricultura, criação de animais, etc. Este fato, de adaptação constante à realidade tornou este indivíduo não somente a atuar na atividade de pesca artesanal, mas também a atuar em diversas outras atividades, fato assinalado por Furtado (1993), ao denominar este indivíduo de *agricultor-pescador* ou *pescador polivalente*.

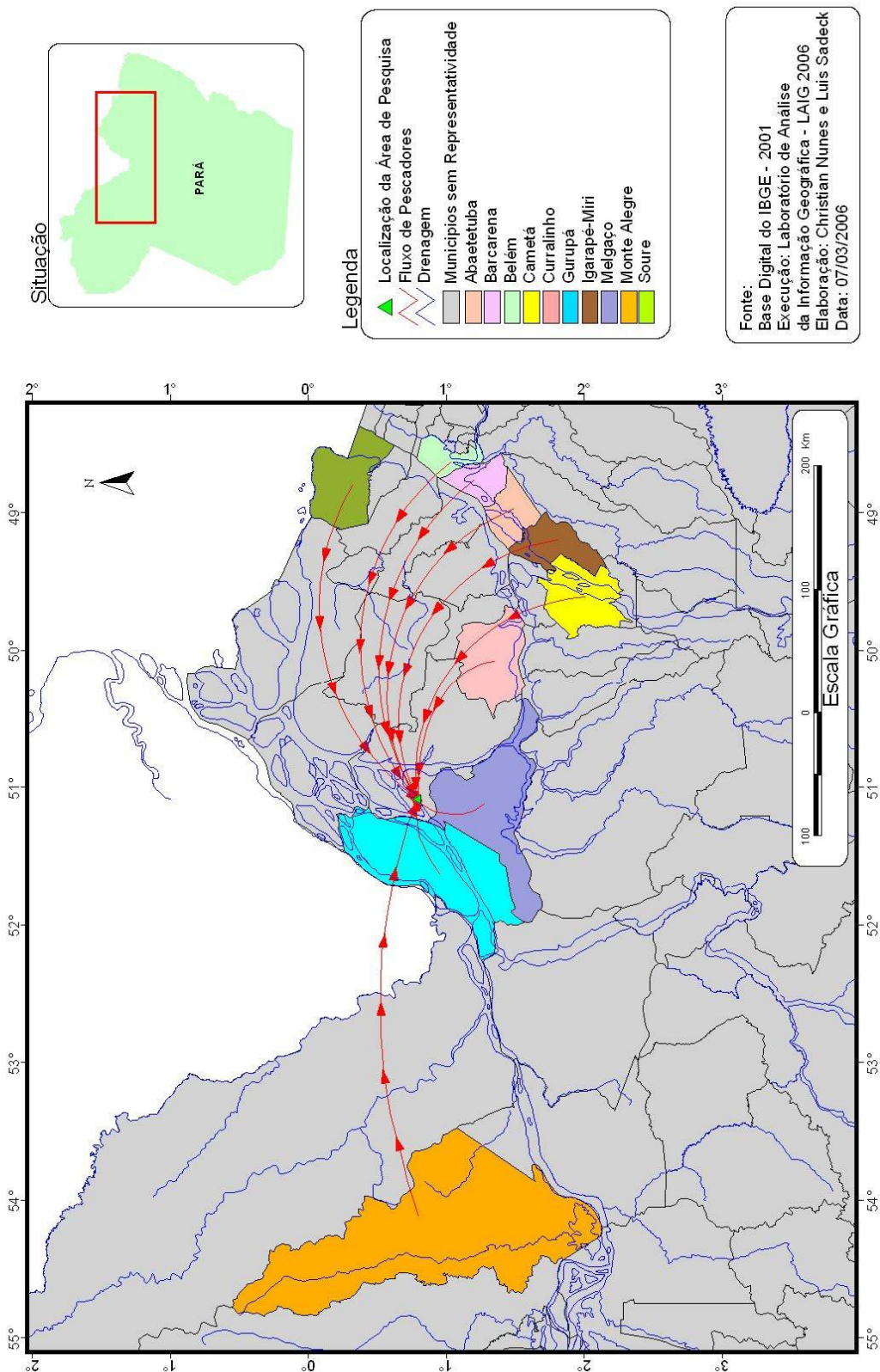
Dessa maneira, quando o pescado torna-se escasso em outros locais próximos a área de atuação da Z 62, alguns pescadores de outras colônias invadem, o que vem promovendo uma série de confusões entre os pescadores das Zonas que se queixam da concorrência pelo pescado. Os pescadores da Z 62 consideram uma invasão porque se trata de pescadores “de fora”²⁴, que vão para os rios de Breves extrair os recursos pesqueiros e, muitas vezes, não contratam a mão-de-obra local na atividade pesqueira. Contudo, a noção de invasão tem que ser revista, uma vez se o pescador artesanal for cadastrado no IBAMA ele pode pescar em qualquer local do território brasileiro, conforme foi afirmado anteriormente.

Segundo Milton Galvão, os pescadores de outros municípios e de outras colônias adentram no rio Itaquara nos meses de safra, para dele se beneficiar com os recursos pesqueiros, diminuindo após o período de safra, no período da piracema. Segundo a pesquisa de campo realizada em 2006, estes pescadores são principalmente dos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Belém, Cametá, Curalinho, Gurupá, Igarapé-Miri, Melgaço, Monte Alegre, Soure, entre outros. Os fatos ocorridos nos últimos anos mostram uma tendência ao melhor gerenciamento dos recursos pesqueiros na região, visto que os pescadores locais estão se especializando cada vez mais, comprando seus próprios equipamentos, ou apetrechos de pesca, não estando vinculados a patrões e tendo um

²⁴ Segundo os pescadores da Z 62, os “pescadores de fora” são trabalhadores de outras colônias de pescadores que, na época da safra, vão pescar no rio Itaquara, levam suas redes e alugam as redes excedentes para os pescadores locais, este fato tem sido motivo de diversos conflitos, conforme será apresentado mais a frente.

relativo domínio de sua produção. Abaixo o mapa 03 a seguir demonstra o fluxo dos “pescadores de fora” para o rio Ituquara.

Mapa 06: Direção dos Fluxos de Pescadores para o Rio Ituquara - Breves - PA



Finalizando este capítulo, pode-se simplificar a ação de diversos indivíduos e/ou instituições em uma tabela que apresenta o potencial do papel desenvolvido em suas escalas de atuação em um circuito de produção que abrange as instituições governamentais, organizações civis organizadas, os consumidores e intermediários e os produtores, artesanais e industriais, todos com um papel claro na produção e comercialização dos recursos pesqueiros no estado do Pará.

Tabela 01: Caracterização dos Atores Envolvidos na Atividade Pesqueira no Estado do Pará *

ATORES	PAPEL QUE DESEMPENHAM	GRAU DE IMPORTÂNCIA			AGENTES DE CONFLITOS SOCIAIS
		Econômico	Político	Social	
Pescador Artesanal	Trabalhadores que se dedicam a captura para a subsistência de pequenas quantidades de pescado, sendo que o excedente pode ser comercializado.	3	1	3	Marginalizado e estigmatizado
Empresários da Pesca - Pesca Industrial	Possuem a infra-estrutura, equipamentos e o capital, esta pesca emprega barcos de grande potência, com casco de ferro e redes de arrasto, também fazem o papel de intermediários, são responsáveis pela venda do seu produto pescado para o mercado consumidor.	3	3	1	Participante decisivo em processo político
Intermediários	Compram os produtos pesqueiros dos pescadores artesanais e revendem a preço maior	2	1	3	Exerce influencia no processo produtivo, na oferta e no valor do produto para o mercado consumidor.
Consumidores	Compram o pescado para consumo próprio	3	3	3	Possuem influencia nas leis de mercado
Instituições que representam os Pescadores Artesanais e Industriais	Exercem a Representatividade dos seus associados	1	3	3	Influenciam na obtenção de infra-estrutura, e nos programas de beneficiamento sociais (seguro-defeso, aposentadoria)
Instituições Governamentais de Meio Ambiente	Realizam a Fiscalização e Monitoramento do uso Racional dos recursos naturais	1	2	3	Influenciam no processo produtivo, assegurando que o produto final seja legal.

* Em uma escala de um a três se especifica como esses agentes são percebidos historicamente pela sociedade e pelo Estado. Sendo para 1 = baixa importância; 2 = importância secundária; e 3 = grande importância na atividade pesqueira.

Fonte: baseada em dados extraídos de Estrada; Silva Jr. e Cordeiro (1996, p. 197) e em dados da pesquisa de campo (SILVA, 2006).

A tabela 01 acima mostra que todos os atores envolvidos na atividade pesqueira podem ser expressos por meio de um valor de importância atribuído conforme a sua atuação no espaço. Dentre os atores enfocados os pescadores artesanais e industriais apresentam grande significância, haja visto que são os principais produtores e/ou coletores do recursos naturais, porém no campo político os pescadores industriais possuem maior representatividade do que os pescadores artesanais, fato que pode ser explicado pelo poder econômico que possuem e pela organização em prol de uma atividade com maior grau de tecnologia aplicado, que gera maior produtividade, o que reflete em maior lucratividade, que pode ser reinvestida no processo produtivo, fato que não se aplica ao pescador artesanal visto que não possuem um grande valor agregado à sua pequena produção.

Os intermediários estão presentes na atividade pesqueira com média importância para a economia, pouca importância em grau político, porém com grande relevância para o nível social, pois deles depende, muitas vezes, o traslado do pescado até o espaço de comercialização.

Sem dúvida, os atores de maior importância na atividade pesqueira são os consumidores, pois destes depende o valor do produto (visto que as leis de mercado enfocam a oferta e a procura), e determinam aonde a produção pode ser melhor comercializada, visto que o recurso vai onde o consumidor está. Todavia, os consumidores deixam de adquirir um produto por menor custo por conta da atuação do intermediário, que repassa o produto por quase o dobro de seu valor, quando adquirido do pescador²⁵. Pois, segundo Milton Galvão, presidente da Z 62, geralmente os “donos de rede emprestam” – que são os intermediários, as redes para que os pescadores que não possuem este tipo de apetrecho possam pescar, posteriormente os “donos de rede” podem comprar mais barato a produção pesqueira do pescador que emprestou a rede.

²⁵ Fato verificado durante a pesquisa de campo em 2006.

O dono da rede determina o preço do quilograma do pescado no rio Itaquara chega a ser de 0,80 a 0,90 centavos de Real, enquanto que em Belém chega a ser de 6,00 R\$, o dono da rede já é o intermediário (Milton Galvão, C.P, 2005).

Dessa maneira, a atuação das entidades descritas neste capítulo mostra que os papéis desempenhados por elas é de extrema relevância, visto que, no caso das instituições governamentais, delas dependem a utilização legal do recurso; e no caso das organizações não governamentais, destas dependem a execução das políticas elaboradas pelos organismos governamentais.

A pesca artesanal vêm sendo fortalecida nos últimos anos, pois novos organismos têm sido criados para dar maior representatividade a esta atividade, como é o caso da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia – ADA, antigo Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Em nível Federal foi criada em 2002 a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, sendo que ambas as instituições têm entre os seus objetivos o desenvolvimento da pesca na região amazônica e a tentativa de implantação de um novo ordenamento da atividade pesqueira na região, a atuação destas entidades poderão ser trabalhadas em um trabalho futuro, visto que suas ações ainda não tiveram um efeito significativo na região.

O MODO DE VIDA NO ITUQUARA

Conforme no primeiro capítulo, a utilização dos recursos naturais pelo caboclo amazônida demonstra a combinação de diversos costumes dos grupos étnicos, dos quais o caboclo sofreu influência no passado. A maneira de como o caboclo pesca ou prepara sua comida, tem tanto a característica do índio como do europeu e do nordestino brasileiro (LIMA, 1999). Esse amalgama cultural vem constantemente sofrendo influência das novas tecnologias exteriores ao meio rural amazônida, fazendo com que o caboclo absorva novos paradigmas culturais, que influenciarão em seus padrões comportamentais como, por exemplo, a utilização de novos materiais na pesca artesanal, como as grandes redes de fio de náilon, o barco motorizado ou a aquisição da televisão e outros eletrodomésticos, os quais vão alterar o ritmo e a velocidade da produção realizada pelas populações caboclas. Essa relação com o meio exterior à realidade amazônica, não pode ser intermediada por nenhum outro agente, pois a influência do meio externo sobre o caboclo é inevitável no momento atual, não só para o caboclo, mas para qualquer outra civilização, ou região que deseja se manter intacta às culturas do mundo.

Este capítulo procura demonstrar como se dá o modo de vida no rio Itaquara, analisando os aspectos sócio-econômicos e as principais atividades realizadas pelos pescadores, bem como a relação destas atividades com o meio ambiente. Para que este capítulo seja melhor compreendido, utilizou-se o conceito de *pescador-polivalente e/ou agricultor-pescador*²⁶ trabalhado por Lourdes Furtado (1993) que é utilizado para caracterizar o pescador da região amazônica. Este conceito representa de forma satisfatória o habitante da região amazônica, visto que demonstra que os pescadores não realizam somente a atividade da pesca, mas também atividades de agricultura, criação de animais e até empregos esporádicos, tendo na pesca sua principal atividade. Outras atividades realizadas pelos pescadores que não a pesca são feitas com mais ênfase no momento de

²⁶ Moraes (2002) também verifica a questão da polivalência das populações tradicionais ao se referir na diversidade de atividades complementares à pesca, como a agricultura, a extração do açá e a criação de peixes consorciada à criação de galinhas.

defeso, quando os pescadores não podem pescar devido estipulação do período de desova feita pelos órgãos ambientais competentes, conforme foi verificado em capítulo posterior.

5.1. Aspectos Sociais do Modo de Vida dos Pescadores da Z62 no Rio Ituquara

Nas comunidades de Cincinato e Santa Inês, no rio Ituquara, as famílias têm uma média de 5 à 6 pessoas, que contam com a presença de agregados de outras famílias, que unem-se por casamento ou por adoção, porém que convivem na mesma residência e auxiliam na produção e comercialização dos recursos extraídos da floresta e dos rios. Esta média de pessoa/família é considerada normal pelos moradores e, conforme se observa nas entrevistas, é desproporcional à renda média da maioria das famílias²⁷, pois a qualidade de vida decai ante o aumento do número de pessoas por família.

Figura 11: Família Típica no rio Ituquara



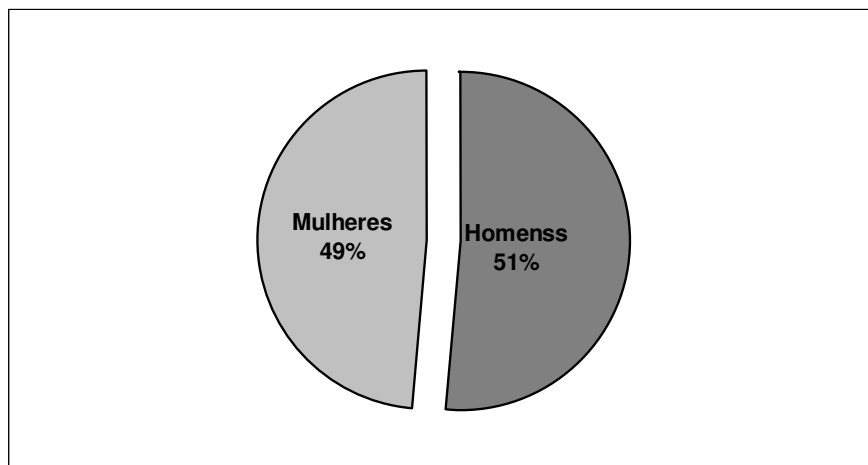
Foto: Silva, 2006.

Embora a figura 12, a seguir, demonstre um maior número de homens moradores nas margens do rio Ituquara, há de se relativizar essa evidência, não só porque decorre de resultado de amostragem, mas também por não comprovar, necessariamente, uma atuação sócio-econômica feminina menos importante

²⁷ Aproximadamente um salário mínimo.

nas atividades desempenhadas pelos moradores. Assim, apesar de serem os homens que mais atuam nas atividades pesqueiras, as mulheres realizam importantes tarefas, seja na pesca em pequena escala, sejam nos afazeres domésticos que incluem, além do cuidado com as crianças a confecção dos apetrechos utilizados na pesca.

Figura 12: Perfil Sexual dos Entrevistados no Rio Ituquara



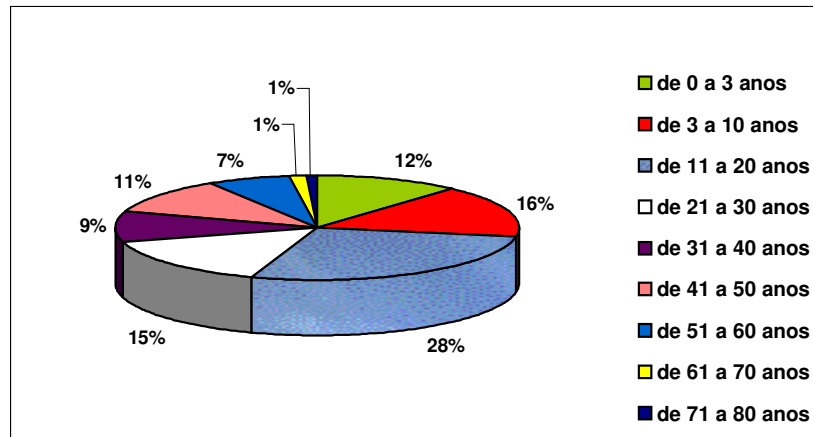
Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006).

A figura 13 abaixo demonstra a faixa etária dos moradores entrevistados²⁸, onde se pode observar uma grande maioria de jovens com idades entre 11 a 20 anos. Fato que preocupa alguns moradores que relataram a necessidade de “arranjar o que fazer” para estes jovens. Foi verificado que a maior parte dos jovens que residem nas comunidades de Santa Inês de Cincinato, quando não têm condições financeiras para ir estudar no município de Breves acabam ingressando nas atividades dos pais, no caso dos homens a pesca, no caso das mulheres, pela falta de oportunidades de trabalho, a grande maioria casa antes dos vinte anos e tornam-se donas de casa.

Figura 13: Faixa Etária dos Moradores Entrevistados no Ituquara

²⁸

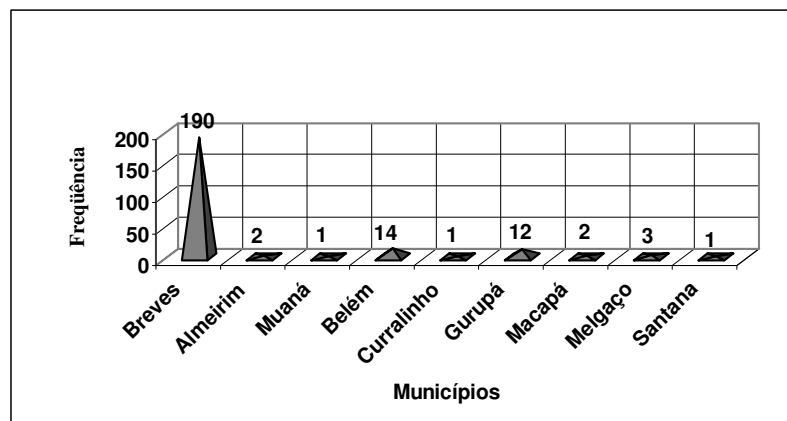
Não Foram encontrados entrevistados com mais de 81 anos.



Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006).

Grande parte dos moradores do rio Itaquara são nascidos do município de Breves e moram no rio Itaquara devido seus ancestrais já possuírem propriedades às margens deste rio ou nele trabalharem em atividades extrativas. Os moradores que não nasceram no município de Breves, geralmente, foram morar às margens do rio Itaquara convidados por algum morador nativo ou devido trabalharem em atividades que necessitem fixar residência nas comunidades do rio, como por, exemplo alguns professores que foram entrevistados e que são oriundos da cidade de Belém que foram residir no Itaquara devido a oportunidade de emprego que surgiu.

Figura 14: Local de Nascimento dos Moradores Entrevistados no Rio Itaquara



Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006).

As casas das comunidades estão situadas nas áreas de várzea, são do tipo *palafitas*²⁹ sendo que poucas possuem fossas, o que aumenta a probabilidade de doenças relacionadas ao acúmulo de lixo. A maior parte das casas não possui sanitário, pois os dejetos são despejados diretamente no rio, sendo que este carrega os sedimentos atirados pelos moradores. A arquitetura das casas é constituída principalmente, com utilização de palha ou telha de barro para o teto. A água consumida vem do próprio rio Ituquara ou de seus afluentes, fato que causa problemas de saúde, pois o tratamento na água para o consumo é precário.

Figura 15: Moradia de Madeira Típica no rio Ituquara



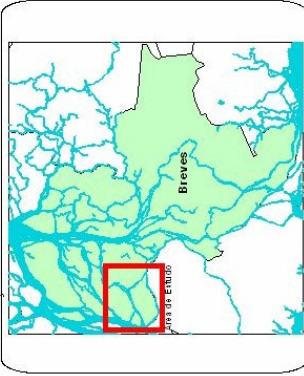
Foto: Silva, 2006.

O mapa 04 a seguir demonstra a localização das residências dos moradores entrevistados, nas margens do rio, indicando também, a localização de infra-estruturas nas comunidades, como por exemplo, a localização dos postos telefônicos e dos locais onde a venda de combustível acontece.

²⁹ Moradias típicas das margens dos rios amazônicos, feitas de madeira e suspensas para evitar o contato do “chão da casa”, o piso, com a água.

Mapa 04: Moradias e Infra-Estrutura no Rio Itaquara

SITUAÇÃO



CONVENÇÕES

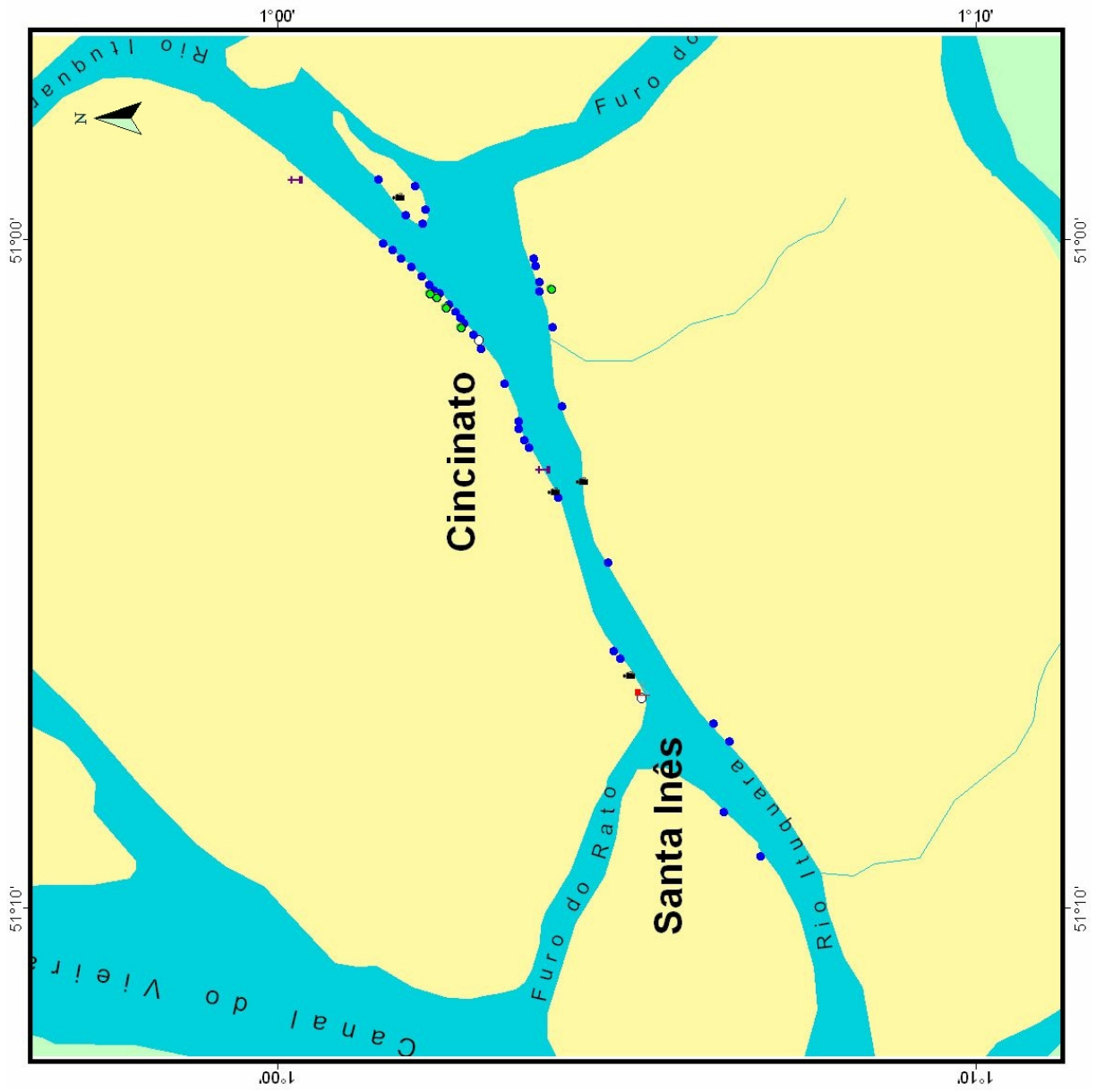
- Localidades
- ~ Rios

LEGENDA

- Moradias
- Infra-Estrutura
- ⊕ Cemitério
- ⛽ Combustível
- 📶 Posto telefonico
- Viveiros



Fonte: Base Digital do IBGE 2001
 Dados de Campo, Silva (2006)
 Execução: Christian Nunes e Luis Sadeck



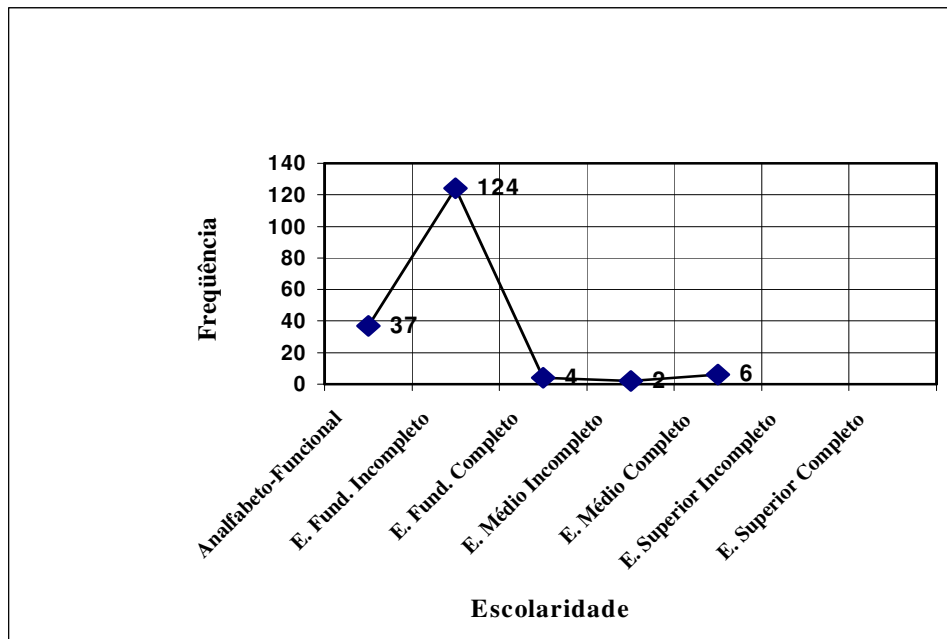
Nas duas comunidades visitadas é notada a presença de escolas, sendo que na comunidade de Santa Inês a escola de ensino fundamental encontra-se em melhores condições de infra-estrutura (quadro, mesas, cadeiras, etc.) que a escola da comunidade de Cincinato. Esta diferença foi relatada pelos moradores como uma questão política, pois na última eleição para prefeito de Breves foi divulgado que os moradores da comunidade de Cincinato votaram no candidato opositor do atual prefeito, fato que demonstra como os moradores sofrem com o paternalismo existente com os seus principais representantes na sede municipal.

A evasão escolar é considerada alta pelos moradores, a figura 16 a seguir demonstra que a maioria dos moradores possuem apenas ao ensino fundamental incompleto, devido, principalmente, o que ocorre com a necessidade de mão-de-obra, pois alguns estudantes têm de abandonar a escola mais cedo para ajudar na renda familiar, visto que não possuem condições de continuar os estudos, conforme afirmado anteriormente. Chabenat (2002, p. 145-146), em seu estudo sobre uma população amazônica observa que:

As populações ribeirinhas não são “sociedades sem escola”, como dizemos em outros lugares, “sociedades sem escrita”. Essas populações pertencem a uma sociedade que possui uma instituição escolar, mas que não atendem as expectativas locais. De modo geral, o nível escolar é extremamente baixo (...) a “preferência tendo sido dada à aprendizagem ligada às necessidades da vida cotidiana; o analfabetismo é muito grande (CHABENAT, 2002, p. 145-146).

Esta afirmação sintetiza o que ocorre no rio Itaquara, ainda mais que as escolas de ensino fundamental das comunidades pesquisadas carecem de funcionários, o que inviabiliza a prática educativa. A grande maioria dos entrevistados possui somente o nível fundamental incompleto, devido às questões que já foram postas, ou outras, como por exemplo: a falta de oportunidades, necessidade de trabalhar mais cedo, casamentos na juventude, distância das escolas, falta de infra-estrutura para chegar nos locais das escolas. Na figura 17 abaixo observa-se o grau de escolaridade dos moradores entrevistados:

Figura 16: Grau de Escolaridade dos Entrevistados no Rio Ituquara



Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006).

Conforme pode-se verificar há carência nas escolas das comunidades de professores com o ensino superior completo, o que não desconsidera a atuação dos professores que atuam nas comunidades, visto que eles estão habilitados a lecionar em classes de ensino fundamental, pois possuem o curso de magistério como habilitação.

Os aspectos sociais somente podem ser entendidos quando se faz uma relação direta deste fato com a utilização do território, visto como sinônimo para a obtenção de recursos naturais, mas não somente isto, pois o território é o espaço onde as relações sociais acontecem (HAESBAERT, 2004), mediado pelo uso das técnicas, conforme se pode ver nos modo de vida dos moradores do Ituquara. Desse modo, intrinsecamente relacionado à questão sócio-econômica é importante verificar como se dá a apropriação dos recursos pelos moradores das margens do rio Ituquara, haja visto que a técnica de

como eles utilizam este território será analisada no capítulo posterior, onde pode-se verificar os tipos de apetrechos e embarcações que estes moradores utilizam³⁰.

5.2. O Uso do Território

A adaptação³¹ constante do habitante amazônico à realidade que o circunda possibilitou a este indivíduo não somente atuar na atividade de pesca artesanal, mas também a realizar diversas outras atividades, fato assinalado por Furtado (1993), ao denominar este indivíduo de *agricultor-pescador* ou *pescador polivalente*. Segundo a autora, o pescador-polivalente manipula os recursos do meio terrestre e aquático, atuando na pesca e em outras atividades como o cultivo de roçados, a coleta de frutos e a criação de grandes e pequenos animais e aves. Em sua pesquisa sobre as populações pescadoras ribeirinhas, ou tradicionais, Furtado (1993), relaciona a pesca com as diversas outras atividades realizadas pelos pescadores, como:

Estes, vivendo de uma multiplicidade de atividades, configuram o que tenho chamado de *pescadores polivalentes*. Adaptaram-se às condições da sazonalidade nas quais estão envolvidas todas as atividades por eles praticadas, tais como a pesca de subsistência e comercial, a coleta de produtos silvestres, a agricultura de roçados, o cultivo da juta e alguma caça (FURTADO, 1993, p. 251).

Desta forma, o pescador, por meio de equipamentos que se adaptaram e se “desenvolveram” com o tempo e ao ambiente exterior, vem mantendo, ou tentando manter um padrão de subsistência similar durante décadas, os quais vêm sendo alterados pelo ambiente exterior por meio do incremento de novas técnicas e novos materiais. Deste

³⁰ O território não pode ser verificado somente como suporte, no capítulo anterior verificou-se a característica relacional deste espaço, isto é, a relação entre os recursos naturais e as relações sociais que nele ocorrem. Resumindo, o território não é mero suporte, mas é regido também por relações sociais que o modificam.

³¹ A idéia de adaptação não é utilizada neste trabalho como “passividade”, enfatiza-se que o Homem não apenas se adapta ao meio ambiente, de forma determinada pela natureza, mas também modifica este meio para dele retirar os recursos necessários para sua subsistência, conforme foi verificado no capítulo primeiro.

novos equipamentos e apetrechos depende a locomoção e a delimitação das territorialidades do pescador.

Pode-se observar no mapa 2, no início do trabalho, o rio Ituquara é composto por ambientes lacustres, com diversos afluentes que são acompanhados por um ecossistema característico das margens dos corpos d'água: a várzea.

A várzea é o ambiente próximo aos rios e igarapés. Margeando estes corpos d'água é considerado o ambiente mais propício para a fixação da residência no rio Ituquara, pois a locomoção é feita nos rios, sendo mais fácil para os habitantes para chegar à sua locomoção – a canoa, a montaria ou o barco a motor. O ambiente de várzea condiciona o homem da Amazônia para que ele execute uma melhor adaptação do seu modo de vida ao meio, pois o regime de cheias³². (no período de outubro à março, aproximadamente), obriga o habitante a construir sua residência em forma de palafitas, isto é, casas construídas sobre estacas altas, o que impossibilita o rio de alagar o local de residência. Portanto, é na várzea do rio Ituquara que as atividades se intensificam, devido os meios de transportes mais utilizados no rio dependerem das vias fluviais.

A várzea sofre com o processo sazonal de adubação e fertilização dos solos, devido as cheias que ocorrem no períodos de chuva na região amazônica e devido o ciclo lunar diário, que promove o regime de cheias. Quando o rio está cheio fertiliza os solos com microorganismos que servem como adubo no período de estiagem, onde os moradores aproveitam o período em que o rio está mais baixo para realizarem pequenas plantações ao longo das margens dos rios e igarapés. Este processo de fertilização dos solos pela cheia dos rios torna desnecessário o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos pelos moradores do rio Ituquara.

³² O período de chuvas nos trópicos – no caso aqui estudado na região amazônica, é frequente no verão, quando se dá a expansão para essa latitude dos sistemas predominantes na zona equatorial, e o inverno, pela ação dos centros de alta pressão subtropicais, se apresenta como o período seco – com poucas chuvas (TAVARES, 2004)

Anderson (1992), em seu trabalho sobre a agricultura realizada nas margens de rios da Amazônia afirma que uma consequência deste regime de inundação que ocorre esporadicamente nos rios da Amazônia é a deposição de sedimentos na superfície do solo, que servem para manter a sua fertilidade. Além disso, o fluxo da maré, mesmo quando não chega a cobrir a superfície, penetra na várzea através de rios e igarapés, mantendo a umidade do solo mesmo nas épocas mais secas, onde se pode cultivar as culturas de curto período demonstradas na figura 17. Em contrapartida, estes mesmos rios e igarapés facilitam a drenagem do solo, evitando o seu encharcamento. Assim, “os solos destas várzeas, estão entre os quimicamente entre os mais férteis da Amazônia, pois beneficiam-se de um regime natural de adubação, irrigação e drenagem”. (ANDERSON, 1992, p. 106).

Todavia, a agricultura é pouco realizada no rio Ituquara, pois nem sempre o regime de marés possibilita o plantio de culturas às margens dos rios, pois as culturas correm o risco de apodrecer antes de serem colhidas. Nas margens do rio Ituquara poucas famílias realizam atividades de agricultura com roçado, pois as margens deste rio – devido estar no estuário amazônico, encontram-se diariamente alagadas, impossibilitando o plantio. Algumas poucas famílias possuem terrenos de Terra-firme³³ em suas propriedades, sendo que este tipo de ecossistema é menos comum na margem esquerda, do que na margem direita do rio Ituquara, onde se verificou o maior número de pequenos agricultores familiares.

O tipo de agricultura realizada no rio Ituquara é a agricultura familiar de subsistência, com a utilização da mão-de-obra familiar e direcionada ao consumo interno da própria família, sem excedente de produção – excetuando-se neste aspecto a fruticultura, mais especificamente o açaí, cultura comum na região amazônica, onde seu

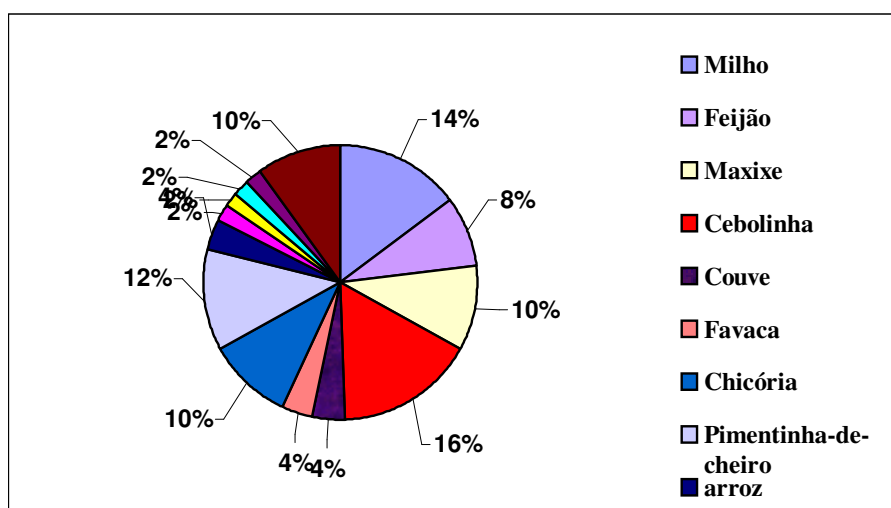
³³ Área alta da floresta onde os corpos d’água não alcançam o solo, trecho onde a agricultura pode ser realizada sem que as culturas fiquem submersas.

cultivo se dá para a subsistência familiar e para o comércio da região, sendo parte importante da dieta alimentar amazônica (LISBOA, 2002; JARDIM, 2004).

Nos poucos roçados para o plantio são cultivadas espécies vegetais adaptadas a solos úmidos, como por exemplo, o milho, arroz, maxixe, etc. Na figura 18, verifica-se algumas das variedades mais cultivadas no Itaquara, sendo que não se observou o plantio de variedades de tubérculos como a batata, a macaxeira e a mandioca, pois estes tipos de culturas não se desenvolvem em áreas muito úmidas e apodrecem no solo antes da colheita.

A horticultura é mais comum do que o roçado no Itaquara, pois este tipo de agricultura é cultivada em paneiros de tala de guarumã, cascos velhos cheios de terra e em quintais suspensos nas periferias das residências. Nas hortas são cultivadas espécies de pequeno porte que são utilizadas como tempero da comida regional, como a couve, a favaca e a cebolinha.

Figura 17: Espécies de Culturas Cultivadas no Rio Itaquara



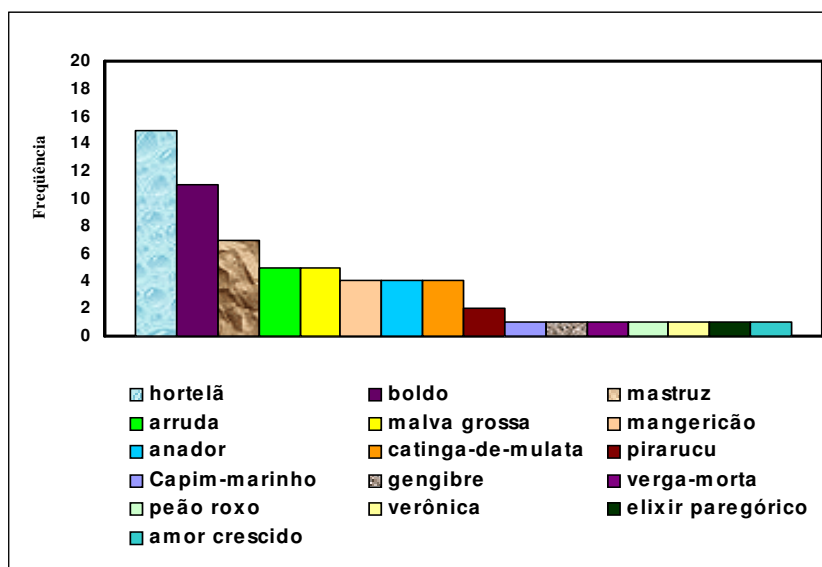
Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006).

Como se pode observar, são cultivadas principalmente espécies de culturas de curto período, isto é, que são plantadas e colhidas rapidamente, direcionadas principalmente para a própria subsistência familiar.

Durante pesquisa bibliográfica constatou-se que não se pode negar que a categoria dos pescadores artesanais vem a muito sofrendo com problemas de ordem diversas, como a escassez do peixe, o aumento do tráfego nos rios, entre outros. Além disso, ainda existem os problemas relacionados à infra-estrutura governamental, como no campo da saúde, pois verifica-se a falta de amparo médico-hospitalar para os moradores do rio Ituquara. A falta de remédios é visível nas residências dos moradores do Ituquara, visto que nas comunidades pesquisadas não foi observado a existência de postos de saúde ou algo similar, somente alguns poucos agentes de saúde moram e atendem os moradores das comunidades do rio.

A sabedoria popular, embora não comprovada cientificamente, mostra-se eficiente na aplicação de diversos remédios caseiros que são repassados pelos mais idosos para os mais jovens. Estes remédios são feitos de plantas como a Arruda, hortelã, boldo, gengibre e verônica, que são utilizadas principalmente na forma de chá e ingeridas pelos enfermos via oral ou aplicadas em feridas infeccionadas para cicatrizar mais depressa.

Figura 18: Espécies de Plantas Medicinais Utilizadas no Rio Ituquara



Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006).

As variedades de ervas medicinais cultivadas pelos moradores têm o uso homeopático variado, sendo utilizados no tratamento de diversas enfermidades, como: febre, gripe, dor de garganta, anemia, etc. Ocorreram relatos durante a pesquisa de campo, que algumas destas espécies ervas são utilizadas para a cura de doenças graves, como o câncer.

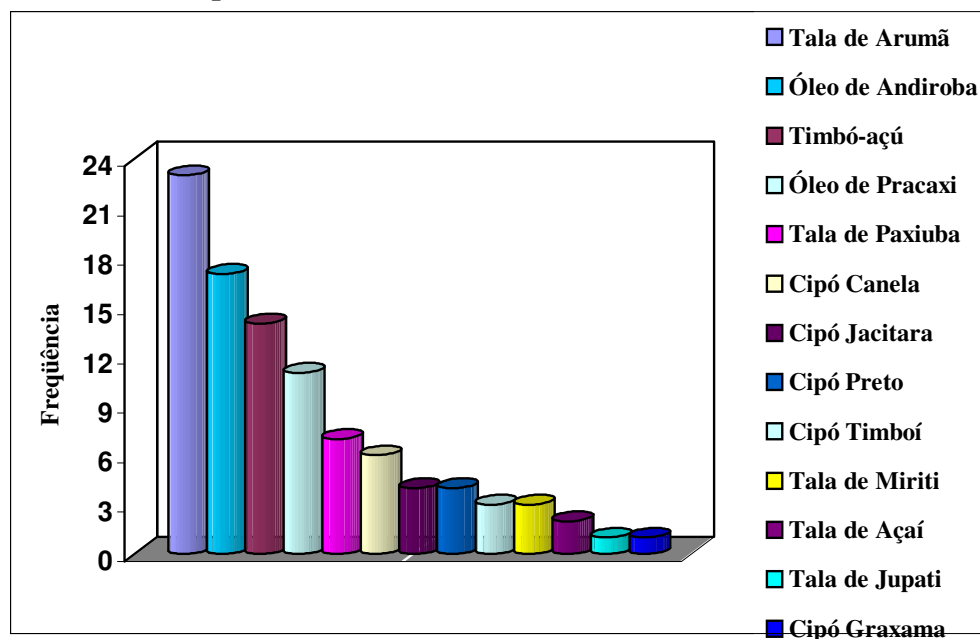
Na fruticultura as espécies que rendem uma fonte de renda para os moradores do Itaquara são os cultivos do cacau, do cupuaçu, tapereba e outras frutas nativas, colhidas em pouca quantidade e comercializadas em Breves. A maioria dos pés de açaí existentes nas margens do rio Itaquara são nativos e no período de entre-safra do fruto os moradores cortam estas árvores para a extração do palmito, fato que se não for melhor administrado pelos órgão competentes e pelas famílias do rio Itaquara poderá causar risco futuro para a produção de açaí na área. Contudo, moradores como o Sr. Garcia (Pesquisa de campo, 2006) realizam projetos de plantio e manejo de açazais, cuja produção será comercializada em Breves. Este exemplo vêm sendo seguido por outros moradores que vêm na produção do açaí uma fonte de renda nos períodos de defeso do pescado.

O açaí possui grande importância para os moradores do rio Itaquara, onde muitas vezes o seu papel não é somente de complemento alimentar, mas de alimento principal. Quando não é dirigido à subsistência familiar, a cadeia produtiva do açaí no rio Itaquara foi relatada da seguinte ordem pelo pescador-polivalente: 1º pequeno agricultor, produtor de açaí; 2º dono de bateeira de açaí em Breves e; 3º consumidor final. Desse modo, a figura do intermediário – presente na maioria das relações de produção, é quase que inexistente, aparecendo somente naqueles casos em que o pequeno produtor não possui condições de vender o fruto em Breves.

Simultaneamente à produção de horticultura e fruticultura ocorre e a criação de animais de pequeno porte³⁴ soltos em volta da casa onde a alimentação consiste em restos de comida, da produção do pescado e de sementes de palmeiras (MAUÉS, 1999). A criação destes pequenos animais, além de fazer parte da dieta alimentar é uma espécie de poupança, pois os animais podem ser vendidos a qualquer momento nas próprias comunidades de Cincinato e Santa Inês ou para pessoas que visitam as comunidades e trafegam pelo rio Itaquara.

Outros tipos de atividades produtivas ainda são realizadas pelos moradores do rio Itaquara, como por exemplo, a produção de objetos direcionados para o artesanato e para subsidiar a atividade pesqueira, com o uso de talas e cipós, utilizados para a fabricação de paneiros, gaiolas, matapis³⁵, etc. Porém a atividade artesanal com estes tipos de utensílios não é direcionada à comercialização, mas somente para o consumo interno nas atividades de pesca, ou no uso doméstico das residências.

Figura 19: Uso dos Recursos Naturais: Óleos, Resinas, Talas e Cipós Utilizados pelos Moradores no Rio Itaquara



Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006).

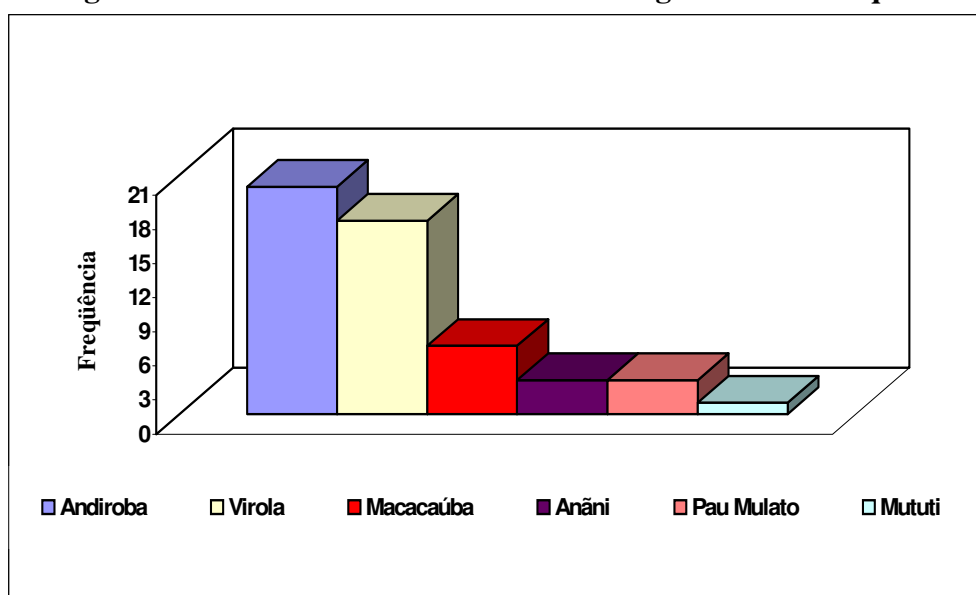
³⁴ Animais de pequeno porte: patos, galinhas, porcos e perus.

³⁵ Como se faz o matapi e seu uso será discutido no capítulo posterior.

A produção de óleos e resinas também é importante entre as atividades dos pescadores do Itaquara, sendo que estes tipos de líquidos são geralmente utilizados como complemento da medicina popular que usa juntamente com ervas medicinais no tratamento homeopático.

Na época do defeso do pescado os pescadores realizam ainda atividades relacionadas à extração de madeira. Apesar desta atividade estar em decadência na região, devido a extração excessiva de árvores, alguns moradores relataram como importante fonte de renda no período em que o pescado e outras fontes de renda são insuficientes para a subsistência familiar. A figura 20 apresenta as principais espécies extraídas da floresta, sendo as mais espécies extraídas encontradas nos ecossistemas de várzea.

Figura 20: Diversidade Madeireira nas Margens do Rio Itaquara



Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006).

Na região amazônica é comum a atividade de caça para a subsistência da família ribeirinha e para a venda dos animais capturados como iguaria nos centros urbanos (SIMONIAN, 2004; WOLFF, 1999). Porém, nos últimos anos esta atividade decresceu devido a sua prática contínua, que reflete na capacidade de suporte da natureza em

substituir os animais capturados por outros, haja visto que o caçador não escolhe sua presa, ele atira no animal que aparece para saciar suas necessidades.

Figura 21: Moradora do Rio Ituquara com espécies frutíferas comuns na região



Foto: Silva, 2006.

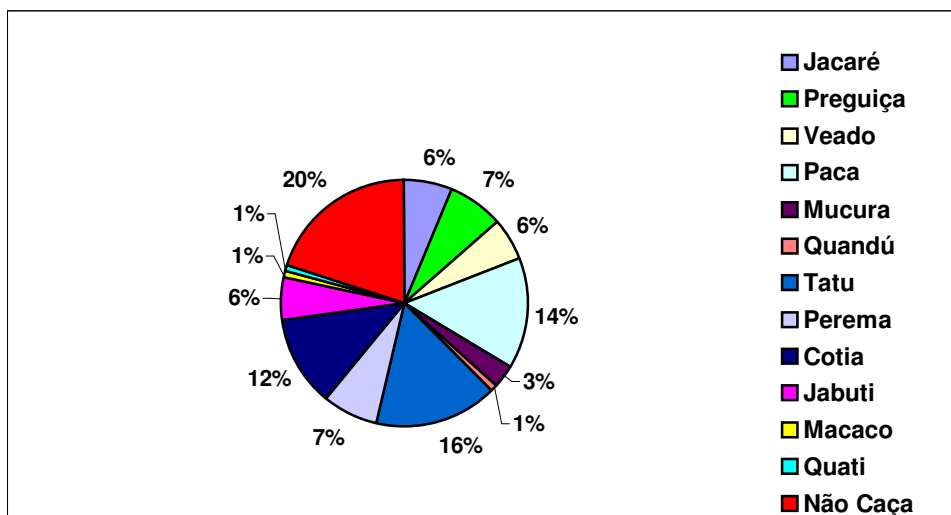
As atividades de caça de animais silvestres foram observadas durante as pesquisas de campo realizadas no ano de 2006. Verificou-se que a execução deste tipo de atividade é pouco difundida pela carência de armas para a caça e pela escassez de animais nativos. Outros pontos foram relatados pelos moradores para que a caça não fosse praticada de maneira mais comum nas margens do rio Ituquara, como por exemplo:

- Falta de prática: os moradores, que não realizam a atividade de caça, afirmam não saber caçar, apontando a “falta de sorte” como indicativo da não-captura dos animais silvestres;

- Falta de armas e munição, o que inviabiliza a atividade;
- Proibição do IBAMA.

A figura 22 mostra os tipos de animais capturados mais comuns pelos caçadores do Itaquara:

Figura 22: Tipos de animais capturados no Itaquara



Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006).

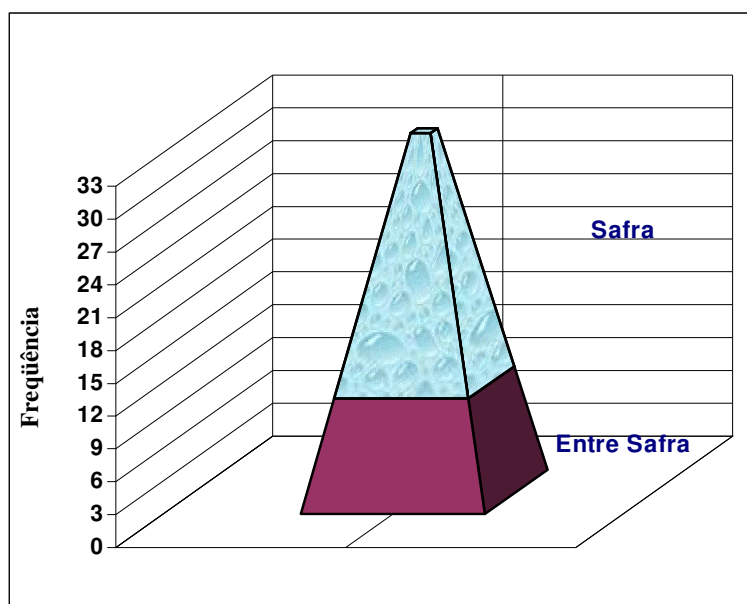
Conforme verificado com a figura acima, grande parte dos moradores entrevistados não caça. Sendo que, uma das razões para que a atividade decrescesse é, como foi visto, a atuação do órgão fiscalizador – IBAMA, mas esta é realizada apenas no local de venda, no município de Breves. Outro impedimento é proibição do porte de armas por pessoas não autorizadas, podendo refletir na prisão do portador de armas e dos animais silvestres capturados.

Contudo, as atividades de caça, para quem a pratica, também exercem importante papel como complemento alimentar no período de defeso do pescado. Quando é período de defeso no Itaquara, os moradores que afirmaram realizar atividades de caça, “saem à noite” para realizar esta atividade. Assim, quando a “sorte” beneficia o caçador em capturar um

dos animais da figura 22, o produto da caça é consumido pela família ribeirinha, repartido entre as famílias próximas, ou vendido em Breves.

A figura 23, demonstra outro importante animal para a dieta alimentar dos moradores das margens do rio Ituquara, o camarão. Este animal é capturado praticamente todo ano, contudo nos meses de setembro à dezembro de cada ano ocorre o período em que há mais incidência de camarão no rio Ituquara. Para a captura do camarão utiliza-se a tarrafa e o matapi, sendo este último mais utilizado por depender de matéria-prima abundante na região, as talas de guarumã e do cipó titica³⁶.

Figura 23: Captura de Camarão no rio Ituquara



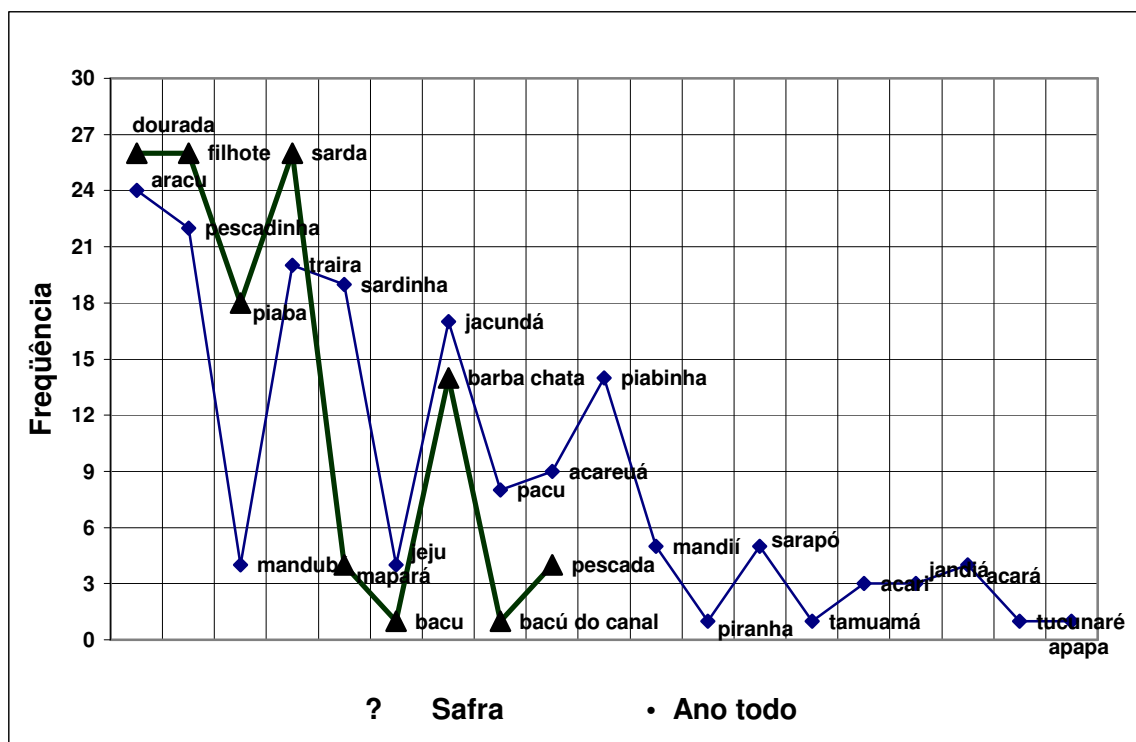
Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006).

Todavia, como se trata de uma comunidade que vive em função da atividade pesqueira, é importante destacar os tipos de peixes capturados por safra pelos pescadores locais. Estes pescadores na época do defeso, ou seja, na desova dos peixes, procuram outras áreas para a pesca a fim de obedecer as leis estipuladas pelo IBAMA, ou pela SECTAM. A figura 24, mostra as principais espécies de peixes capturadas, levando em

³⁶ Em anexo os nomes científicos das espécies citadas.

consideração as espécies capturadas durante o ano todo e àquelas que são capturadas durante a safra do pescado, que ocorre por aproximadamente quatro meses por ano.

Figura 24: Tipos de Peixes Extraídos por Época do Ano



Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006)

A pesca artesanal realizada em igarapés, furos e pequenos afluentes é praticada o ano todo. Os peixes capturados nestes cursos d'água são, na maioria das vezes espécies que não atingem pesos que ultrapassem 2 Kg. Este tipo de pesca é realizada com a utilização de apetrechos com pouca capacidade de captura, conforme será verificado no capítulo posterior, porém desempenham uma das principais fontes de subsistência dos pescadores do rio Itaquara.

Os peixes de maior porte são capturados no menor período de tempo, durante a safra, e podem superar pesos de até 20 Kg. As espécies capturadas de maior valor comercial são a dourada, filhote, piramutaba e a sarda, onde a maioria da produção não é

consumida no município de Breves, sendo exportada para o município de Belém, como afirmado no capítulo anterior.

TERRITORIALIDADES DOS PESCADORES DO ITUQUARA

Este capítulo tem por objetivo demonstrar a utilização do conceito de território e sua aplicabilidade em um ambiente de rio, no rio Ituquara, demonstrando como se dá a territorialidade dos pescadores desse rio. Para essa análise, deve-se perceber que a questão de modo de vida e do território mostram-se como interligadas, haja visto a influência do modo de vida na conformação dos territórios, pois o modo de vida – os hábitos, costumes e técnicas, age diretamente nos territórios ocupados pelos indivíduos, formando, dessa forma, diversas territorialidades.

A ênfase que se procura neste capítulo é de como a territorialidade está configurada para os pescadores no rio Ituquara. Os questionamentos norteadores que deram origem a este capítulo foram: Qual é a importância do território e como é percebida a territorialidade dos pescadores da Z 62? Como os pescadores artesanais do rio Ituquara representam cartograficamente seus territórios de pesca?

No rio Ituquara, no município de Breves, estado do Pará, a pesca é a principal fonte de renda e de obtenção de alimentos dos moradores de suas margens. Com base em uma relação cotidiana com o espaço em que vivem, estes moradores definem espaços de atuação, territorializando-se e mantendo uma relação de posse neste espaço, mesmo que não reconhecido pelo poder público, estes espaços existem e devem ser respeitados, pois caso contrário, como ocorre no campo, os conflitos serão inevitáveis e imprevisíveis (TORRES, 2004; NOGUEIRA, 2005).

A questão da territorialidade pode ser comprovada em qualquer estudo que busque analisar como se dá a atuação da sociedade no espaço geográfico. Desse modo, o modo de vida e o território são produto e reflexo da atuação dos indivíduos no espaço e no uso dos recursos naturais. Sendo assim, ambos os conceitos utilizados para se analisar a realidade dos pescadores da Z 62 e apresentados nos capítulos anteriores se auto-afirmam, se interagem, pois nenhum dos dois existe sem o outro, caso contrário não se fala em modo de

vida e de território – humanizados, mas sim de características de vida comuns apenas em animais, os quais interagem com o espaço fazendo dele um mero suporte para a vida, sem pensá-lo e sem construção, então, sem intencionalidade.

Na análise da territorialidade dos pescadores do rio Ituquara, verifica-se que diversos mecanismos e/ou processos fazem parte da formação de seus modos de vida e de suas territorialidades. Há de se considerar que as atividades de pesca não faziam parte dos hábitos e costumes destes moradores, pois a principal atividade destes pescadores há alguns anos atrás era a extração da madeira.

Com o declínio desta atividade no município de Breves, outras atividades foram criadas para possibilitarem a subsistência dos moradores do Ituquara, entre estas atividades a pesca foi a que mais se destacou entre os moradores, haja visto que os recursos já existiam, porém não eram explorados pelos moradores das margens dos rios, mas de outros lugares e municípios que se deslocavam até o Ituquara no período da pesca, conforme demonstra o mapa 03, no capítulo anterior.

Outro fator que determina na efetivação de territorialidades no rio Ituquara são as tecnologias utilizadas pelos pescadores, não somente no Ituquara mas em qualquer lugar onde a extensão do apetrecho, isto é, do equipamento utilizado na captura do pescado, requeira um espaço delimitado de atuação. Desse modo, dependendo do tamanho da rede, a extensão da linha ou do espinhel, o pescador terá o seu território delimitado, sendo que se este território for ultrapassado as conseqüências são visíveis no mesmo momento, seja pelos conflitos causados pela sobreposição das redes e/ou linhas, seja pela destruição dos equipamentos. Dessa realidade surgem os conflitos entre os pescadores, ribeirinhos e passageiros dos barcos que transitam pelo rio, principal rota de passagem para os barcos e navios que trafegam em direção das cidades de Macapá, Afuá, Gurupá, entre outras.

6.1. Território, Tecnologias de Pesca e Tipos de Embarcação no Ituquara

É importante considerar, também, que os pescadores que habitam as margens dos rios amazônicos se especializaram para obter maior quantidade de produtos extraídos. As escolhas dos locais de pesca baseiam-se na experiência pessoal e cotidiana de cada pescador e na sua capacidade logística – a tecnologia das embarcações e de seus apetrechos, que possibilitam a capacidade de explorar territórios de pesca mais distantes (BEGOSSI, 2004). Dessa necessidade de especialização para otimizar a capacidade produtiva de extração do pescado os pescadores procuraram outras tecnologias e/ou equipamentos mais apropriados para a atividade pesqueira, como por exemplo: redes maiores, embarcações equipadas com caixa de gelo, utilização de equipamentos modernos como o Sonar e o GPS, etc.

Entretanto, conforme foi demonstrado em capítulo anterior, a pesca artesanal tem como principal característica a utilização de tecnologias simples, isto é, com o uso de instrumentos denominados de apetrechos, alguns destes produzidos sem um grau de tecnologia complexo e de fácil produção e manejo, como por exemplo: a linha de mão, o caniço, o matapi, o pari, etc. Porém, existem aqueles pescadores que utilizam apetrechos com um grau de tecnologia mais avançado, com a utilização de materiais sintéticos, como por exemplo as malhadeiras, tarrafas, etc.

Desse modo, boa parte da pesca artesanal no rio Ituquara é realizada com equipamentos dos próprios moradores, apetrechos emprestados de outros pescadores artesanais ou equipamentos arrendados por “pescadores de fora” ou pescadores locais. Alguns destes apetrechos são confeccionados na maioria das vezes pelos mesmos pescadores do rio, que se utilizam linha de náilon e anzóis, comprados em Breves, para fabricar equipamentos como a rede de malhadeira, o espinhel e a tarrafa.

Existem ainda apetrechos confeccionados com a utilização de materiais extraídos da floresta como o cipó titica, tala de jupati e a tala de miriti. Este apetrechos acabam sendo viáveis para os pescadores artesanais, haja visto que são bens que tem o custo baixo para os pescadores, pois quando os mesmos não têm a matéria-prima para a fabricação destes apetrechos nos quintais de suas residências, podem encontrar nas proximidades ou em outras comunidades localizadas às margens do Ituquara.

Conforme afirmado anteriormente, o tipo de apetrecho utilizado determina a área de abrangência do pescador, determinando a sua territorialidade. Deve-se considerar que cada apetrecho é utilizado para capturar determinadas espécies de peixes, na tabela 02 pode-se verificar a incidência de espécies variadas de peixes capturadas por um determinado apetrecho, enquanto outros equipamentos são utilizados para capturar espécies específicas, na maioria das vezes àquelas espécies que possuem maior aceitação no mercado consumidor, atingindo assim maiores valores.

Tabela 02: Espécies de Peixes Capturados pelos Pescadores do Rio Ituquara

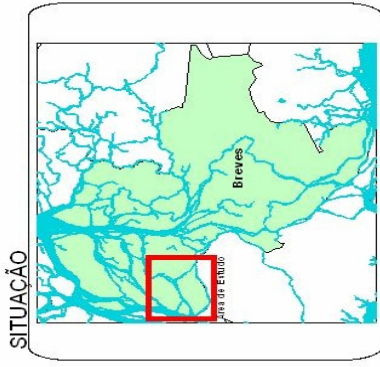
Apetrecho	Frequência	Espécies de Peixes Extraídos *	%
Cacuri	13	aracu, pescada, piramutaba, jacundá, mandubé, sardinha, pacu, ituí, jandia, surubim, sarapó, mandíí	5,2
Pari (cerco)	22	Jacundá, acareuá, aracu, sardinha, sarapó, traira, pirapitinga, pescada, acari, tamuatá	8,9
Canço	35	Acareuá, traira, jeju, jacundá, acará, sardinha, jandiá, aracu, arraia	14,1
Rede de espera	35	Dourada, sarda, filhote, piaba, pescada, barba chata	14,1
Espínhel	15	Filhote, pirarara, jaú, bacu do canal	6,0
Tarrafa	2	Pescada, piabinha, acará, aracu	0,8
Linha de mão	34	Piabinha, mandíí, mandubé, pescada, candirú, bacu	13,7
Matapi	32	Camarão	12,9
Rede de lanço	8	Camarão, pescada, mapará, apapa, acari	3,2
Timbó	10	Jacundá, sardinha, acará, jeju	4,0
Malhadeira	34	Pescada, sardinha, aracu, jacundá, pacu, piranha, mapará, pirapitinga, ituí, matupiri, aratipióca, tainha	13,7
Cambão	8	filhote, pirarara, jaú, arraia, bacu do canal	3,2
Total	248		100

* ver nome científico das espécies de peixes nos anexos deste trabalho.

Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006)

No mapa 05 abaixo pode-se verificar a utilização dos apetrechos ao longo do rio Ituquara, sendo que para um pescador não significa que terá somente um apetrecho no rio, pois a maioria dos pescadores, possuem, além do matapi – que é um dos apetrechos mais utilizados, os pescadores ainda realizam a pesca de caniço e linha de mão, não havendo uma normatização ou hierarquia para o uso, pois os apetrechos são utilizados conforme a necessidade, disponibilidade do equipamento e do tipo de peixe que está na safra do momento.

Mapa 05: Tipologia de Instrumentos de Trabalho no Rio Ituquara



CONVENÇÕES

- Localidades
- ~ Rios

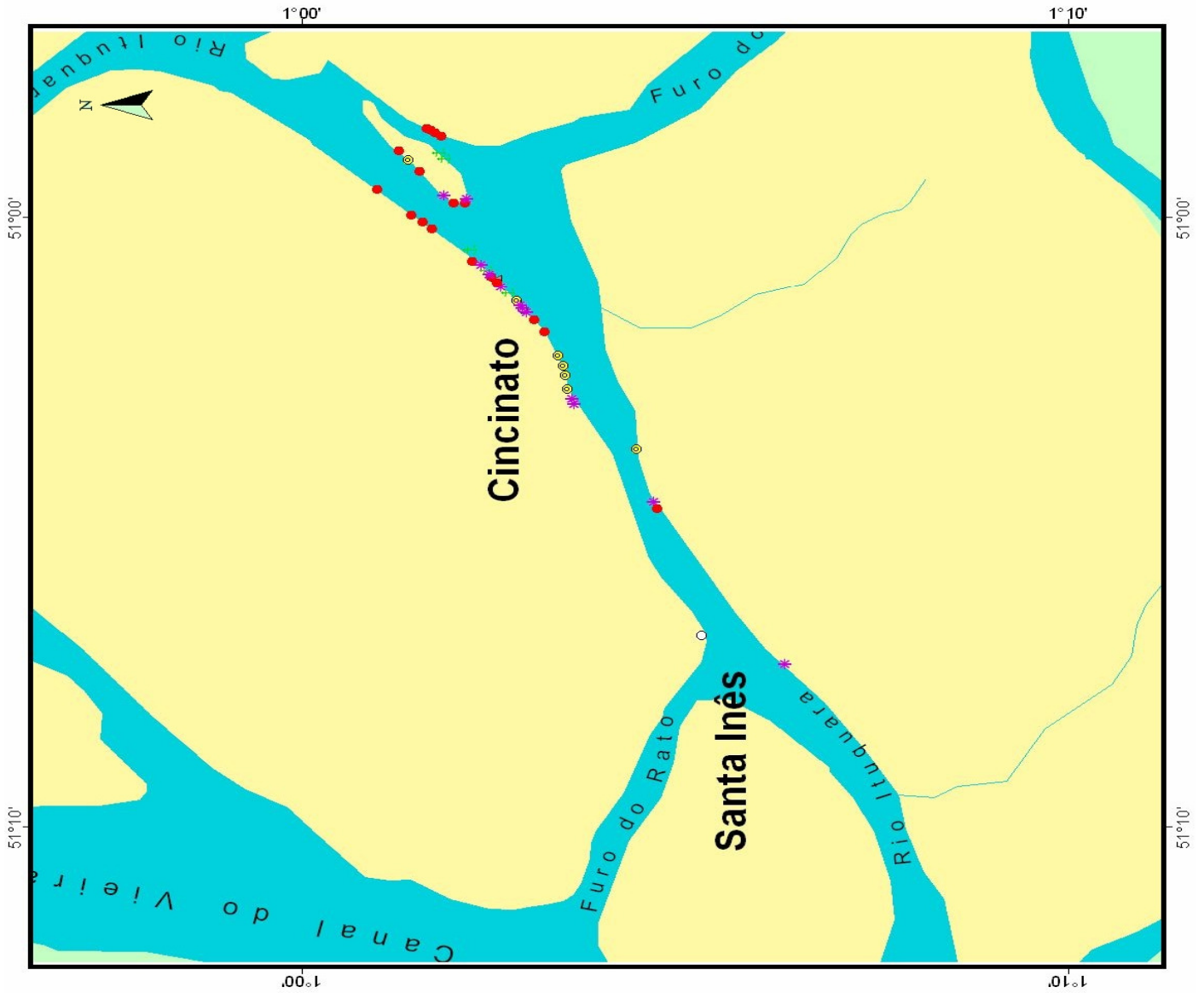
LEGENDA

Tipologia de Instrumentos de Trabalho - Apetrechos

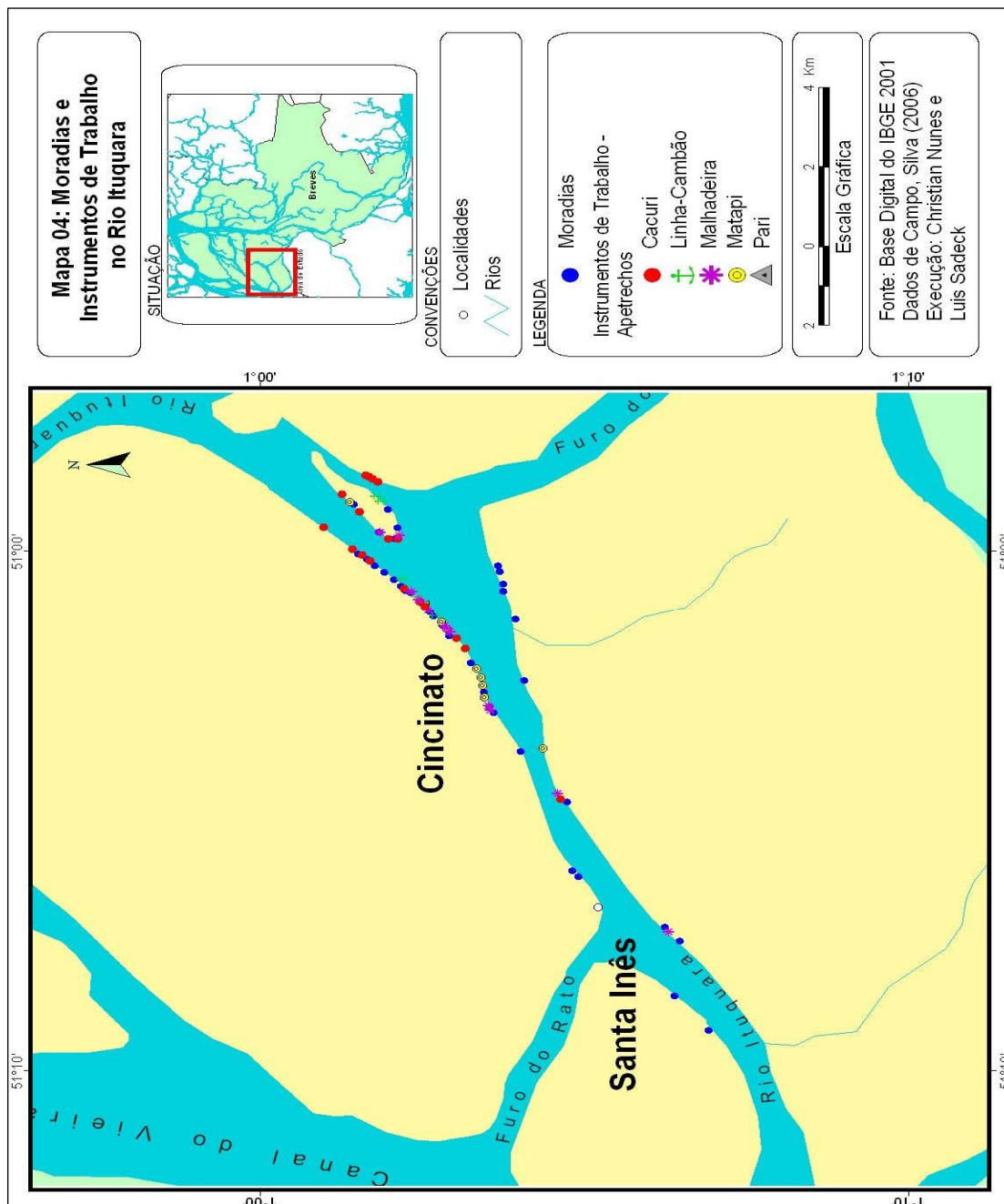
- Cacuri
- ⚓ Linha-Cambão
- ✳ Malhadeira
- ⊙ Matapi
- ▲ Pari



Fonte: Base Digital do IBGE 2001
 Dados de Campo, Silva (2006)
 Execução: Christian Nunes e Luis Sadeck



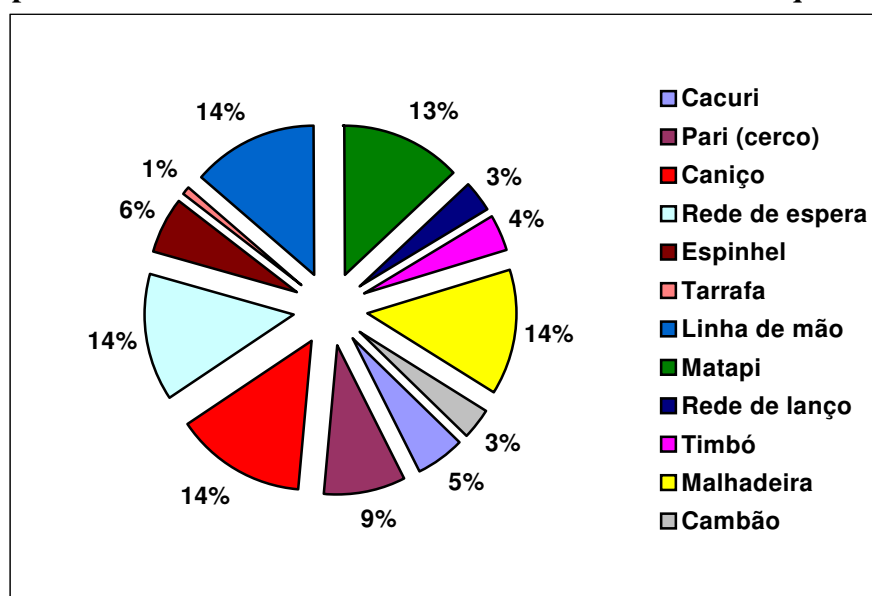
A maioria dos apetrechos que são utilizados para a captura do pescado nas proximidades das residências, pois, conforme será trabalhado mais adiante, existe um relativo *nomadismo* dos pescadores do rio Ituquara que possibilita que eles pesquem nas proximidades de suas residências, não sendo necessário percorrer grandes percursos. Esta realidade ocorre com o uso dos apetrechos, pois estes, fixos ou móveis, são colocados onde há maior incidência do pescado, respeitando os territórios existentes no rio. Na maioria das vezes, o local de captura de um apetrecho está na frente da residência do seu dono, o mapa 06 demonstra onde alguns destes apetrechos estão localizados:



Conforme observa-se alguns instrumentos de pesca, ou apetrechos, se sobrepõem, o que não causa problemas, visto que sua área de abrangência é pequena e os apetrechos demonstrados no mapa acima são apetrechos “pontuais”, isto é, que podem ser colocados em locais fixos, para poderem ser retirados posteriormente. O mapa 06 demonstra a ocorrência da maioria dos apetrechos utilizados nas proximidades da comunidade do Cincinato, pois nesta está o maior número de moradores, o que reflete no maior número de apetrechos no rio. Desse modo, os apetrechos são utilizados ao longo do rio Ituquara, só se aglomerando quando da localização de alguma comunidade, este fato é comum nos rios da Amazônia, pois a maioria dos moradores tem em sua base alimentar principal o peixe (LISBOA, 2002).

A importância destes apetrechos utilizados é inquestionável, sendo que dentre os apetrechos mais comuns no rio Ituquara, pode-se verificar os seguintes:

Figura 25: Apetrechos Utilizados Pelos Pescadores da Z 62 no Rio Ituquara



Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006).

Conforme a figura acima, a rede de espera, a malhadeira, o cacuri e o matapi são os principais apetrechos utilizados. No caso do matapi esta informação pode ser explicada devido o matapi ser utilizado para a pesca do camarão e a rede de espera ser usada para pescar os peixes de maior valor comercial no período da safra; no caso da malhadeira ela tem baixo custo e pode ser confeccionada pelo próprio pescador; o cacuri é comum devido ser construído com produtos extraídos da floresta. A seguir verifica-se uma breve caracterização de cada tipo de apetrecho e das embarcações utilizadas pelos pescadores do rio Ituquara³⁷.

O Cambão e o Espinhel

Trata-se de uma corda com tamanho de aproximadamente 20 a 30 metros de comprimento, onde ficam pendidos, em intervalos, linhas com anzóis nas pontas. O número de anzóis no espinhel varia conforme a disponibilidade do pescador e o tamanho da área onde o espinhel será colocado, geralmente, como ocorre no rio Ituquara este apetrecho é colocado no período da vazante e retirado no período do dia em que o rio está enchendo, na maioria das vezes coincidindo com as primeiras horas da manhã, quando é colocado, e retirados no final da tarde. Na figura 26 a seguir, pode-se verificar os principais tipos de espinhel utilizados pela pesca artesanal pelos pescadores dos rios na Amazônia, todos estes tipos de espinhel foram encontrados no rio Ituquara.

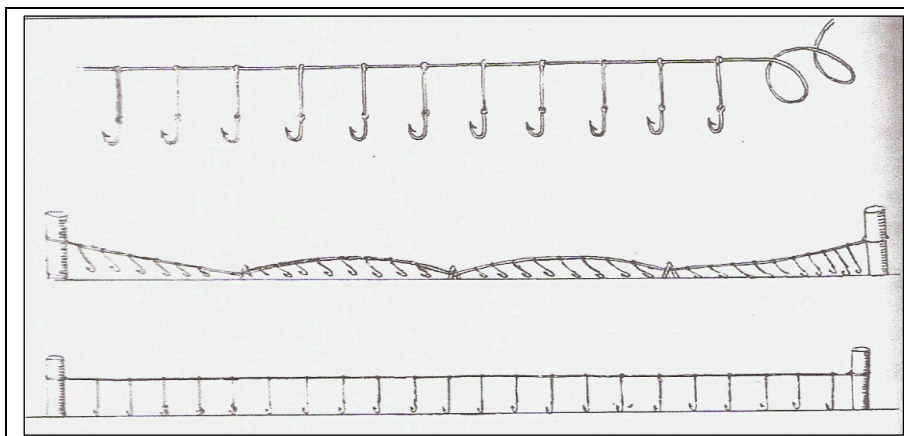
O cambão é um tipo de apetrecho similar ao espinhel, porém possui uma bóia³⁸ antes de chegar em sua extremidade onde está presente somente um anzol, quando o peixe é fisgado pelo anzol, a bóia tende a afundar, alertando o pescador da presença do peixe

³⁷ É importantes enfatizar neste trabalho a bibliografia das pesquisas do Museu paraense Emílio Goeldi., as quais são fundamento para a maioria dos trabalhos que se têm a pesquisar sobre a pesca na Amazônia.

³⁸ Bóia: Instrumento que realiza a sinalização nos rios e mares; corpo flutuante para indicar a presença de redes, apetrechos de pesca (NERY, 1995).

capturado. Tanto o espinhel, quanto o cambão são presos a uma vara de madeira que balança no rio indicando se existem peixes fígados

Figura 26: Tipos de Espinhel



Fonte: Nery, (1995, Desenho: G. Leite, 1983)

O espinhel e o cambão são utilizados de forma mediana no rio Ituquara, haja visto a dificuldade dos moradores em adquirir o dinheiro para comprar os anzóis e a linha para confeccionar tais apetrechos. Como iscas para os peixes são utilizados nestes apetrechos peixes pequenos ou frutas como o tapereba. Da figura 26 pode-se perceber que a área de influencia do espinhel é proporcional ao tamanho do equipamento, sendo que este é móvel e pode ser colocado onde o pescador achar que encontrará mais peixes para serem capturados.

Na pesquisa de campo notou-se que a territorialidade efetivada com o espinhel e com o cambão não é motivo para conflitos, pois estes apetrecho, apesar de serem utilizados com uma certa frequência não possuem grande aceitação pelo fato de investimento de capital em sua confecção (anzóis e linhas), e também da pouca produtividade que seus usos atribuem à captura do pescado. Deve-se enfatizar ainda que o território onde o espinhel e o cambão são colocados está mormente situado em frete as residências, como afirmou-se anteriormente.

Cacuri e o Parí

O cacuri é um instrumento de pesca feito de pequenos galhos de madeira e talas fixos no leito do rio ou do igarapé, tem como objetivo servir de armadilha para o aprisionamento dos peixes, que entram na armadilha durante a maré alta e ficam presos quando a maré baixa é conhecido em algumas regiões como curral de peixe (NERY, 1995).

Figura 27: Cacuri no rio Ituquara



Foto: Silva, 2006.

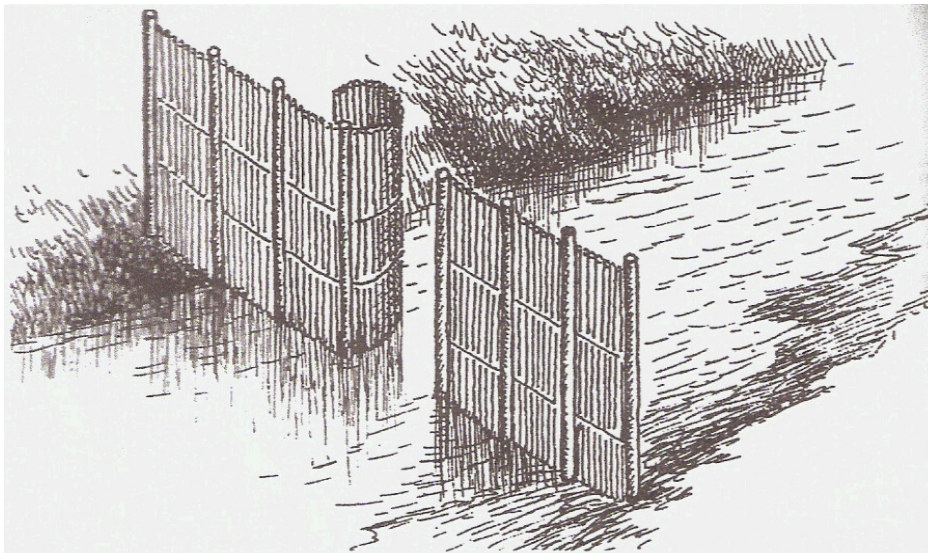
O pari é um gradeado feito de talas de guarumã, amarrado com cipós. O pari é utilizado para barrar a foz dos igarapés para impedir a saída dos peixes, este tipo de pesca é realizada com a utilização simultânea do timbó, é um tipo de pesca conhecida também, como tapagem³⁹.

Devido o cacuri e o pari serem confeccionados com produtos extraídos da floresta, sua utilização é mais comum pelos pescadores do rio Ituquara, porém por demandar tempo para a sua confecção ambos os apetrechos são confeccionados esporadicamente, somente

³⁹ Pesca de tapagem: este tipo de pescaria compreende a construção de uma cerca em igarapés e furos localizados ao longo de rios, bloqueando a saída de peixes (NERY, 1995).

quando o cacuri e o pari antigos estão com quebrados. A figura 28 mostra como o pari é utilizado.

Figura 28: Tapagem com Parí.



Fonte: Nery, (1995, Desenho: G. Leite, 1983)

Conforme verificado, o pari e o cacuri são confeccionados em sua maior parte com matéria-prima proveniente do extrativismo da floresta, capturam os mesmos tipos de pescado, de pequeno porte e, na maioria das vezes direcionados para a subsistência da família, sem excedente para a comercialização. Além da forma como são confeccionados, a outra diferença entre o pari e o cacuri é de que o cacuri é fixo, quando fixado em um determinado local só é retirado quando sua captura está comprometida pelo tempo, isto é, quando já está se deteriorando, o parí contudo é móvel, podendo ser transportado para qualquer outro local. Outra característica que distingue os dois apetrechos é pelos locais onde são colocados, o pari é utilizado com mais frequência em pequenos cursos d'água, enquanto que o cacuri pode ser utilizado nas margens de rios, independentemente da largura deste.

Figura 29: Pari no rio Itaquara



Foto: Silva, 2006

No que tange à territorialidade que estes apetrechos delimitam pelo seu uso pelo pescador, nota-se que o pari, sendo móvel, sua área de abrangência é maior, porém, devido estar circunscrito a pequenos rios e igarapés, sua utilização fica comprometida, o que não inviabiliza o seu uso. O cacuri, sendo fixo, determina uma territorialização mais efetiva ao pescador, uma vez que sua localização está definida, porém com pequena abrangência, variando em uma circunscrição de aproximadamente 10 metros de circunferência.

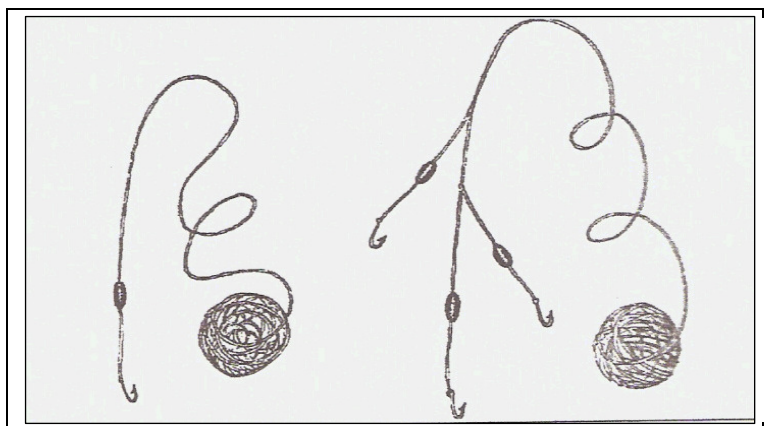
O Caniço e a Linha de Mão

O caniço é uma vara curta e um pouco flexível com linha de 5 a 10 metros de comprimento aproximadamente, onde existem na extremidade um peso com anzol ou

anzóis, alguns caniços possuem linha com comprimento maior, que depende da distancia onde o pescador deseja jogar o anzol para pescar o peixe.

A linha de mão é similar ao caniço, porém sem a utilização da vara para a pesca. A linha de mão é constituída de linha e anzol apresentando um peso na sua extremidade, geralmente uma peça de chumbo. O caniço e a linha de mão são artefatos muito simples, apenas variando de comprimento e espessura da linha, e dependem do tipo de peixe que se pretende (NERY, 1995).

Figura 30: Tipos de Linha de mão



Fonte: Nery, (1995, Desenho: G. Leite, 1983)

No que diz respeito à territorialidade circunscrita ao caniço e à linha de mão, percebe-se que estes apetrechos não representam grande interferência na questão da territorialidade, pois a sua utilização está circunscrita a um pequeno ponto de atuação proporcional ao tamanho da linha do pescador, sendo que esta torna-se insignificante em um rio largo como o Itaquara. Os pescadores realizam este tipo de pesca, geralmente, em frente de suas residências, da ponte que utilizam para tomar banho ou ancorar suas embarcações, conforme pode-se verificar na figura 31.

Figura 31: Pescadores Realizando a Pesca de linha de mão no Itaquara.



Foto: Silva, 2006

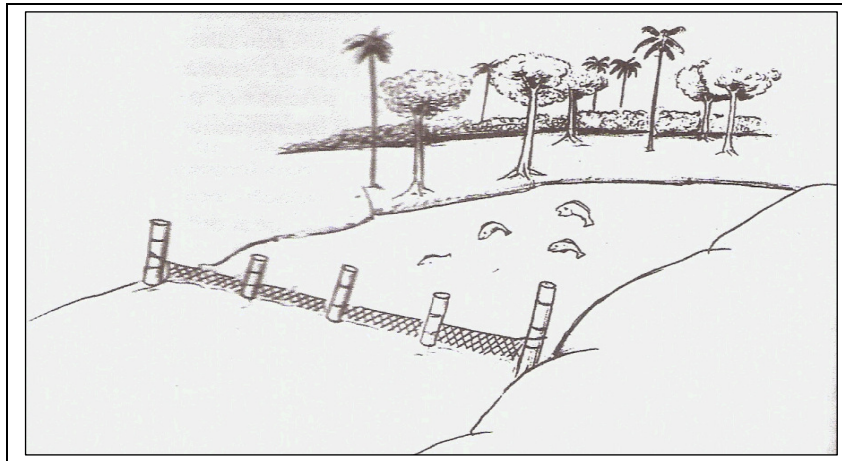
Os peixes capturados pela realização da pesca de linha de mão e caniço é direcionada para o consumo, haja visto a pequena produção gerada por este tipo de apetrecho, o que não quer dizer que o pescador não possa capturar um peixe de tamanho considerado grande, porém a pouca produtividade é determinada pela piscosidade do pescador, pelo tempo de permanência do pescador no rio e/ou a quantidade dos anzóis que o pescador utiliza na sua linha.

Rede de Espera e Malhadeira

Ambos os instrumentos são apetrechos feitos com fio de náilon que formam malhas mais ou menos largas, que deixa a água passar, porém capturam o peixe. A diferença da rede de espera e da malhadeira está no tamanho, em que a rede de espera é maior que a

malhadeira, geralmente a primeira é destinada à pesca de peixes de maior porte, durante o período de safra.

Figura 32: Pesca com Tapagem com Rede de Náilon



Fonte: Moreira e Rocha (1995, Desenho de Elienson Rocha)

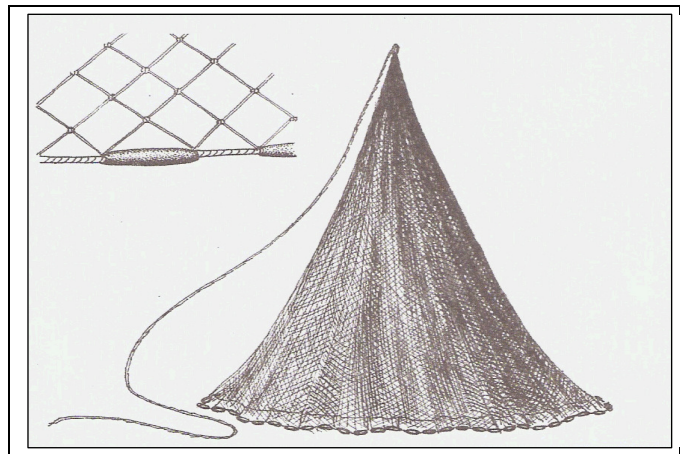
A territorialidade instituída pelas redes de náilon depende de seu tamanho que varia conforme o tamanho do rio e da possibilidade do pescador em adquirir tal apetrecho, fato que foi evidenciado em pesquisa de campo, pois apesar de alguns pescadores possuírem pequenas redes, a maioria dos pescadores entrevistados relataram não possuírem recursos financeiros para adquirir grandes redes de náilon, devido seu valor, o que reflete no aumento da produção e na territorialidade delimitada ao longo do curso do rio.

Tarrafa

A pesca com a tarrafa é feita com multifilamentos de fios de nylon. A tarrafa possui o formato cilíndrico, com tamanho de malha de aproximadamente 5 cm. Em média a área da circunferência é de 20 m². Possui ainda peças de chumbo na sua periferia (SILVA, TORRES e YUIMACHI, 1996). Este tipo de apetrecho é utilizada por um pescador por vez que tem como principal atividade, neste tipo de pescaria, jogar a rede com destreza

possibilitando sua abertura, sendo que, conforme o apetrecho vai afundando a circunferência da tarrafa vai fechando e capturando os animais na rede, para a posterior despesca⁴⁰ do peixe.

Figura 33: Tarrafa com Linhote e Chumbada



Fonte: Nery, (1995, Desenho: G. Leite, 1983)

A tarrafa tem a capacidade de capturar uma quantidade significativa de peixes e de camarões. A pesca realizada com a tarrafa pode ser praticada a qualquer momento do dia, pois sua utilização independe de outros fatores. É um tipo de pesca pouco utilizada, pois de sua aquisição depende um custo, seja para a confecção, seja para a compra do apetrecho pronto na cidade. Na figura 34 a seguir verifica-se um pescador artesanal do rio Ituquara utilizando a tarrafa para capturar o pescado, observe que o local onde a atividade está sendo realizada fica em frente a uma residência de pescador.

Figura 34: Pesca com Tarrafa no Rio Ituquara

⁴⁰ Despesca: ação ou fato de despesca; colher com a rede de pesca; desembaraçar o peixe das malhas; desmanchar as malhas (NERY, 1995).



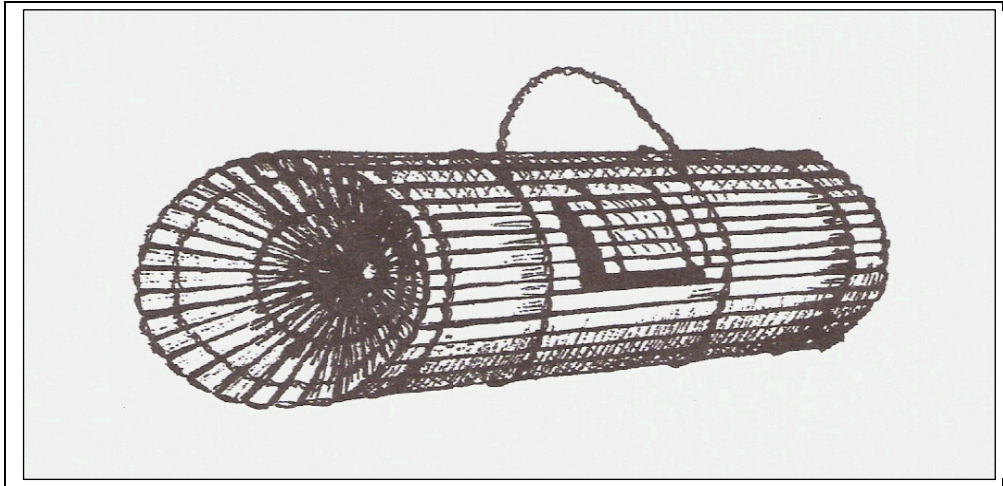
Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006)

A territorialidade possibilitada pela tarrafa é móvel, sendo que para este tipo de pescaria o pescador utiliza-se, comumente, de uma pequena embarcação para a sua locomoção, o que aumenta o raio de abrangência da territorialidade do pescador. Durante a pesquisa de campo não foram observados conflitos resultantes deste tipo de pescaria, pelo fato da pequena área delimitada pelo tamanho do apetrecho. Todavia, a sua mobilidade torna o território relativo, pois é móvel, dependendo também da piscosidade do pesqueiro onde o pescador está situado.

O Matapi

O matapi é um tipo de cesto que funciona como armadilha na qual os camarões ficam impossibilitados de fugir, o que facilita a captura e, após esta, o aprisionamento dos camarões em outro tipo de cesto, conhecido como viveiro, também confeccionado com as mesmas espécies nativas utilizadas para a construção do matapi.

Figura 35: Matapi Utilizado para a Captura do Camarão.



Fonte: Moreira e Rocha (1995, Desenho de Elienson Rocha)

No interior do matapi, onde os camarões ficam aprisionados, é colocada uma isca – geralmente feita de farinha de mandioca, que atrai os camarões. Por ser o principal apetrecho para a captura de camarão no rio Ituquara o matapi é imprescindível para a obtenção deste recurso. Conforme foi verificado com a pesquisa de campo, o matapi é colocado nas primeiras horas do dia para ser coletado no entardecer, este apetrecho é utilizado durante o ano todo, porém a safra do camarão no rio Ituquara vai do mês de agosto até aproximadamente o mês de dezembro.

A territorialidade instituída pelo matapi para o pescador é pequena, cerca de 2m², porém o uso de vários matapis faz com que esse território torne-se maior, pois para se capturar uma quantidade aceitável pelos pescadores para a venda, em torno de 50 quilos, são necessários mais de cem matapis ao longo do rio. Durante a pesquisa de campo, no dia 21 de janeiro de 2006, ocorreu em um rio próximo ao Ituquara um conflito onde um pescador foi assassinado devido a uma briga por um território de pesca, na ocasião o pescador pescava camarão com matapi.

O Timbó

O timbó é um vegetal cujo nome científico é *Derris guianensis Benth.*, que tem seus galhos batidos e machucados, extraíndo-se um líquido que é utilizado na água como veneno para entorpecer os peixes e demais animais que estiverem nas profundezas, seu uso é ilegal e punido pelo órgão responsável pela fiscalização do meio ambiente – o IBAMA. Onde a constituição brasileira considera crime o uso de substâncias tóxicas onde o timbó pode se enquadrar nesta categoria (BRASIL, 1998; 1999). Todavia, na região amazônica o uso de plantas tóxicas com o objetivo de asfixiar e matar peixes é registrada há bastante tempo pela literatura etnográfica (MAGALHÃES, 1993; LISBOA, 2002).

Não se pode negar a existência da utilização do timbó na pesca nos rios da Amazônia pois deriva de uma prática antiga originária dos primeiros povos indígenas da região amazônica– formadores do modo de vida na região, conforme visto em capítulo anterior. O timbó pode ser considerado como apetrecho devido no seu uso estar contido uma série de técnicas e hábitos para a sua utilização. Sendo que quando utilizado por pescadores “conhecedores” desta técnica pode não ocorrer impacto com grandes proporções negativas nos cursos d’água, pois destes mesmos cursos dependerá a subsistência das populações em momento posterior.

Segundo alguns pescadores que se utilizam do timbó para a pesca, a utilização deste tipo de substância é realizada, principalmente, em pequenos cursos d’água, no período chuvoso em que os igarapés não secam, pois a água das chuvas diluem a substância oriunda do timbó mais rapidamente.

Não se pretende fazer uma defesa da utilização do timbó pelos habitantes do rio Ituquara, porém, muitas vezes do uso deste apetrecho depende a subsistência familiar, conforme foi evidenciado na pesquisa de campo, onde uma família não possuía nem um tipo de alimentação em sua residência, cabendo ao chefe da família utilizar o timbó para a captura imediata do peixe. Sendo o timbó um produto natural, encontrado ao longo das

margens do rio Ituquara, a sua utilização é comum nas águas dos pequenos afluentes deste rio. Entretanto, a utilização do timbó foi questionada no decorrer da pesquisa de campo, os relatos demonstraram que é uma atividade que vêm decaindo, devido a fiscalização pelo IBAMA que não permite o seu uso.

A territorialidade que o timbó define para o pescador varia de acordo com o tamanho do curso d'água onde o apetrecho é aplicado, podendo ser de quilômetros caso não haja ocorrência de chuvas nos períodos posteriores de sua aplicação. Os conflitos que vem ocorrendo em decorrência do uso do timbó no rio Ituquara dizem respeito a não possibilidade dos moradores ingerirem a água do rio após o uso deste apetrecho, pois a sua ingestão causa náuseas, podendo levar à morte.

Tipos de Embarcações utilizadas no Rio Ituquara

Dentre as características que mais determinam a atuação dos pescadores sobre um determinado território, a capacidade de se locomover faz com que seu espaço de atuação seja restrito a uma área ou seja indefinido por se locomover à territorios diferenciados, conforme a ocorrência do pescado e as leis de defeso que determinam onde se deve pescar. Desse modo, juntamente com os tipos de tecnologia empregadas na atividades pesqueira, o tamanho das embarcações devem ser levadas em conta para os pescadores que se aventuram a permanecer longos dias no rio ou mar durante a captura dos peixes.

No caso do rio Ituquara verifica-se a existência de quatro tipos de embarcações que dependem, principalmente, do poder aquisitivo de seus donos, isto é, da capacidade financeira de se adquirir uma embarcação, pois quanto maior a embarcação, mais custos para o pescador serão gerados e maior será a despesa durante a viagem para a pesca. Todavia, maior será também a capacidade de acúmulo de pescado conservado e que pode ser comercializado posteriormente.

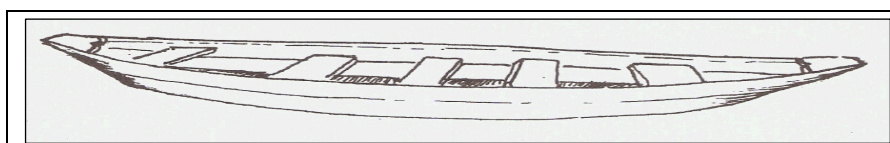
Tabela 03: Tipo de Embarcações Utilizadas pelos Pescadores da Z 62

Embarcação	Tipo	Capacidade	Frequência	%
Pequena	Casco ou Rabeta*	até 8 pessoas	34	54,0
Média	Barco a motor com caixa para armazenagem	de 1 a 4 toneladas	27	42,9
Grande	Barco a motor com urna ou Geleiro	de 4,1 a 10 toneladas	2	3,2
Total Entrevistados	39	Total de Embarcações	63	100

Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006)

Dentre os tipos de embarcações mais utilizados no rio Ituquara o casco, feito a partir de um tronco de árvore escavado, é a embarcação mais comum e de mais fácil acesso para os moradores, pois é mais barata que os demais tipos de embarcação que necessitam de motor para o seu funcionamento. Os cascos tem a capacidade de transportar até 8 pessoas, porém a sua velocidade é devagar, dependendo das pessoas que, por meio de remos, utilizam a própria força para movimentar o casco. Na literatura científica ou não os cascos são citados como principal meio de transporte do habitante amazônida (SILVA, 2004; TOCANTINS, 1993). Sendo que sua utilização enquanto meio de transporte determina uma territorialidade que é passageira, pois é móvel, seu uso para a atividade pesqueira se restringe ao transporte do pescador para a pesca de subsistência, devido sua capacidade de carga não ultrapassar grandes quantidades e devido não comportar em seu interior caixas de isopor que carregam gelo para a conservação do pescado.

Figura 36: Casco



Fonte: Moreira e Rocha (1995, Desenho de Elienson Rocha)

No rio Itaquara os cascos são utilizados também como forma de transporte das crianças para a sua locomoção até seus locais de estudo e para as atividades de caça, onde o caçador-pescador serve-se do silêncio de sua locomoção no casco para não espantar a caça. Os cascos e/ou canoas configuram-se como o principal meio de transporte dos ribeirinhos por serem mais baratos e não precisarem de motor de popa, assim, não necessitando que o pescador compre combustível.

Figura 37: Casco no rio Itaquara



Foto: Silva, 2006.

Outra embarcação de pequeno porte utilizada no Itaquara é denominada de rabeta. Compreende uma pequena canoa feita de várias tábuas em forma de arco, capaz de suportar pouca carga em seu interior. As embarcações de pequeno porte do tipo rabeta são utilizadas para o transporte rápido de até oito pessoas, possuem pouca capacidade de carga, inviabilizando desse modo o seu uso na atividade pesqueira, a não ser para a locomoção dos pescadores em momento de urgência ou quando se necessita comprar ou adquirir algum equipamento que está faltando para a atividade continuar. Desse modo, por consumir muito combustível - gasolina, as rabetas são utilizadas para o transporte fora da

atividade pesqueira, mais comumente para passeio ou para outras atividades, como o frete e o transporte de frutos para o comércio em Breves.

Figura 38: Rabeta no rio Ituquara



Foto: Silva, 2006.

As embarcações de médio e grande porte, a maioria, são familiares, ou seja, utilizadas por mais de uma família por parentes vizinhos ou quem mora em localidades próximas. Os barcos de médio porte são barcos a motor com caixa para armazenagem possuem de 1 a 4 toneladas. Os barcos de grande porte possuem um motor e urnas ou Geleiras para armazenagem do pescado, tem a capacidade de transportar de 4,1 a 10 toneladas. Os possuidores de embarcações de médio e grande porte geralmente possuem embarcações de pequeno porte para o transporte até lugares próximos.

Figura 39: Barco de Médio Porte no Rio Itaquara



Foto: Silva, 2006.

As embarcações de médio e grande porte foram definidas neste trabalho pela capacidade de carga que podem transportar, isto é, pelo seu tamanho e de quando podem gerar de retorno financeiro pelo pescador frente os custos com transporte.

Figura 40: Barco de Grande Porte no Rio Itaquara



Foto: Silva, 2006

As embarcações de médio e grande porte, geralmente, são denominadas de “Geleiras”, pelo fato de transportar em seu interior câmaras de acondicionamento de gelo ou caixas de isopor, direcionadas para a conservação do pescado até os locais de comercialização.

6.2. Percepção Territorial em Zonas de Pesca: Conflitos Existentes na Z 62

A percepção territorial e ambiental que os pescadores possuem do espaço não é somente o espaço vivido em si, pois além do espaço de moradia e de trabalho – o espaço vivido, a percepção territorial dos pescadores atribui a este espaço a questão do poder, da idéia de posse do indivíduo, ou grupo de indivíduos, por determinada parcela do espaço – o território, no caso aqui estudado, materializando-se na efetivação de territórios de pesca, os quais podem ser representados cartograficamente pelos pescadores.

A percepção é ponto importante na manutenção dos modos de vida destas populações, bem como de seus territórios, pois quando se fala da importância da manutenção dos saberes detidos pelos pescadores artesanais e pelas demais populações ditas tradicionais

(...) está se referindo a todo um saber mítico, simbólico e cultural – patrimonial, que índios, seringueiros, pescadores, coletores – povos do mar, da terra e da floresta, vêm produzindo em simbiose com os ciclos produtivos e naturais, em relação de profundo respeito ao meio em que se inserem. O conhecimento que possuem sobre os ecossistemas dos quais fazem parte e sobre a diversidade de espécies que ali habitam constitui um verdadeiro patrimônio de que a modernidade não pode prescindir para a continuidade da vida no planeta (CUNHA, 2003, p. 77).

Desse modo, questiona-se em como analisar uma realidade de ordenamento territorial onde os limites são aparentemente abstratos ou naturais, sendo que nem todos estes limites são reconhecidos pelos participantes do processo – não reconhecidos pelas

instituições formais de fiscalização IBAMA, SECTAM, mas somente pelos atores que vivem deste espaço, os pescadores?

Todavia, os pescadores artesanais, conforme já foi verificado por outros autores (BEGOSSI, 2001, 2004, 2006; MALDONADO, 1993), não procuram os recursos pesqueiros por acaso, mas buscam em locais específicos dos meios aquáticos. Essa afirmação, comprovada com a pesquisa de campo no rio Ituquara, demonstra que os recursos pesqueiros estão territorialmente localizados, porém com uma certa mobilidade, encontrando-se em “manchas”, isto é, conforme Begossi (2004, p. 225-226), verifica, o que os pescadores denominam como “pesqueiro”, são na verdade manchas de pescado, ou locais onde determinadas espécies são encontradas.

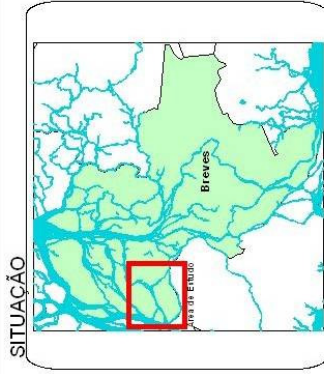
Dessa forma, para facilitar o entendimento Begossi (2001; 2004; 2006) propõe o seguinte entendimento que *áreas de pesca* são os espaços aquáticos usados na pesca por diversos indivíduos ou por uma comunidade; *pontos de pesca* são os locais específicos, ou microáreas onde é realizada a pescaria e *pesqueiros*, são os pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflitos, sendo então territórios ocupados por determinados pescadores que reconhecem naquele espaço delimitado uma apropriação. Begossi (2006) verifica a importância da territorialidade em seu trabalho, enfatizando que estudos sobre a atividade pesqueira raramente levam em consideração as regras e/ou normas estabelecidas pelos pescadores no que tange a organização do espaço:

Territoriality has been one of the classic behaviors among fishers that has helped to exclude outsiders and maintain aquatic resource availability for the local artisanal fisheries. Territories have been owned or defended by families, groups, communities, and villages, among others. The temporal scale as it relates to the existence of local rules and institutions in the use of resources is seldom taken into account in studies, because comparative temporal data are especially difficult (BEGOSSI, 2006, p. 02)

No rio Ituquara cada pescador tem o seu dono, ou uma família que é dona, sendo que várias famílias aparentadas se utilizam do mesmo pescador. Em um ambiente de rio, como no rio Ituquara, os territórios são reconhecidos segundo as atividades exercidas cotidianamente neste espaço, observando a íntima relação existente entre a utilização de tecnologias para o melhor uso dos recursos naturais, que interfere no modo de vida dos pescadores artesanais.

Assim, partindo da percepção que os pescadores do rio Ituquara têm de seus territórios, de convívio e de trabalho, pode-se verificar os principais pescadores, segundo a cartografia proposta e vivificada pelos próprios pescadores. No mapa 07, observa-se a cartografia percebida por estes pescadores do ambiente em que eles mantêm uma relação de posse, para conseguir suas fontes de subsistência. É importante mencionar que os mapas que demonstram a localização dos pescadores no rio Ituquara foram elaborados segundo a metodologia demonstrada por Begossi (2004) denominada *marcação de pescadores*, que consiste na marcação da latitude e longitude com a utilização do GPS dos territórios pescadores, visto que estes locais são informados por pescadores artesanais experientes e, posteriormente colocados em uma base cartográfica para então se elaborar o mapa georeferenciado.

Mapa 07: Territórios de Pesca no Rio Ituquara

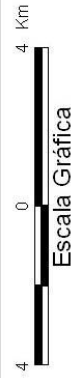


CONVENÇÕES

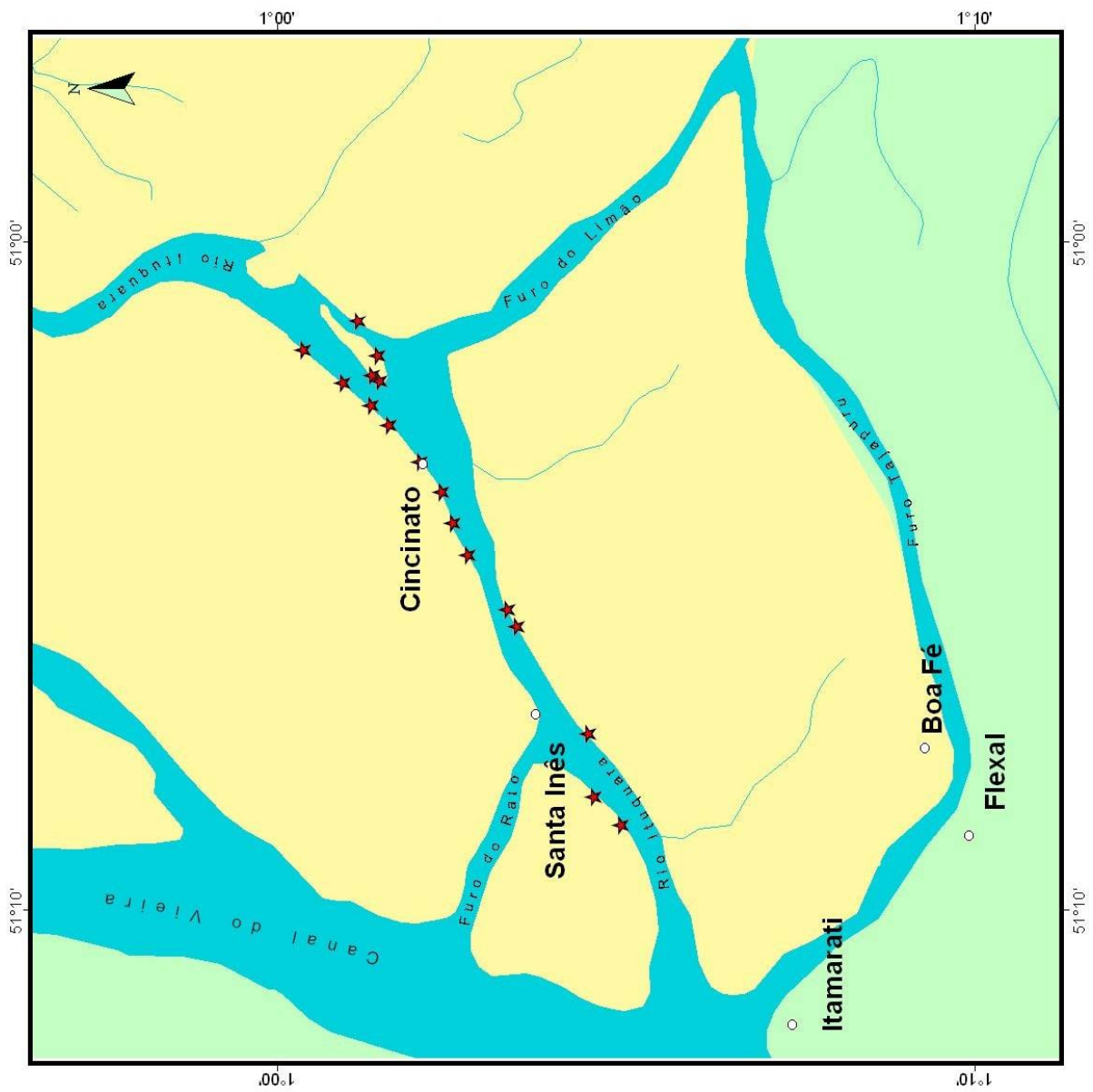
- Localidades
- ~ Rios

LEGENDA

- ★ Territórios de Pesca



Fonte: Base Digital do IBGE 2001
 Dados de Campo, Silva (2006)
 Execução: Christian Nunes e
 Luis Sadeck



Os pesqueiros demonstrados acima obedecem a um conjunto de regras criadas pelos próprios pescadores, que estabelecem a noção de poder discutida em capítulos anteriores e expressa em uma cartografia própria que além das características naturais – a existência dos recursos, ainda são regidos por uma gama de características que têm como principal fundamento os hábitos e costumes dos pescadores locais. Por exemplo, a referência de um pesqueiro geralmente é identificada por um recurso natural, uma árvore, uma moita, um igarapé, etc.

Todavia, ocorre no rio Ituquara e para os pescadores do rio, uma característica pouco comum quando se relaciona com outros pescadores do território brasileiro – a não ser com os pescadores de lago (MCGRATH, 1993), pois estes pescadores não precisam, ou não tem o costume, de sair das proximidades de sua residência para pescar, conforme nós demonstra o mapa 09), onde se pode observar que a localização das residências encontra-se próximas aos pesqueiros. Fato diferente para a maioria dos pescadores do litoral que têm na atividade da pesca uma tendência ao *nomadismo*, isto é, a procura dos recursos pesqueiros em locais distantes à sua residência (CARDOSO, 1996; 2001; BEGOSSI, 2004). Este *nomadismo* não ocorre com os pescadores do Ituquara, pois os pesqueiros estão situados à frente de suas moradias ou de seus parentes próximos, fazendo disso uma característica peculiar – um tipo de “pesca sedentária”, onde o pescador pesca em um único local, um único ponto piscoso, ou pesqueiro, próximo ao seu local de habitação, onde não é necessário percorrer grandes distâncias.

Assim como os apetrechos, os pesqueiros também estão localizados em frente das residências. Sendo que os pesqueiros são utilizados durante o período de safra e os apetrechos são utilizados durante o ano todo. Esta característica dá aos territórios de pesca uma característica multiterritorial, visto que diversas atividades são realizadas no mesmo território, considerando ainda o transporte de pessoas e produtos que são realizados no rio para diversas cidades da região.

Observa-se também que os pesqueiros existentes no rio Ituquara, pela sua singularidade de estarem presentes – não por acaso como já foi dito, em frente das residências, torna-se uma extensão desta, uma parte do terreno que deixa de ser comum de todos, a *res communis* (SANTOS, 1994) – o rio, a água, o meio aquático, para se tornar um bem particular cujo poder é expresso por meio da identidade dos pescadores com os pesqueiros. Esta noção do recurso natural enquanto um bem privado, de posse do pescador que detém o pesqueiro e sua territorialidade são aceitos formalmente pelos pescadores do rio, tendo como principal defensor desta configuração a Colônia de pescadores da qual são associados.

Entretanto, do rompimento de regras entre pescadores ou outros usuários ou da não aceitação dos territórios de pesca surgem conflitos. Maneschy (1993) verificou a existência de conflitos entre pescadores locais e barcos da frota empresarial no litoral paraense, decorrentes da superposição de áreas de atuação e da predação dos estoques pesqueiros, onde (...) a disputa pelo mesmo espaço de atuação – no caso as águas estuarinas, provocava confrontos diretos entre pescadores industriais e artesanais, sendo estes últimos os mais prejudicados (LOUREIRO apud MANESCHY, 1993, p. 44).

No rio Itaquara não foram observados conflitos entre pescadores artesanais e industriais, mas sim com outros indivíduos que dos recursos aquáticos necessitam ou também retiram sua fonte de sustento. A tabela 04 apresenta os tipos de conflitos mais comuns neste rio.

Tabela 04: Conflitos Existentes no Rio Itaquara

Tipos de Conflitos	Causa	Conseqüência
Contra outros pescadores Locais	Invasão de Territórios de Pesca	Brigas e até casos de homicídios
Contra embarcações que passam pelo Itaquara	Lixo atirado pelas embarcações que podem enroscar e furar as redes	Rio poluído e Redes rasgadas
Contra Pescadores de Fora	Territórios de Pesca	Brigas sem casos de homicídios até o momento
Contra órgãos (IBAMA, SEMMA, SECTAM)	Falta de Fiscalização e /ou fiscalização excessiva.	Descumprimento das normas legais da pesca na região

Fonte: Pesquisa de Campo (SILVA, 2006)

Ainda existem aqueles conflitos que são entre pescadores e animais, o que representa a percepção destes pescadores com o meio ambiente que habitam por exemplo:

No mês de defeso não adianta jogar a rede porque o boto devora tudo, ele rasga a rede, é capaz do boto joga a gente na água, o boto é um bicho perigoso (M. C. S., 60 anos, Comunicação Pessoal, 2006)

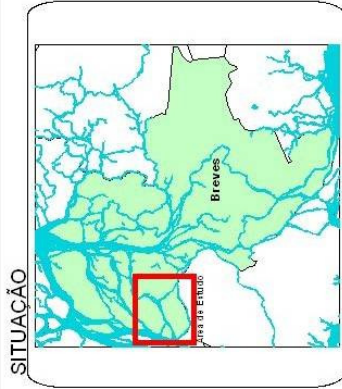
Os peixes que vão malhando o boto vai arrancando. No fim da pesca é difícil pegar um peixe inteiro. O boto sempre vai a favor da rede (B. S. C. 46 anos, Comunicação Pessoal, 2006).

Contudo, como se pode verificar na tabela 04, o conflito de maior gravidade diz respeito aos que ocorrem entre os próprios pescadores do rio Itaquara, onde a negação de pesqueiros acarreta conflitos que podem levar a morte de um dos pescadores, conforme foi evidenciado em pesquisa de campo em janeiro de 2006, onde um pescador que “ultrapassou o pesqueiro de outro” e foi assassinado com um tiro de espingarda nas

margens do rio. Segundo o Sr Milton Galvão, presidente da Z 62, os territórios de pesca no rio Ituquara são mais invadidos por outros pescadores do rio Ituquara do que pelos pescadores de fora (Comunicação Pessoal, 2006).

Desta realidade pode-se cartografar os diversos pesqueiros e fazer uma suposição de suas áreas de abrangência, que são os pontos de pesca do pesqueiro. Assim, o mapa 10 é uma representação da superposição dos diversos pontos de pesca – ocorrendo então a superposição de pesqueiros.

Mapa 10: Sobreposição de Territórios de Pesca no Rio Itaquara



CONVENÇÕES

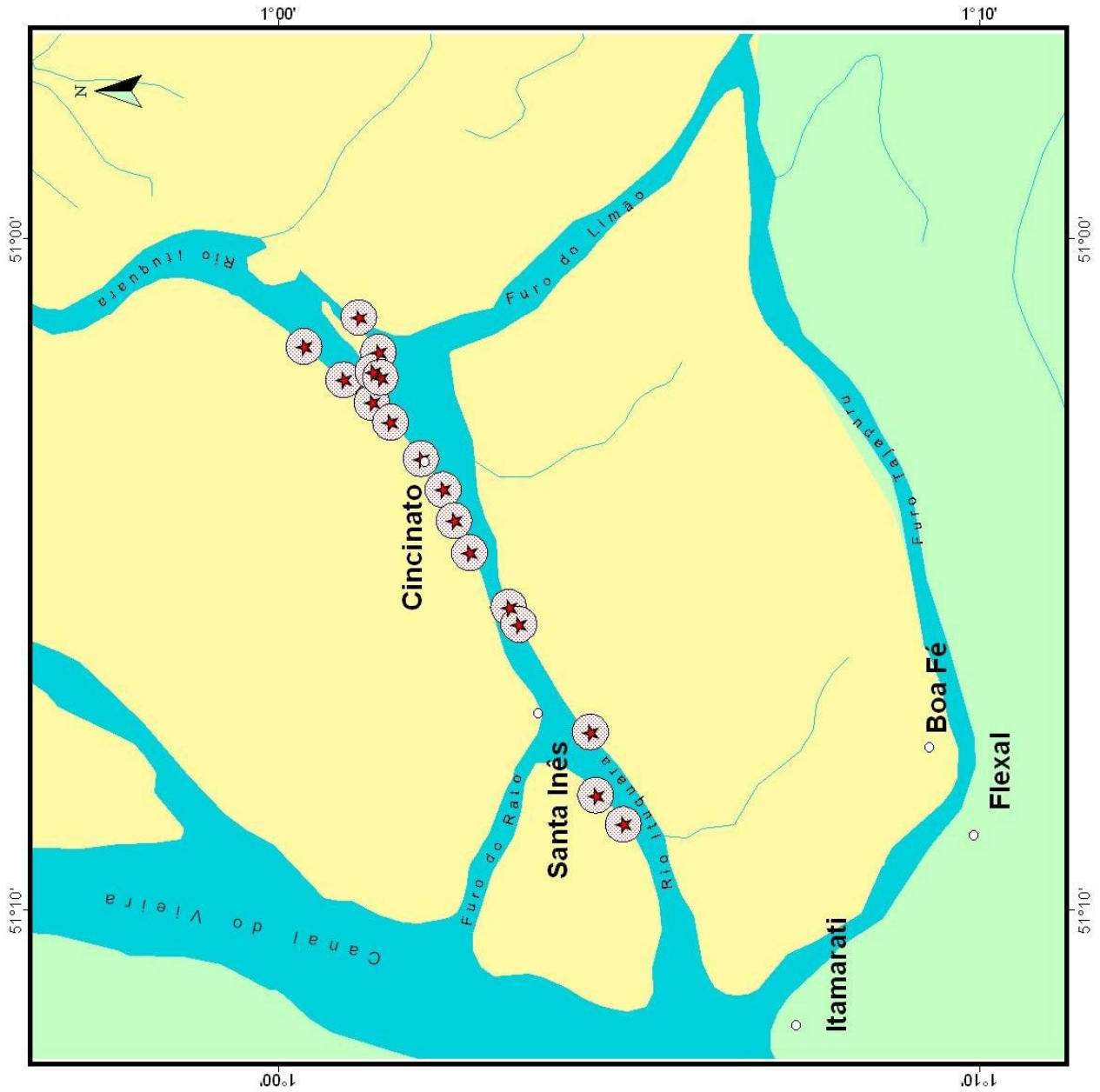
- Localidades
- ~ Rios

LEGENDA

- ★ Territórios de Pesca
- Área de Influência do Território



Fonte: Base Digital do IBGE 2001
 Dados de Campo, Silva (2006)
 Execução: Christian Nunes e Luis Sadeck



No mapa 10 verifica-se que onde ocorre uma inteseccção entre os pesqueiros existem áreas de provável conflito, isto é, do fato da superposição de pesqueiros, pontos onde a demanda pelo pescado é maior podem ocorrer maiores incidências de conflitos entre os pescadores, tendo em vista que são pontos onde os limites não estão demarcados territorialmente por limites visíveis.

Para tentar acabar ou minimizar os conflitos entre os pescadores, as colônias de pesca e os pescadores individuais estabelecem “acordos de pesca” (MCGRATH e CÂMARA, 1995), que são regras de uso dos recursos pesqueiros com o objetivo de não gerar conflitos entre os usuários. Estes acordos não pressupõem a sua legalização pelo poder público para poderem vigorar entre os pescadores, Furtado (1994, p. 69) verifica que (...) *Estas “leis” são comumente chamadas de “Acordos” e são elaborados pelos membros das comunidades de pescadores nas assembleias gerais de suas associações.*

Begossi (2004) analisa esta realidade em seu estudo em rios e no litoral brasileiro, onde a questão dos limites, da territorialidade entre os pescadores são solucionadas com estes acordos entre os participantes, muitas vezes, acordos informais, não determinados, mas reconhecidos pelos pescadores pelo seu cotidiano e hábitos culturais.

Com relação à aplicação do conceito de territorialidade as populações humanas, vale lembrar que os conflitos muitas vezes solucionados mediante acordos ou regras, informais ou formais, ou apenas hábitos culturais ou leis costumeiras (*customary laws*). Cordell observou, na Bahia, que não havia necessidade de estar fisicamente presente para a defesa de um pesqueiro, pois o conceito de *respeito* já era suficiente para marcar a apropriação deste pesqueiro (BEGOSSI, 2004, p. 226).

No rio Ituquara estes acordos existem e são respeitados pelos pescadores locais durante o ano todo e no período de safra os acordos são estendidos para os pescadores de fora, que não moram no rio e nem no município de Breves.

Begossi (2004), enfoca que o “manejo participativo dos recursos naturais” é também importante quando se trata de envolver as comunidades de pescadores no manejo da pesca e acabar com conflitos, uma vez que, conforme afirmado anteriormente, estes pescadores geralmente “apresentam regras sociais e estratégicas de pesca que podem favorecer a conservação dos recursos pesqueiros, como a territorialidade e o manejo comunitário de recursos” (BEGOSSI, 2004 p. 189).

Todas estas estratégias para mitigar os conflitos de pesca que ocorrem no rio Ituquara são importantes para serem efetivadas e devem levar em consideração a percepção territorial do indivíduo, tendo em vista que é o principal motivo para as divergências existentes. Assim, sem pretender atribuir valor à uma relação de territorialidade existente no rio Ituquara, pode-se observar que é atribuído uma noção de importância relativa aos costumes como estes pescadores mantêm com o território em que vivem, principalmente em relação aos pesqueiros. Esta valoração, reconhecimento e/ou importância, leva em consideração a percepção territorial e ambiental do pescador artesanal do rio Ituquara e pode ser expressa da seguinte forma⁴¹:

Valor Cultural: é a importância que o indivíduo atribui ao território, considerando aspectos como a identidade, costumes e hábitos. Sachs afirma que o “reconhecimento do aspecto cultural seria uma garantia da pluralidade de soluções particulares em respeito às especificidades de cada ecossistemas, de cada cultura e de cada local” (SACHS, 1993, p. 54). É neste aspecto, de manutenção cultural, que o reconhecimento cultural deve ser enfatizada, levando em consideração como o habitante sobrevive e não impondo uma realidade que não pode ser simplesmente transportada para o ambiente do pescador. Contudo, a utilização de objetos e outros tipos de aparatos não dotados de uma simbologia amazônica para o pescador no rio Ituquara passam a ser utilizados de forma mais

⁴¹ A questão de valoração é utilizada como sinônimo de importância e reconhecimento do território pelo pescador do rio Ituquara, sendo trabalhadas com o mesmo sentido. Esta noção baseia-se principalmente nos relatos da pesquisa de campo realizada em janeiro de 2006 e na obra de Sachs (1993).

freqüente, visto que esse ambiente não é um sistema fechado e está aberto a novos atores e processos, mais ainda com o processo de globalização

Não obstante, a realidade do pescador artesanal no rio Ituquara, o caboclo amazônida, conforme dito em capítulo anterior, demonstra adaptar-se a esse momento globalizante, sem, contudo, deixar de fora do processo de globalização da cultura as características que o singulariza dos outros *tipos culturais* brasileiros (WAGLEY, 1988). A esse respeito as organizações governamentais e não-governamentais apresentam-se como um importante incentivador da cultura local. Mais especificamente, da manutenção de tradições que pareçam únicas no ambiente amazônico, em áreas que abarquem populações com tradição na utilização dos recursos naturais. Deste processo a Colônia de Pescadores Z 62 apresenta-se como principal expoente na representação dos pescadores.

- *Valor econômico*: É a importância atribuída ao território e seus recursos na possibilidade de obtenção de renda para a sua subsistência, está relacionada à qualidade de vida do pescador no rio Ituquara. Desse modo, os pescadores do rio Ituquara devem ter um padrão de renda garantido economicamente para atender seus desígnios de subsistência. As verificações acerca dessa temática geram diversas divagações em como o habitante amazônida pode melhorar seu padrão de vida economicamente, seja por meio do extrativismo dos recursos naturais ou com o uso e manejo racional dos recursos naturais, como apontado por Begossi (2004). É possível que para os próximos anos os reflexos de uma nova política sobre a atividade extrativa, incluindo a pesca e os produtos da floresta deve se fazer sentir não somente sobre um estilo de produção baseada na pesca artesanal, mas também sobre a melhoria das condições de vida das populações engajadas nessas atividades.
- *Valor espacial-ecológico*: Diz respeito à questão de espacialidade, relacionada à produção espacial dos pescadores e ao uso racional do território, como sinônimo de uso

dos recursos naturais. Sachs (1993), considera que deve-se ter uma relação mais equilibrada entre campo e cidade, evitando a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder, orientada por processos de utilização que respeitem os ciclos temporais de equilíbrio natural e pela preservação das fontes de recursos energéticos e naturais. Esta concepção implica na intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com a mínima deterioração.

- Valor social: É o reconhecimento da importância de se participar ativamente das questões de interesse das comunidades (como se observou na reunião ocorrida no rio Ituquara com moradores das comunidades de Cincinato e Santa Inês, figura 40). O reconhecimento social estaria relacionada à redução das diferenças sociais a partir da participação comunitária, incrementada pelo maior acesso à educação em busca de uma sociedade cada vez mais equitativa. Segundo essa concepção, é necessário investimento em educação para as pessoas no Ituquara em geral.

Figura 41: Pescadores da Z 62 em Reunião no Rio Ituquara



Foto: Silva, 2006.

Os aspectos de valoração apresentados acima foram extraídos a partir das conversas e relatos dos pescadores do rio Ituquara que, a partir de suas percepções, cartografaram seus pesqueiros e dispuseram para análise seus modos de vida e suas territorialidades.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que este trabalho se inicia-se foi necessário realizar o seguinte questionamento: Existe uma geografia da pesca? As respostas para esta questão foram várias, dependendo da metodologia e arcabouço teórico, como modo de vida e território, pôde-se chegar a uma resposta positiva. Porém, a geografia pouco têm produzido sobre um assunto de tão grande relevância como a pesca.

Conforme se verificou durante a pesquisa bibliográfica, os estudos realizados sobre a atividade pesqueira pouco são realizados por profissionais de geografia. Grande parte do material levantado para a realização desta pesquisa foi produzido por profissionais de outras ciências – antropólogos, sociólogos, assistentes sociais, enfermeiros, etc., porém a geografia pouco tem entrado neste debate. Trabalhos como o de Cardoso (1996, 2005), demonstram a importância da geografia em assuntos que se referem às atividades pesqueiras.

A reorganização mundial vivenciada atualmente perpassa por uma nova orientação no que diz respeito à materialização da relação homem – natureza, objeto de estudo da geografia. Busca-se ultrapassar a compreensão tradicional de que o papel da natureza seja um mero objeto, sendo até então utilizada como estoque e fornecedora de recursos naturais a mercê dos desígnios do dito “homem civilizado”. Cada vez mais tenta-se reverter o quadro representado pela perversidade que o homem pratica suas ações sobre a natureza para realizar a expansão do processo de intensificação do uso dos recursos naturais. Esse contexto demonstra o intuito de se buscar o desenvolvimento econômico assentado no domínio da natureza pelo homem.

Torna-se relevante se destacar as discussões geográficas para compor o cenário analítico da questão ambiental, mais especificamente nesta pesquisa o uso dos recursos

pesqueiros, haja vista que esta ciência sempre teve como pauta a apropriação do espaço como produto da relação homem-meio.

Desse modo, este trabalho pretendeu fazer uma contribuição aos estudos geográficos que se atém a pesquisar sobre a importância do uso dos recursos naturais, principalmente da atividade pesqueira para a sociedade humana e o papel da ciência geográfica neste tipo de estudo. Para isto os conceitos de modo de vida e território podem e devem ser utilizados para se analisar e entender como estes pescadores e pescadores vivem e de como utilizam-se dos recursos naturais para poderem subsistir. As territorialidades criadas entre os pescadores e as instituições que os representam – sejam elas industriais ou artesanais, são exemplos do reflexo dos modos de vida dos indivíduos e de sua aplicação em determinado espaço. Deste modo, modo de vida e território tornaram-se as matrizes teóricas que podem possibilitar a realização de pesquisas como esta.

A atividade pesqueira é conhecida desde os tempos mais remotos da humanidade, quando o Homem estava adaptando-se ao ambiente exterior com o objetivo de satisfazer uma de suas necessidades básicas mais fundamentais: a alimentação. Com o passar dos anos novas tecnologias vão incrementando as possibilidades de atuação do pescador, com o direcionamento do aumento da produção, não somente para a satisfação de suas necessidades básicas, mas também de suas necessidades materiais. Desse modo, diversos autores se atém a pesquisar sobre as atividades do Homem e seu modo de vida, tendo como principal espaço de pesquisa o meio de trabalho que a pesca engloba, seja ela artesanal, industrial ou de outro tipo. Desse modo, não há dúvida da importância da atividade pesqueira no momento atual, onde os recursos pesqueiros representam fonte de renda para os pescadores e parte da dieta alimentar dos habitantes, tanto da cidade quanto dos espaços ditos rurais.

A pesquisa com os pescadores do rio Itaquara possibilitou um acúmulo de informações antes inexistente sobre a importância destes indivíduos para a sociedade urbana. Fato este que já vem sendo afirmado durante anos, porém não é dada a devida importância pelas instituições que detém o poder de elaboração e execução de políticas públicas para a atividade pesqueira. Não somente nos territórios do rio Itaquara, bem como em todo as áreas de atuação das colônias de pesca no Estado do Pará.

No decorrer da pesquisa percebeu-se que as instituições responsáveis pela fiscalização da atividade pesqueira no estado do Pará não reconhecem as territorialidades existentes entre os pescadores – industriais e artesanais, os territórios pesqueiros. Quando questionados sobre os conflitos existentes entre os pescadores, conflitos por territórios de pesca, os representantes das principais instituições alegaram a inexistência das territorialidades, pois se baseiam em uma normatização que não considera a cultura dos pescadores enquanto elemento definidor dos territórios de pescas. Todavia, estas territorialidades existem e foram mostradas nesta pesquisa, o que demonstra que as políticas de ordenamento da pesca pelos órgãos públicos devem ser revistas.

Conforme afirmado anteriormente, não foi possível a realização de entrevistas com os representantes do MOPEPA e do MONAPE, pois os mesmos não foram encontrados para dar declarações. A não-localização dos representantes destas entidades deu-se devido que suas sedes mudaram de endereço na cidade de Belém, como aconteceu durante a procura pelo MOPEPA, ou mudaram de cidade, como ocorreu com o MONAPE, que transferiu a sede da entidade para Brasília. Contudo, a partir da pesquisa bibliográfica pôde-se verificar como estas entidades representam seus associados. Com a não-localização dos dois movimentos centrou-se esforços para entender como eles atuam a partir das declarações do Sr. Milton Galvão, presidente da Colônia de Pescadores n° 62.

Como a análise da atuação da Colônia de Pescadores Z 62 era um dos objetivos desta pesquisa, a falta de mais informações sobre o MONAPE e o MOPEPA, foram substituídas por mais informações sobre a atuação da Z 62. Sem dúvida, projetos futuros serão realizados com a parceria desta entidade em prol da melhoria da qualidade de vida de seus associados. A este respeito, a elaboração deste trabalho já é uma conquista alcançada pelos pescadores artesanais da Z 62 que poderão utilizar os dados aqui dispostos em benefício próprio.

Foi verificado que a criação e a manutenção das colônias de pesca, desde a sua criação nas primeiras décadas do século passado até os dias atuais é significativa. O papel das colônias de pescadores é cada vez mais necessário em uma sociedade onde o indivíduo – o pescador, sozinho, possui pouca representatividade, porém com a organização de diversos pescadores unidos em associações a representatividade torna-se mais “visível” da qual obtenção de benfeitorias adquiridas via poder público é reflexo.

É possível observar que o modo de vida dos pescadores do rio Ituquara, sua organização social, seu apetrechos e embarcações e a forma de como eles produzem o espaço em que vivem tem íntima relação com a utilização dos recursos naturais. Assim, ninguém melhor que estes pescadores para definir como se pode perceber os espaços que eles vivem. Dessa maneira, procurou-se analisar a percepção ambiental-territorial destes indivíduos para poder cartografar a atuação sobre o espaço no rio Ituquara e, conseqüentemente, a efetivação de territorialidades neste espaço mostradas nos mapas no decorrer do trabalho.

Estudos sobre a pesca artesanal possibilitam que se possa proporcionar mais informações sobre a importância dos modos de vida dos pescadores artesanais – no caso aqui específico os pescadores do rio Ituquara no estuário amazônico, e de que forma estes

pescadores se territorializam no espaço em que atuam, que se demonstra não ser muito diferente dos pescadores que atuam no litoral brasileiro, que se diferenciam pelo ambiente em que atuam, mas são similares nos modos de vida e na forma de organização em prol de um futuro melhor.

Um modelo de ordenamento pesqueiro que leve em consideração o pescador artesanal torna-se necessário, desde que considere, além da localização dos recursos pesqueiros, a cultura local dos pescadores que destes recursos se utilizam. Entretanto, pesquisas neste sentido já podem ser visualizadas, o que falta agora é o engajamento das instituições governamentais neste debate, para a elaboração de políticas públicas concretas que atendam aos anseios das populações atingidas por estas políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. G da G. (Barão do Marajó). *As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos estados do Gram Pará e Amazonas*. Belém: SECULT, 1992. (Texto original de 1895).

ANDERSON, Scott Douglas. Engenhos de várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1991. (Coleção Eduardo Galvão).

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. *Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná – Brasil*. Curitiba: Universidade do Paraná/Université Paris 7/Université Bordeaux 2, 1999. (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)

BADIE, Bertrand. *O fim dos territórios ensaio sobre a ordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Lisboa: Piaget, 1996.

BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro Número Especial, n. 50, t. 2, p. 99-125, IBGE, 1988.

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BETTO, F. *O que é comunidade eclesial de base*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos nº 19).

BEGOSI, A. Mapping sopts: fishing areas or territories among islanders of theAtlantic Forest (Brasil). *Reg Environ Change*, 2001.

_____. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSI, A. (org). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 223-255.

_____. Temporal Stability in Fishing Spots: Conservation and Co-Management in Brazilian Artisanal Coastal Fisheries. *Ecology and Society*, 2006.

BERNARDES, J. A. e FERREIRA, F. P. M. Sociedade e natureza. In: CUNHA, S. B. e GUERRA, A. J. T. *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1994.

_____. Constituição Federal. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1998.

_____. *Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1999.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. *Site do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte – CEPNOR*. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cepnor/>. Acessado em: 28/05/2006.

BRAZILIENSE, Correio. *Diamantes de reserva indígena serão vendidos*. Disponível em: <http://www.correioweb.com.br/>. acessado em: 24/11/2004.

CAMPOS, A. J. T. Movimentos sociais de pescadores amazônicos. In: GONÇALVES, L.G.; LEITÃO, W. & MELLO, A. F. (eds.). *Povos das águas: Realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993, p. 231 - 242.

CARDOSO, E. S. *Vitoreiros e monteiros: ilhéus do litoral norte paulista*. São Paulo: USP, 1996. (Dissertação de Mestrado em Geografia na USP)

_____. *Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social*. São Paulo: USP, 2001a. (Tese de doutoramento em Geografia na USP).

_____. Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, 2001b. p. 79-88.

_____. Pescadores: geografia e movimento social. In.: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo: USP, 2005.

CASTRO, F. Níveis de decisão e o manejo de recursos pesqueiros. In: BEGOSSI, A. (org). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 255-284.

CHABENAT, G. Pescadores caboclos: antropologia fluvial do rio Rhône ao rio Amazonas. In: FURTADO, L. G. e QUARESMA, H. D. B. *Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal*. Belém: MPEG, 2002. p. 129-152.

CLAVAL, P. O território na transição da Pós-modernidade. *Geographia*, Ano I, n.º 2. Paris: Sorbone Université, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).

CUNHA, L. H. Saberes patrimoniais pesqueiros. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: Dialogo de saberes e percepção ambiental*. Curitiba: UFPR, 2003, p. 71-79.

DAMIANI, A. A geografia política e as novas territorialidades. In: OLIVEIRA, A. *Geografia e ensino em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies – Tomo II*. São Paulo: Editora Escala, 2005.

DIEGUES, A. C. *Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras*. São Paulo: Nupaub/USP, 2002.

DIEGUES, Antonio C. e SILVA, Luiz. From slavery to citizenship. *SAMUDRA*, 2006. mimeo.

ESTRADA, M; SILVA JR. Renaldo e CORDEIRO, T. Um camino para uma integración fronteriza amazônica: consideraciones para uma propuesta de cooperación técnica entre Brasil y Colômbia em los recursos Pesqueros. In.: XIMENES, T. (org.). *Políticas pesqueiras nos países amazônicos*. Belém: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 1996. p. 117-277.

FURTADO, L. G. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: MPEG, 1993a.

_____. “Reservas Pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: Reflexões a partir de uma proposta de pescadores do médio Amazonas. In: GONÇALVES, L.G.; LEITÃO, W. & MELLO, A. F. (eds.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993b. p. 243-276.

_____. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D’INCAO, M.A. & SILVEIRA, J.M (orgs). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, Marcos (org.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC, 2001. p. 135-161.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói – SP: EdUFF/Contexto, 2002.

_____. *O mito da Desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ISAAC, V. J. e BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: MPEG, 1995. p. 295-339.

ISAAC, V. R. A. e SANTARÉM, J.V.A. *A pesca no estado do Amapá: alternativas para o seu desenvolvimento sustentável*. Belém: MPEG, 2000.

ISAC, V. J. ; ROCHA, V. L. e MOTA, S. Considerações sobre a legislação da “Piracema” e outras restrições da pesca da região do Médio Amazonas. In. FURTADO, L. G.; LEITÃO, Wilma (org.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993. p. 187-212.

JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L e GROSSMANN, M. *Açaí (Euterpe oleracea Mart.): possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém: MPEG, 2004.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios de geografia humana*. 2ª ed. (S.I): Cosmos, 1954.

LA CONDAMINE, Charles. *Viagem na América meridional descendo o rio Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In.: CAVALCANTI, Clóvis. *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 391-408.

LIMA, Tatiana. populações tradicionais e Estado: interesses e disposições normativas na RESEX Cajari/AP. In: COELHO, M. C. (org.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão de recursos naturais*. Belém-Pa: CEJUP, 2000. p. 83-97.

LIMA, Marta Goreth Marinho. *Estratégias de sobrevivência de pescadores do estuário do Amazonas*. Belém: NAEA/UFPA, 1998. (Monografia de Especialização em Populações Tradicionais da Pan-Amazônia).

LIMA, Déborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio amazônico. In: *Cadernos do NAEA*. Vol. 2 (2). Belém: NAEA, 1999. p. 05-32.

LISBOA, Pedro L. B. *Natureza, homem e manejo dos recursos naturais na região de Caxiuanã, Melgaço, Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

MAGALHÃES, A. C. Pyrá – atividade pesqueira entre os Parakanã. In: GONÇALVES, L.G.; LEITÃO, W. & MELLO, A. F. (eds.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993, p. 101-117.

MALDONADO, S. C. *Mestre & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

MALTHUS, T. R. *Ensaio sobre população*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os economistas).

MANESCHY, M. C. *Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: UFPA/CFCH, 1993.

_____. A mulher esta se afastando da pesca? continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção domestica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. In.: *Boletim do Paraense Emilio Goeldi*. ser. Antropologia. 11 (2), Belém, 1995. p. 145-166.

MAUÉS R. H. *Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidade*. Belém-PA: CEJUP, 1999.

MCGRATH, D. G. Manejo comunitário dos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: GONÇALVES, L.G.; LEITÃO, W. & MELLO, A. F. (eds.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993, p. 389-402.

MCGRATH, D. G. e CÂMARA, E. P. L. A viabilidade da Reserva de Lago como unidade de manejo sustentável dos recursos da várzea. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: MPEG, 1995. p. 87-132.

MEGAM. *Relatório do projeto: estudos das mudanças sócioambientais no estuário amazônico*. Belém: NAEA/UFPA, 2005.

MELLO, A. F. *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém: UFPA, 1985.

_____. Pescadores da industria: o complexo de Icoaracy. In. FURTADO, L. G.; LEITÃO, Wilma (org.). *Povos das águas: realidade e perspectives na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993. p. 83-100.

_____. Movimentos sociais na pesca: breve balanço bibliográfico: novos desafios teóricos. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: MPEG, 1995. (Série Antropologia).

MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). *RATZEL, Friedrich. Geografia*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, Sérgio C. *De homens e peixes: a metamorfose da vida na água*. Natal: UFRN, 2002 (Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

_____; et al. Delineamento da situação das organizações sociais de pescadores amazônicos: o caso do Nordeste Paraense. In.: XIMENES, T. (org.). *Políticas pesqueiras nos países amazônicos*. Belém: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 1996. p. 437-502.

MORAIS, Raimundo. 1875–1941: *Na planície amazônica*. 7ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 anos)

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos nº 48).

MOREIRA, E. S. e ROCHA, Rossilan M. Pesca estuarina: uma contribuição ao estudo da organização social da pesca no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: MPEG, 1995. p. 57-86.

NERY, A. C. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: MPEG, 1995. p. 199-294.

NOGUEIRA, Cristiane Silva. *Território de pesca no estuário marajoara: comunidades negras rurais e conflito no município de Salvaterra (Pará)*. Belém: NAEA/UFPA, 2005. (Dissertação de Mestrado).

O LIBERAL, Jornal. *Ribeirinhos pedem a criação da Reserva de Porto de Moz*. 20/09/2002.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo. In.: SILVEIRA, Ênio [et al.]. *Revista Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro, 1979. p. 89-100.

OLIVEIRA, M. F. & RIBEIRO NETO, F. B., *Estratégias de sobrevivência de comunidades litorâneas em regiões ecologicamente degradadas: o caso da Baixada Santista*. São Paulo: FFORD/UIICN/IOUSP, 1989. p. 1-12. (Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil).

OLIVEIRA, Livia de. Ainda sobre percepção, cognição e representação geográfica. In.: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salette (org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2004. p. 189-196.

OLIVEIRA, Livia de & MACHADO, Lucy Marion C. Percepção, Cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In.: VITTE, Antonio Carlos & GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). *Geografia física no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 129-152

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In.: *Revista de Antropologia*. vol. 39; nº 01. São Paulo: UNICAMP, 1996. p. 11-37

PARÁ, Governo do Estado. *LEI nº 6.211, de 28 de abril de 1999*. Belém: IOEPA, 1999.

_____. Secretaria Executiva de Trabalho e Proteção Social. *A pesca artesanal no estado do Pará: perfil sócio - econômico dos pescadores filiados às Colônias*. Belém: SETEPS / SINE - PA, 2003.

_____. *A Produção mineral no Pará*. Disponível em: <http://www.seicom.pa.gov.br/>. acessado em: 28/05/2006.

POTIGUAR JÚNIOR, P. L. T. Os movimentos sociais em comunidades Pesqueiras na Amazônia: um estudo na Ilha de Caratateua, Belém, PA. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Minas Gerais: ABEP, 2002.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO NETO, F. B. & OLIVEIRA, M. F., *Estratégias de sobrevivência de comunidades litorâneas em regiões ecologicamente degradadas: o caso da Baixada Santista*. São Paulo: FFORD/UICN/IOUSP, 1989. p. 1-12. (Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil).

RODRIGUES, Roberto M. *A fauna amazônica*. Belém: CEJUP, 2000.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURZTIN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Brasiliense, 1993. p. 45-68

SANTANA, Graça. Pesca industrial: um problema socioambiental. In: FURTADO, L. G. e QUARESMA, H. D. B. *Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal*. Belém: MPEG, 2002. p. 173-190.

SANTOS, H. A. *Direito pesqueiro: Decreto-Lei nº 221/67*. Belém: IOEPA, 1997.

SANTOS, Laymert Garcia dos. A encruzilhada da política ambiental brasileira. In: D'INCAO, M (org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: *Revista Território*. nº 09. São Paulo: Garamond, 1999. p. 6-15.

SAUER, Carl. A noção de modo de vida: exposição e crítica. In: SAUER, Carl. *Os pensadores*. São Paulo: Editora abril, 1995. p. 169 – 201.

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: SACHS, Wolfgang (ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 300-315.

SILVA, A.L. & BEGOSSI, A. Uso dos recursos por ribeirinhos no médio Rio Negro. In: BEGOSSI, A. (org). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 89-148.

SILVA, Christian Nunes da. Modo de vida, meio ambiente e estudo de gênero na ilha Trambioca (Barcarena – PA). Belém: UFPA, 2003 (Trabalho de Conclusão do Curso de

Graduação em Geografia)

SILVA, Christian Nunes da; ALBUQUERQUE, Antônio Marcos. Organização Social: Demografia, família, associativismo e articulação política. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (org.). *Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)*. Belém: NAEA-UFPA, 2004.

_____. Modo de Vida e processo de organização social em comunidades ribeirinhas da Amazônia Brasileira: estudo de caso. In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: AGB/UFPA, 2002.

SIMONIAN, L. (Org.). *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

_____. Políticas públicas e desenvolvimento sustentável em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. (org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP, 2000.

_____. *Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)*. Belém: NAEA-UFPA, 2004.

SITE, Amazônia Brasil. Disponível em: <http://www.amazoniabrasil.org.br/base>. Acessado em: 29/05/2006.

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: SACHS, Wolfgang (ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 300-315.

SPIX, J. B e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817- 1820*. vol. 3. Belo Horizonte: ITATIAIA/USP, 1981.

SORRE, Max. *Geografia*. São Paulo: Ática, 1984. (tradução Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques).

_____. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 15 – 62.

SOUZA JR. José Alves de. *O projeto pombalino para a Amazônia*. Belém-PA: CFCH, 1993.

TAVARES, A. C. Mudanças climáticas. In: VITTE, A. C e GUERRA, J. T. *Reflexões sobre a geografia física no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. São Paulo: Hucitec, 1993.

TORRES, M. F.; SILVA, M. L. e YUIMACHI, N. B. O gerenciamento de estoques pesqueiros: o caso da piramutaba. In.: XIMENES, T. (org.). *Políticas pesqueiras nos países amazônicos*. Belém: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 1996. p. 279-363.

TORRES, Vera Lúcia Scaramuzzini. *Envelhecimento e pesca: redes sociais no estuário amazônico*. Belém: CEJUP, 2004

VALENTI, Wagner C. *Cultivo de camarões de água doce*. São Paulo: Nobel, 1985.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil).

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ANEXOS

ANEXO 01: Nomes científicos das espécies citadas neste trabalho⁴²:

MAMÍFEROS	
Nome Popular	Nome Científico
Boto Tucuxi	<i>Steno tucuxi</i>
Cutia	<i>Dasyprocta aguti</i>
Macaco Guariba	<i>Mycetes Belzebut</i>
Mucura	<i>Didelphis marsupealis</i>
Paca	<i>Coelogenys paca</i>
Preguiça	<i>Bradypus tridactylus</i>
Quandú	<i>Coendu prehensilis</i>
Quati	<i>Nasua nasua</i>
Tatu	<i>Tatusia hybrida</i>
Veado	<i>Cervus campestris</i>
VEGETAIS	
Nome Popular	Nome Científico
Abiu	<i>Pouteria caimito</i>
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>
Alfavaca	<i>Ocimum micranthum</i> Willd
Amor Crescido	<i>Portulaca</i> sp.
Anador	<i>Plecthanthus barbatus</i> Andr.
Anãni	<i>Symphonia globulifera</i> L.
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.
Arroz	<i>Oryza sativa</i>
Arruda	<i>Ruta chalepnsis</i>
Banana	<i>Musa paradisiaca</i>
Cacau	<i>Theobroma caçõo</i>
Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i>
Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum</i>
Capim-marinho	<i>Kyllinga odorata</i> Vahj.
Catinga-de-mulata	<i>Tanacetum vulgare</i>
Cebolinha	<i>Allium fistulosum</i>
Chicória	<i>Erygium foetidum</i> L.
Cipó Canela	<i>Cinnamomun zeylanicum</i> Blume
Cipó Graxama	<i>Aribadaea</i> spp.
Cipó Jacitara	<i>Desmoncus polyacanthos</i> Mart.
Cipó Preto ou Envira Preta	<i>Bocageopsis multiflora</i> Mart.
Cipó Timboí	<i>Derris</i> sp.
Cipó Titica	<i>Heteropsis spruceana</i> Schott
Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.
Cominho	<i>Schkuria</i> sp.
Couve	<i>Brassica oleraceae</i>
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>
Elixir Paregórico	<i>Piper callosum</i> R. & P.
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i>
Gengibre	<i>Zingiber officinalles</i> Rosc.
Hortelã	<i>Mentha piperita</i>

⁴² Os nomes científicos das espécies citadas foram pesquisados em Lisboa (2002); Rodrigues (2000) e Simonian (2004).

CRUSTÁCEOS	
Ingá	<i>Ingá sessilis</i>
Laranja	<i>Citrus sinensis</i>
Macaxeira	<i>Manihot esculenta</i> Crantz
Malva Cheirosa	<i>Pelagonium zonalle</i> Willd
Manga	<i>Mangifera indica</i>
Mangericão	<i>Ocimum minimum</i> L.
Mari	<i>Poraqueiba paraensis</i> Ducke
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>
Melancia	<i>Citrullus lanatus</i>
Milho	<i>Zea mays</i>
Mututi	<i>Pterocarpus officinalis</i>
Piã Roxo	<i>Jatropha grossypifolia</i> Linn.
Pimentão	<i>Capsicum annuum</i>
Pimentinha-de-cheiro	<i>Caryocar villosum</i>
Pirarucu	<i>Bryophyllum</i>
Pracaxi	<i>Pentaclethra macroloba</i>
Pupunha	<i>Guilielma gasipaes</i>
Tala de Arumã ou Guarumã	<i>Ischnosiphon polyphyllus</i>
Tala de Jupati	<i>Raphia vinifera</i>
Tala de Miriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.
Tala de Paxiuba	
Taperebá	<i>Spondias lútea</i> L.
Timbó	<i>Derris guianensis</i> Benth.
Vergamota	<i>Menta aquática</i> L.
Verônica	<i>Dalbergis subcymosa</i>
Virola	<i>Virola surinamensis</i>

RÉPTES e ANFÍBIOS	
Nome Popular	Nome Científico
Jabuti	<i>Testudo tabulata</i>
Jacaré Coroa	<i>Paleosuchus trigontus</i>
Perema	<i>Nicoria punctularia</i>

Nome Popular	Nome Científico
Camarão Regional ou Canela	<i>Macrobrachium amazonicum</i>
Camaruí ou Aviú	<i>Acetes americanus</i>

PEIXES	
Nome Popular	Nome Científico
Acará Disco	<i>Symphisodon discus</i>
Acareuá	
Acari	<i>Chaetostomus</i>
Apapa	<i>Pellona flavipiunis</i>
Aracu	<i>Leforinus fasciatus</i>
Arraia	<i>Trygon tuberculata</i>
Bacu	<i>Lithodoras dorsalis</i>
Barba Chata	
Candiru	<i>Vandellia cirrhorsa</i>
Dourada	<i>Brachyplatystoma Flavicans</i>
Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Ituí Cavalo	<i>Sternarchus albifrons</i>
Jaú	<i>Bagrus mesops</i>
Jacundá	<i>Crenicichla saxatilis</i>
Jandiá	<i>Pimelodus crustatos</i>
Jeju	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>
Mandií	<i>Pimelodus ornatus</i>
Mandubé	<i>Ageneiosus</i>
Mapará	<i>Hypophtalmus edentatus</i>
Matupiri	<i>Tetragonopterus chalceus</i>
Pacu	<i>Mylossoma</i>
Pescadinha ou Pescada Branca	<i>Sciaena amazônica</i>
Piramutaba, Piaba e Piabinha	<i>Brachyplatystoma Vaillanti</i>
Pirnambú ou Braço de moça	<i>Piranampus typus</i>
Piranha	<i>Pigocentrus pirava</i>
Pirapitinga	<i>Chalceus opalinus</i>
Pirarara	<i>Phractocephalus bicolor</i>
Sarapó	<i>Eigenmannia virescens</i>
Sardinha	<i>Triportheus angulatus</i>
Surubim	<i>Platustoma fasciatum</i>
Tainha	<i>Mugil incilis</i>
Tamuatá	<i>Calichthys Callichthys</i>
Traira	<i>Macrodon trahira</i>
Tucunaré	<i>Cichla ocellaris</i>

ANEXO 02:

QUESTIONÁRIO 01 – Entrevista realizada com o Presidente da Colônia de Pescadores Z62 de Breves

Nome Completo do Presidente:

Idade:

Nome Completo da Colônia:

Data de Criação:

Abrangência da Colônia:

Nº de Associados:

Homens:

Mulheres:

Ativos:

Inadimplentes:

Aposentados:

A Colônia Possui Algum Convênio:

Valor da Mensalidade:

Nº de Pessoas que Aposentou:

Nº de Pessoas que recebem o Seguro Defeso:

O Seguro Defeso é Pago na Data Certa para Todos:

Recebem Algum Financiamento: Federal: () Estadual: ()
Municipal: ()

Se SIM, Quantos estão ganhando: Estão pagando em dia:

Qual o período de defeso da área:

Qual o período de safra: Qual o período de entre-safra:

Quantas toneladas de peixe são extraídas por safra: E de camarão:

Quais os tipos de peixe por tonelada:

Onde moram a maioria dos pescadores:

Quantos moram na cidade: E no meio rural:

Qual é a média de filhos por família dos pescadores:

Os associados participam de outro tipo de associação ou sindicato:

SE SIM, quais:

Os pescadores exercem outra função:

Se SIM, Quais:

Os Pescadores Possuem Roçado ou Horta:

Se SIM, Quais os Tipos de Cultura Que Plantam:

Os Pescadores Possuem Criação de Animais:

Se SIM, Quais os Tipos de Animais que São Criados:

Os Pescadores Caçam:

Se SIM, Quais os Animais Mais Encontrados:

Quais Os Problemas Mais Frequentes da Colônia:

Quais Os Problemas Mais Frequentes dos Pescadores:

**ANEXO 03: QUESTIONÁRIO 02:
UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS COM OS MORADORES DAS MARGENS DO
RIO ITUQUARA - PESQUISA DE CAMPO – 2005 - 2006**

Localidade / Comunidade:

GPS: Latitude _____ **Longitude** _____

Estrutura familiar

Nome completo (Moradores)		Idade	Local de nascimento	Escolaridade	É PESCADOR? S ou N
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					

Ocupação:

Referência geográfica: rio () furo () igarapé () estrada()

Nome:

Desde quando mora no local : ___/___/____ Procedência (de onde veio): _____

RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS - FLORESTA TROPICAL DE TERRA FIRME

Espécies vegetais	Conhecidas	Utilizadas	Venda	Consumo
Madeira				
Cipós				
Frutos nativos				
Resinas/ óleo, seivas				
Talas				
Outros: Quais:				

Local de venda:

VÁRZEA – ÁREA ALAGADA

Espécies vegetais	Conhecidas	Utilizadas	Venda	Consumo
Madeira				
Cipós				
Frutos nativos				
Resinas/ óleo, seivas				
Talas				
Outros: Quais:				

Local de venda:

EXTRATIVISMO VEGETAL MAIS UTILIZADO

Seringa () Frutas () Talas () Castanha () Madeiras () Outros ()
 Consumo Próprio () Venda ()

EXTRATIVISMO ANIMAL (PESCA)

PEIXES – TIPO	ÉPOCA DE CAPTURA NO ANO	ÉPOCA DE DEFESO / DESOVA	Consumo	Venda

Local de venda:

CAMARÃO

TIPO	ÉPOCA DE SAFRA	ÉPOCA DE DEFESO	Consumo	Venda

CAÇA

Espécies existentes:

TIPO	Consumo	Venda

AGRICULTURA

Culturas permanentes:

DESCRIÇÃO	TIPO	Consumo	Venda
Cocal			
Açaizal			
Laranjal			
Banana			
Outros: Quais:			

Local de venda:

CULTURAS BRANCAS / ROÇADO:

DESCRIÇÃO	TIPO	Consumo	Venda
Mandioca			
Macaxeira			
Maxixe			
Feijão			
Outros: Quais:			

Local de venda:

CULTIVO EM QUINTAIS/ HORTICULTURA:

DESCRIÇÃO	TIPO	Consumo	Venda
Cheiro-Verde			
Cebolinha			
Couve			
Salsa			
Outros: Quais:			

Local de venda:

PLANTAS ORNAMENTAIS / ERVAS MEDICINAIS:

TIPO	Consumo	Venda
Outros: Quais:		

Local de venda:

Animais domésticos:

Animais Criados para o consumo:

Artesanato/beneficiamento

Produção de farinha () Produção de cestaria () Produção de carvão ()

Outros: Quais:

Possui Algum Financiamento – qual?

Para que tipo de cultura/Produção?

Coletivo (via Associação) Individual?

Conseguiu/está conseguindo pagar? Sim () Não ()

Destino da produção: Venda () Consumo () Local: _____

Qual o tipo de Transporte mais utilizado? _____ próprio: Sim () Não ()

Nº de Pessoas que recebem o Seguro Defeso na sua Residência:

RENDA FAMILIAR: Qual é a média da renda mensal:

Proveniente do extrativismo () Proveniente da agricultura () Proveniente da fruticultura ()

Nº de aposentados na família:

Nº de funcionários públicos

Professor () Agente de saúde () outros ()

Participa de Alguma Associação? Qual?

Qual o tipo de Apetrecho utilizado na pesca

APETRECHO	X	Tipo de Peixe Capturado
Cacuri		
Pari (cerco)		
Canço		
Rede de espera		
Espinhel		
Tarrafa		
Linha de mão		
Matapi		
Rede de lanço		
Timbó		
Malhadeira		
OUTROS...		

Qual o tipo de Embarcação utilizada na pesca

Embarcação	Capacidade

Principais problemas ambientais Observados (crimes ambientais, escassez de recursos)

Pela família:

Pela comunidade:

Outras questões relevantes / Conflitos:

Tipos de Conflitos	Causa	Conseqüência
Contra outros Ribeirinhos		
Contra embarcações que passam pelo Ituquara		
Contra Pescadores de Fora		
Contra órgãos (IBAMA, SEMMA, SECTAM)		
OUTROS...		

ANEXO 04: PONTOS CAPTURADOS COM O GPS (GLOBAL POSITION SISTEM)**4.1. NOME DOS MORADORES: LONGITUDE E LATITUDE DE SUAS MORADIAS ÀS MARGENS DO RIO ITUQUARA**

Nº	NOME	LATITUDE	LONGITUDE
01	MANOEL DO MONTE	S 01° 03. 668'	W 051° 07. 271'
02	ALAÉRCIO LOUREIRO BELO	S 01° 02. 071'	W 051° 03. 889
03	MANOEL CORRÊA MACHADO	S 01° 02. 597'	W 051° 05. 011'
04	BENEDITO SAMPAIO CORRÊA	S 01° 02. 626'	W 051° 05. 166'
05	ELIAS SAMPAIO CORRÊA	S 01° 02. 643'	W 051° 05. 214'
06	MATILDE MOREIRA MIRANDA	S 01° 02. 700'	W 051° 04. 240'
07	IDEVALDO PASTANA GARCIA	S 01° 02. 451'	W 051° 03. 502'
08	MANOEL PINTO	S 01° 02. 931'	W 051° 04. 805'
09	BENEDITO CASTRO MONTEIRO	S 01° 02. 205'	W 051° 02. 794'
10	MANOEL MIRANDA MOREIRA	S 01° 03. 485'	W 051° 06. 281'
11	CANDIDA MARIA DE SOUZA GARCIA	S 01° 04. 170'	W 051° 07. 430'
12	FERNANDO DA SILVA CAETANO	S 01° 03. 130'	W 051° 05. 484'
13	ORIVANI DOS SANTOS SANTANA	S 01° 02. 457'	W 051° 03. 512'
14	BENEDITO DOS SANTOS	S 01° 02. 387'	W 051° 03. 397'
15	MANOEL BARBOSA DA SILVA	S 01° 01. 385'	W 051° 02. 816'
16	BENEDITO MARQUES FERREIRA	S 01° 02. 081'	W 051° 03. 879'
17	ALMIR SAMPAIO CORRÊA	S 01° 02. 076'	W 051° 03. 868'
18	JANIO SAMPAIO CORRÊA	S 01° 02. 093'	W 051° 03. 905'
19	ADALBERTO CORRÊA DOS PASSOS	S 01° 02. 090	W 051° 03. 896'
20	JACI SAMPAIO CORRÊA	S 01° 02. 114'	W 051° 03. 941'
21	CLOVES CORRÊA MACHADO	S 01° 02. 114'	W 051° 03. 951'
22	JUSCELINO CARVALHO CASTOR	S 01° 05. 477'	W 051° 09. 600
23	FRANCISCO AILTON LEAL NETO	S 01° 03. 666'	W 051° 07. 279'
24	MANOEL NAZARENO DOS SANTOS	S 01° 02.	W 051° 04.

		488'	683'
25	MANOEL CORRÊA DOS SANTOS	S 01° 02. 498'	W 051° 04. 704'
26	MANOEL DE JESUS DOS SANTOS CORRÊA	S 01° 02. 508'	W 051° 04. 726'
27	RUI ALVES GARCIA	S 01° 04. 748'	W 051° 08. 286'
28	MARIA DO SOCORRO DA SILVA MONTE	S 01° 03. 677'	W 051° 07. 343'
29	JOSÉ MARIA ALBUQUERQUE MONTE	S 01° 03. 670	W 051° 07. 290'
30	NAZARENO SAMPAIO CORRÊA	S 01° 02. 676'	W 051° 05. 273'
31	JOSÉ AGUINALDO COSTA MACHADO	S 01° 02. 619'	W 051° 05. 086'
32	SIONE SAMPAIO	S 01° 02. 608'	W 051° 05. 057'
33	MARIA LUCILENE MOREIRA MACHADO	S 01° 02. 599'	W 051° 05. 048'
34	GENIZIA SANCHES RODRIGUES	S 01° 02. 539'	W 051° 04. 838'
35	MARA DALILA TENÓRIO VAZ	S 01° 02. 476'	W 051° 04. 623'
36	ANA MARIA DE OLIVEIRA	S 01° 03. 129'	W 051° 05. 418'
37	WALDIR ALVES GARCIA	S 01° 04. 081'	W 051° 07. 278'
38	OSMARINA LIMA CAETANO	S 01° 03. 152'	W 051° 05. 526'

4.2.DONOS DE VIVEIROS: PONTOS DE LOCALIZAÇÃO DOS VIVEIROS

Nº	NOME	LATITUDE	LONGITUDE
01	BEZÉ	S 01° 02. 519'	W 051° 04. 842'
02	MANOEL CORRÊA MACHADO	S 01° 02. 550'	W 051° 05. 058'
03	BENEDITO SAMPAIO	S 01° 02. 617'	W 051° 05. 182'
04	ELIAS SAMPAIO	S 01° 02. 650'	W 051° 05. 221'
05	MATILDE MIRANDA	S 01° 02. 700'	W 051° 04. 240'

4.3. LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PESQUEIROS NO RIO ITUQUARA

Nº	NOME	LATITUDE	LONGITUDE
01	PESQUEIRO	S 01° 03. 660'	W 051° 07. 240'
02	PESQUEIRO	S 01° 05. 479'	W 051° 09. 599'
03	PESQUEIRO	S 01° 05. 418'	W 051° 09. 171'
04	PESQUEIRO	S 01° 03. 430'	W 051° 06. 363'
05	PESQUEIRO	S 01° 03. 144'	W 051° 05. 517'
06	PESQUEIRO	S 01° 02. 719'	W 051° 04. 283'
07	PESQUEIRO	S 01° 02. 440'	W 051° 03. 334'

08	PESQUEIRO	S 01° 02. 081'	W 051° 03. 606'
09	PESQUEIRO	S 01° 02. 103'	W 051° 03. 885'
10	PESQUEIRO	S 01° 02. 145'	W 051° 02. 770'
11	PESQUEIRO	S 01° 01. 657'	W 051° 01. 887'
12	PESQUEIRO	S 00° 57. 665	W 051° 00. 036'
13	PESQUEIRO	S 00° 58. 613'	W 051° 00. 333'
14	PESQUEIRO	S 01° 00. 634'	W 051° 02. 006'
15	PESQUEIRO	S 01° 01. 663'	W 051° 03. 137'
16	PESQUEIRO	S 01° 04. 497'	W 051° 07. 711

4.4. LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS APETRECHOS ENCONTRADOS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO

Nº	NOME	LATITUDE	LONGITUDE
01	CACURI	S 01° 02. 476'	W 051° 04. 596'
02	LINHA - CAMBÃO	S 01° 02. 543'	W 051° 04. 815'
03	PARI	S 01° 02. 599'	W 051° 04. 991'
04	LINHA - CAMBÃO	S 01° 02. 620'	W 051° 05. 069'
05	MATAPI	S 01° 02. 626'	W 051° 05. 086'
06	CACURI	S 01° 02. 640'	W 051° 05. 132'
07	CACURI	S 01° 02. 666'	W 051° 05. 225'
08	MATAPI	S 01° 03. 584'	W 051° 06. 487'
09	MATAPI	S 01° 03. 626'	W 051° 06. 558'
10	MATAPI	S 01° 03. 655'	W 051° 06. 640'
11	MALHADEIRA	S 01° 05. 400'	W 051° 09. 235'
12	CACURI	S 01° 05. 460'	W 051° 09. 370'
13	MATAPI	S 01° 05. 132'	W 051° 08. 229'
14	MALHADEIRA	S 01° 04. 120'	W 051° 07. 350'
15	MALHADEIRA	S 01° 04. 051'	W 051° 07. 240'
16	MATAPI	S 01° 03. 966'	W 051° 07. 090'
17	MALHADEIRA	S 01° 03. 180'	W 051° 05. 640'
18	MALHADEIRA	S 01° 03. 160'	W 051° 05. 578'
19	MALHADEIRA	S 01° 03. 130'	W 051° 05. 490'
20	MALHADEIRA	S 01° 03. 019'	W 051° 05. 016'
21	CACURI	S 01° 02. 964'	W 051° 04. 939'
22	CACURI	S 01° 02. 913'	W 051° 04. 778'
23	MALHADEIRA	S 01° 02. 904'	W 051° 04. 746
24	MALHADEIRA	S 01° 02. 832'	W 051° 04. 564'
25	LINHA - CAMBÃO	S 01° 02. 704'	W 051° 04. 248'
26	CACURI	S 01° 02. 420'	W 051° 03. 473'
27	MALHADEIRA	S 01° 02. 411'	W 051° 03. 457'
28	CACURI	S 01° 02. 027'	W 051° 03. 727'
29	LINHA - CAMBÃO	S 01° 02. 048'	W 051° 02. 405'
30	LINHA - CAMBÃO	S 01° 02. 036'	W 051° 02. 358'
31	CACURI	S 01° 01. 989'	W 051° 02. 159'
32	CACURI	S 01° 01. 977'	W 051° 02. 061'
33	CACURI	S 01° 01. 973'	W 051° 01. 014'
34	CACURI	S 01° 01. 973'	W 051° 01. 924'
35	CACURI	S 01° 01. 175'	W 051° 02. 585'
36	MATAPI	S 01° 01. 283'	W 051° 02. 697'
37	CACURI	S 01° 01. 380'	W 051° 02. 801'

38	CACURI	S 01° 01. 452'	W 051° 02. 887'
39	CACURI	S 01° 01. 744'	W 051° 03. 256'
40	CACURI	S 01° 01. 870'	W 051° 03. 452'
41	MALHADEIRA	S 01° 01. 886'	W 051° 03. 482'
42	CACURI	S 01° 02. 035'	W 051° 03. 753'

4.5. PRINCIPAIS LOCALIDADES ÀS MARGENS DO RIO ITUQUARA

Nº	NOME	LATITUDE	LONGITUDE
01	SANTA INÊS	S 01° 03. 660'	W 051° 07. 240'
02	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	S 01° 02. 071'	W 051° 03. 889'

4.6. OUTROS PONTOS RELEVANTES

Nº	NOME	LATITUDE	LONGITUDE
01	POSTO TELEFÔNICO	S 01° 03. 660'	W 051° 07. 240'
02	IGREJA ADVENTISTA	S 01° 03. 255'	W 051° 05. 815'
03	CEMITÉRIO	S 01° 00. 626'	W 051° 02. 000'
04	CEMITÉRIO	S 01° 04. 364'	W 051° 07. 941'